

Adiante!

Adiante!
Neste
número

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 13 de Julho de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1127 • Director: Carlos Brito

Nota da Comissão Política

Falar claro

1.º

cada vez mais claro
que as políticas económicas
do PS e do PSD são
substancialmente indiferenciadas

2.º

o PCP preconiza uma nova política
assente no estímulo do desenvolvimento
na prioridade do combate
ao desemprego e na concretização
de políticas sociais e ambientais

Pág. 4



**Carlos
Carvalhas
no Alentejo**

Páginas
Centrais

***A democracia
cultural
elemento
determinante
da democracia
avanzada***

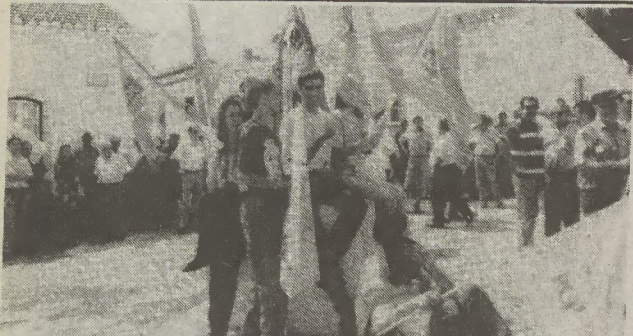
Artigo de
Manuel Gusmão

Pág. 21



**CDU
convívio de candidatos
por Lisboa
no Centro Vitória**

Pág. 28



No quadro da pré-campanha da CDU, Carlos Carvalho esteve em três distritos do Alentejo.

RESUMO

5
Quarta-feira

Apresentação pública do compromisso dos Candidatos Jovens CDU, no Centro de Trabalho Vitória, com a presença do Secretário geral do PCP ■ A comissão de Reitores reúne-se, em Braga, para analisar a situação gerada pela greve dos docentes do ensino superior ■ As organizações representativas da função pública aprovam a estratégia de acção reivindicativa que irão apresentar ao Governo que sair das eleições de Outubro próximo ■ A organização Amigos do Mar do Porto insurge-se contra o governo francês por este querer reactivar os testes nucleares no Pacífico ■ A Associação do Comércio Automóvel de Portugal, dá conta, em comunicado, da quebra de 9,3 por cento na venda de automóveis em Junho ■ Takeo Fukuda, chefe do Governo japonês entre 1976/78, faleceu com 90 anos, de enfisema pulmonar.

6
Quinta-feira

A CDU afirma que vai continuar a afixar propaganda eleitoral no Porto, "um exercício de direito democrático e constitucional de que não abdica" ■ O relatório do Banco de Portugal do ano de 1994 denuncia o agravamento do desemprego, a queda de salários reais e a diminuição do rendimento disponível das famílias ■ A Federação Nacional de professores responsabiliza o Governo pelo arrastamento da situação que levou os docentes do ensino superior a iniciar a greve ■ O relatório anual da Amnistia Internacional, conclui que os atropelos aos direitos humanos aumentaram no ano passado e agravaram-se em todo o mundo; Portugal não escapa às críticas devido à violência por parte dos policiais ■ A Comissão Permanente da Assembleia da República rejeita a proposta do PS para a realização de uma audição parlamentar com o director do SIS.

7
Sexta-feira

Carlos Carvalho participa numa série de iniciativas no concelho de Portalegre ■ Termina a greve dos funcionários judiciais que registou uma adesão de 75 por cento ■ Fim do período de cinco dias de greve dos professores do ensino superior com 80 por cento de adesão e 50 mil provas não realizadas ■ O jornalista, José Neves de Sousa, morre no hospital Egas Moniz em Lisboa, vítima de doença prolongada ■ Gianni de Michelis, antigo ministro italiano dos negócios estrangeiros, é condenado a quatro anos de prisão por corrupção e financiamento ilegal dos partidos ■ Bagdad exige a retirada das tropas turcas do norte do Iraque que há três dias reiniciaram operações militares na região contra as populações curdas e os guerrilheiros do Partido dos Trabalhadores do Kurdistan ■ Vítimas do Genocídio da etnia tutsi no Ruanda acusam o padre de etnia hutu, Wenceslas, que se encontra refugiado em França.

8
Sábado

Álvaro Cunhal na festa do mar em Matosinhos, participa num jantar em Valongo, onde afirma que "o SIS é uma vergonha para a democracia" ■

O Secretário Geral do PCP visita o concelho de Évora e participa em várias iniciativas públicas ■ Dias Loureiro é ouvido na comissão parlamentar de direitos liberdades e garantias para debater sobre a alegada vigilância do SIS a políticos ■ A população tchetchena terá oportunidade de escolher se quer a sua república independente na próxima eleição Presidencial, foi a conclusão da reunião de Grozny entre russos e tchetchenos ■ O vereador da Câmara de Lisboa, Luís Simões, responsável pelo Comércio e Abastecimentos, revela que a feira na Praça de Espanha vai acabar ■ Mais uma dezena de gravuras rupestres são encontradas nas margens do rio de Foz Côa.

9
Domingo

Carlos Carvalho em pré-campanha no concelho de Beja ■ Debate sobre os direitos do homem, na Argélia, impedido de realizar-se por imposição das autoridades ■ Chegam a Estrasburgo seis comboios com 600 jovens de 43 países europeus no âmbito da semana Europeia de Luta contra o Racismo, iniciativa promovida pelo Conselho da Europa ■ 30 capacetes-azuis holandeses detidos no leste da Bósnia.

10
Segunda-feira

Convívio de candidatos e apoiantes da CDU, no Centro de Trabalho Vitória, com a presença de Carlos Carvalho ■ Reitores e presidentes dos institutos politécnicos saem desanimados da reunião com a Ministra da Educação que se mostrou irredutível e não cedeu a negociações ■ O Projecto Vida e a União das Misericórdias assinaram um protocolo de cooperação no combate à toxicoddependência ■ A DECO apela a maior transparência e fiscalização na utilização dos cartões multibanco e alerta que os cartões podem ser uma armadilha para o consumidor ■ O Ministro das Finanças recebe uma alerta de Bruxelas para reduzir o défice orçamental em 4,3 por cento em 1996, ou deixa de receber os dinheiros do Fundo de Coesão.

11
Terça-feira

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas denuncia intransigência da ministra da Educação ■ PCP denuncia, como um atentado à soberania nacional, a pretensão da Ecofin de impor a Portugal a imediata redução do défice orçamental ■ Os participantes numa conferência internacional, em Camberra, sobre a «Construção da paz em Timor-Leste», defendem a constituição de uma autoridade de transição tutelada pela ONU ■ O presidente francês, Jacques Chirac, é assobiado no Parlamento Europeu, como protesto pela decisão de reiniciar os testes nucleares no Pacífico ■ O presidente norte-americano, Bill Clinton, anuncia a normalização das relações diplomáticas com o Vietnã ■ As forças sérvias entram em Srebrenica, enclave muçulmano no leste da Bósnia decretado zona de segurança das Nações Unidas ■ Relatório das Nações Unidas sobre a População realça o papel das pessoas, e em particular das mulheres, no desenvolvimento.

Cenários cenas e o futuro

Os meios de comunicação mais ou menos afectos a Guterres tinham anunciado, para a passada quarta-feira, dia 5, uma conferência de imprensa para apresentação do programa económico do PS.

Afinal foram só cenários. E que cenários?!

O porta-voz Daniel Bessa, chamoulhes «excessivamente penalizantes».

Não foi, com certeza, uma tónica pessoal, pois desta vez estavam presentes, solidariamente, o próprio secretário-geral e todo o estado-maior económico do PS.

Trata-se dos «critérios» de Maastricht para aceder à moeda única europeia.

Foi anunciado que o PS até «é favorável à renegociação de alguns critérios», mas apressadamente corrigido que, se Bruxelas não concordar, «nós temos de cumprir» (isto é que é convicção negocial!), pois a prioridade das prioridades é a adesão à moeda única em 1999.

O PS veio, assim, confirmar, sem qualquer margem para dúvidas, a vontade de envergar o colete de forças comunitário que tem sido usado pelos governos do PSD e de seguir o seu exemplo de «aluno bem comportado» e obediente às ordens de Bruxelas, o que significa obrigatoriamente que se propõe continuar a mesma política de direita.

O porta-voz da conferência de imprensa encarregou-se de especificar, dias depois, em entrevista ao «Expresso», algumas consequências sociais desta opção do PS em relação aos salários e ao emprego.

Em relação aos primeiros, aos salários, frisou que o «único compromisso é não baixá-los».

Em relação ao desemprego sentenciou que «não podemos esperar grandes aumentos de emprego», mas foi eufemístico, pois o que revelam estudos recentemente vindos a público é que com a moeda única e as políticas que implica o desemprego vai ter um severo agravamento.

Em relação ao crescimento económico, o mesmo porta-voz não pôde esconder que não haverá aproximação à média comunitária.

E isto tudo é o falar do PS sendo oposição, o que não diria se fosse governo!

Os cenários servem para tentar disfarçar estas perspectivas sombrias e limitar a profunda decepção que a real política proposta pelo PS está a provocar, depois de ter andado a semear promessas de «esperança» com os chamados «estados gerais», o «contrato de legislatura» e a caravana da chamada «nova maioria».

Quanto tempo perdido!...

Um significado parecido ao dos cenários do PS têm as cenas do PSD, também elas usadas para tentar disfarçar o beco sem saída em que os seus responsáveis meteram o país.

São especialmente, agora, as cenas de Cavaco e Catroga em relação às novas ordens de Bruxelas para uma mais rápida redução dos défices orçamentais dos países menos desenvolvidos da comunidade, entre os quais Portugal, naturalmente.

A decisão foi tomada na passada segunda-feira pelo Conselho de Ministros de Economia e Finanças da União Europeia (ECOFIN), visando impor, para finais de 1996, uma redução para 4,3 por cento do PIB, com a ameaça de sanções no que toca ao acesso às verbas do Fundo de Coesão.

É hoje perfeitamente claro que Cavaco tinha há muito conhecimento das pressões que se desenvolviam

Os cenários servem para tentar disfarçar estas perspectivas sombrias e limitar a profunda decepção que a real política proposta pelo PS está a provocar, depois de ter andado a semear promessas de «esperança» com os chamados «estados gerais», o «contrato de legislatura» e a caravana da chamada «nova maioria».

Quanto tempo perdido!...

neste sentido, nas altas esferas comunitárias, e há até indicações que se entendeu há já tempo com Bruxelas, sempre bem comportadinho, aceitando assim um novo aperto no colete de forças comunitário, que representará mais dificuldades para o nosso povo.

Entretanto Cavaco ocultou tudo isto ao país. Mais ainda, ao ser interrogado a propósito, após a cimeira de Cannes, teve a desfaçatez de responder que eram «puras especulações jornalísticas».

É necessário dizer que, tal como o coxo, Cavaco voltou a ser apanhado numa mentira de lesa soberania nacional.

Pelo seu lado Catroga, com a tonteria habitual, explicou o seu voto contra a decisão do ECOFIN pela solidariedade com gregos e espanhóis que, segundo disse, «estão com dificuldades em atingir as metas de redução dos défices», até

parece que em Portugal nadamos num mar de facilidades.

Acrescentou ainda que, quanto ao nosso país, «não está preocupado», o que parece confirmar os entendimentos já feitos de Cavaco com Bruxelas, à custa do nosso povo e nas costas do povo, dos partidos da oposição e da Assembleia da República.

É curioso que, em face de um escândalo desta envergadura, que evidencia quanto a independência nacional está hipotecada, a posição do PS seja a de apenas criticar a «passividade do Governo» e logo aproveitar para dizer que, com esta redução, «as despesas sociais terão um atraso na sua realização».

Compare-se com a resposta do PCP, dada por Octávio Teixeira, em Conferência de imprensa da Comissão Política. Disse o líder parlamentar comunista: «É um atentado flagrante contra a soberania nacional que os portugueses não podem admitir.»

Os portugueses sabem de ciência certa, aquela que feita nas dificuldades e no sofrimento, o que representa a política que se esconde por trás das cenas do PSD e dos cenários do PS, mas não é de mais lembrá-lo.

É a diminuição do emprego e o aumento brutal do desemprego. É a redução real dos salários, vencimentos e ordenados, das pensões e das reformas, dos rendimentos dos agricultores, dos pescadores e dos pequenos comerciantes e outros empresários. É a falência, o encerramento ou a paralisação de numerosas empresas. É o alastramento da miséria e da exclusão. É o sentimento de insegurança e o medo do dia de amanhã que se apossa das famílias portuguesas.

Percebe-se cada vez melhor que o futuro desta política é igual ou é ainda pior do que o seu presente, sejam quais forem as caras ou os partidos - PSD, PS ou CDS, separados ou juntos - que a executem.

Com toda a oportunidade, Carlos Carvalho salientou, ao considerar as propostas programáticas destes três partidos, no recente Encontro de apoiantes da CDU: «É contra este verdadeiro programa de continuidade e resignação que nenhuma encenações de conflitos e divergências nem nenhuma escalada verbal poderá disfarçar - que a CDU se bate corajosamente, proclamando que a mudança que o país precisa não é apenas de executantes de uma política comprovadamente fracassada, mas de uma mudança profunda de política, fazendo terminar o tempo da política de direita e abrindo caminho a uma nova política inspirada por valores de esquerda.»

O futuro de Portugal depende desta mudança. Só através dela será possível rasgar os sombrios cenários justificativos da política de direita e abrir a perspectiva do futuro melhor a que o nosso povo aspira e merece.

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cabo Roxo — Linhó — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87 / 815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!», acompanhado de cheque ou vale de correio.

Cautela, muita cautela!

A destruição de propaganda da CDU, ordenada pelo Presidente da Câmara do Porto, em fins de Junho e princípios de Julho, volta a chamar a atenção para a facilidade com que dirigentes do PS cedem a tentações autoritárias e totalitárias, especialmente, quando se trata de reprimir actividades dos comunistas e dos seus aliados.

Em face do parecer da CNE, não podem restar dúvidas, Fernando Gomes atentou gravemente contra o exercício da liberdade de propaganda e fê-lo, violando a Constituição e as leis, até à margem de qualquer postura ou regulamentação municipal.

Foram actos de pura prepotência, agravados pela argumentação usada de que a propaganda «estava a conspurcar a cidade», quando a sua destruição é que conspurca a democracia.

Foram actos de manifesto facciosismo partidário praticados, em período de pré-campanha eleitoral, para prejudicar uma força adversária e, numa das vezes, em véspera de uma importante realização do PS na cidade do Porto.

Não estava seguramente nos planos de Fernando Gomes ser objecto de uma condenação da CNE.

Reveste por isto mesmo um especial significado político a sua tentativa de rebelião contra uma decisão do órgão superior da administração eleitoral.

O Presidente da Câmara do Porto não se limitou a contestar a competência da CNE, acusou-a de «precipitação» e de «exorbitar as funções» e anunciou que não ia acatar a sua decisão.

Comportou-se em tudo isto como Cavaco Silva que apelida de «forças do bloqueio» os órgãos de fiscalização do Estado, quando estes contrariam a sua actuação.

Lembrou, como foi sugerido na altura por Jorge Sarabando, o Alberto João Jardim, quando diz que na Madeira só ele é que manda.

O hábito da prepotência negligencia o conhecimento da lei, mas acima de tudo incita à sua continuada violação.

Não é crível que Fernando Gomes não tenha tido conhecimento da publicação do decreto presidencial que fixou a data das eleições para a Assembleia da República.

Não é também natural que ignore a jurisprudência feita pelo Tribunal Constitucional reconhecendo a competência da CNE para intervir em matéria relativa ao exercício da liberdade de

propaganda logo após a fixação legal da data das eleições.

As suas ordens para destruir a propaganda da CDU e a sua tentativa de rebelião face à decisão da CNE radica mais fundo, não é só um caso típico de abuso do poder, é uma certa maneira truculenta de lidar com as liberdades e os direitos dos adversários políticos.

O que fica dito é muito reprovável para quem exerce funções de tanta responsabilidade na segunda cidade do país, mas é ainda mais preocupante quando se sabe que Fernando Gomes aparece entre os ministériáveis do seu partido.

Ministro da Administração Interna?! Não se espantem que a história de países vizinhos conta vários ministros do interior originários dos PS respectivos que se distinguiram pelo ardor repressivo em relação ao movimento operário.

Não é a primeira vez que o Presidente da Câmara do Porto dá provas de grande autoritarismo, mas esta é sem dúvida especialmente grave. Ora diz o nosso povo que quem faz um cesto, faz um cento.

Então, cautela, muita cautela!

■ Carlos Brito

Dar a volta a isto

Votar na continuação da política de direita ou utilizar o voto para derrotar essa política e impor uma política de esquerda: eis a alternativa que, de facto, se coloca aos portugueses nas próximas eleições legislativas. Alternativa que a comunicação social dominante pretende ocultar, baralhando os dados em jogo, manipulando, mistificando, confundindo. Em benefício da política de direita, naturalmente, e por razões várias e óbvias, a principal das quais se prende com o facto de a generalidade dessa comunicação social dominante estar completamente dominada e arreata a meia dúzia de grandes grupos económicos cujos são, como sabe quem quer saber, os maiores e mais directamente beneficiários com a continuação da política de direita.

A poderosa ofensiva mediática visandó criar a ilusão de que tudo se decide entre o PS e o PSD constitui, como qualquer cidadão medianamente inteligente pode constatar, um colossal embuste assente numa prática de desinformação organizada conscientemente assumida. Escusado será dizer que o PSD e PS são, no plano partidário, os principais interessados na divulgação dessa patranha. Sabem, um e outro, que essa é a «verdade» que mais interessa aos dois e que melhor serve a política de direita que ambos, cada qual à sua maneira, defendem e se propõem prosseguir. A bipolarização constitui, por tudo isto, um objectivo comum a estes dois partidos e aos referidos grupos económicos. Com efeito, todos eles sabem que a aceitação generalizada de tal tese por efeito da gigantesca lavagem de cérebros em curso — complementada com a falsa ideia de que as eleições têm como finalidade eleger o primeiro-ministro — seria muito mais do que meio caminho andado para a consolidação, através do voto, da política de direita.

Acresce que o desejo da bipolarização e da alternância, acompanhado pela perigosa e obsessiva ânsia da maioria absoluta, configura uma concepção de sistema político profundamente amputado de conteúdo democrático; um sistema no qual o multipartidarismo seria substituído por uma espécie de unipartidarismo bicéfalo assente no «quero, posso e mando» e, por tudo isso, possuído de múltiplas e perigosas perversidades.

Aqui chegado é altura de informar o leitor de que já escrevi, algures, tudo o que acima fica dito e que a autocitação decorre da leitura do artigo «Bipolarizar», de Pacheco Pereira, publicado no último «Expresso». Pacheco confirma, nesse texto, tudo o que escrevi sobre os perigos (para a Esquerda) e as vantagens (para a Direita) decorrentes da bipolarização.

Ao contrário do que dizem e escrevem os pachecos todos do reino, a alteração da situação actual, a implementação de uma política que inicie, de facto, a resolução dos problemas dos trabalhadores, do povo e do país passa, inevitavelmente, por uma mudança de política, passando essa mudança pela derrota, nas próximas eleições, não só do PSD mas também da bipolarização, ou seja, da política de direita. E tal objectivo só será alcançado com o reforço da votação na CDU.

Porque só com esse reforço se criarão condições para que os comunistas intervenham na definição da nova política necessária; porque só com esse reforço e essa intervenção se criarão as condições para que os comunistas participam no governo; porque só com os comunistas no governo é possível dar a volta a isto.

■ José Casanova

Lá fora, cá dentro

Se há palavras que, escritas lá fora, são de um grande acerto e oportunidade cá dentro, então é esse o caso do notável artigo de Christian de Brie publicado no «Monde Diplomatique» de Junho, com o provocante título «Em frente para o radioso partido único!».

No quadro de referências à situação francesa e à última eleição presidencial, o autor salienta que «a alternância suscita tanto menos debates quanto mais se joga entre candidatos e formações apresentando programas praticamente similares» e que esses programas são hoje pré-determinados pelos «mercados» — «esses novos actores da democracia, de uma natureza perpetuamente inquieta e de uma sensibilidade à flor da pele, que partilham agora com o povo a soberania nacional».

Christian de Brie sublinha de seguida que «as candidaturas

«oficiais» são aquelas que têm ao mesmo tempo a capacidade maioritária e a investida dos mercados» mas logo assinala sem dó nem piedade que por detrás desse cínico eufemismo dos «mercados» — «se escondem os grandes detentores de capitais e os seus poderes de especulação; prosaicamente, os ricos. São eles, na realidade, e não os mercados, que “se interrogam”, “se inquietam”, “se agitam” e “deploram”, dia após dia, e que as políticas governamentais se empenham em “tranquilizar” a todo o preço. É, cada vez mais, às suas condições que se devem afeiçoar os programas de governo para serem aceites».

O autor observa depois que «os compromissos devem ser rigorosamente conformes aos interesses do “big business” mundializado: liberdade de tro-

cas e de negócios, estabilidade monetária e dos preços, baixa das taxas de juro e dos défices públicos, desregulamentação e privatizações, diminuição dos custos do trabalho e dos direitos sociais». Referindo que foi para ganharem credibilidade junto dos «mercados» que, entre outros, os partidos socialistas da Europa se transformaram, o publicista francês assinala que «é sobre estas bases que se edifica um sistema político de partido único» na sequência lógica «de terem tentado (...) persuadir os povos do fim das ideologias, ou seja o fim de toda a representação de uma sociedade diferente da sociedade actual e, portanto, de toda a alternativa política».

Explicando que este conceito de «partido único» não se confunde com uma única organização antes pressupõe uma certa diferenciação, Christian de Brie

salienta que «como ao consumidor de produtos e serviços, é preciso oferecer ao cidadão, no mercado eleitoral, uma possibilidade de escolha sem a qual a ilusão democrática se arriscaria a desaparecer» e que «para as mercadorias como para os produtos políticos» é necessária «a apresentação de diferenças formais que não ponham em causa a conformidade com o modelo».

Não é certamente necessário explicitar que factos, orientações ou forças políticas nacionais podem e devem ser apreciadas à luz das citações aqui feitas. Mas, no mínimo, talvez não seja inútil afirmar, como Christian de Brie, que «não está ainda proibido resistir a esta vontade hegemónica que a história nos ensinou nunca ter servido nem a democracia nem as liberdades».

■ Vítor Dias

“NOVA ORDEM” Casos exemplares

1 Depois da invasão do Norte do Iraque no mês de Março transacto, a Turquia voltou a invadir na semana passada o Iraque - utilizando o mesmo pretexto, o de perseguir os guerrilheiros curdos.

Esta invasão teve no plano imediato o apoio dos EUA que a consideraram como uma acção de “autodefesa”.

Trata-se de uma nova e flagrante violação do direito internacional, própria da “nova ordem” mundial que permite aos EUA e seus aliados agir como muito bem entenderem.

Os curdos, sendo um povo reconhecido por diversos tratados internacionais, são perseguidos pela Turquia há largas décadas.

Para lutar pelos seus direitos nacionais tiveram de pegar em armas. Até há muito pouco tempo falar curdo era um crime na Turquia. Os deputados curdos eleitos para o Parlamento turco foram expulsos do Parlamento e presos por defenderem os direitos nacionais do seu povo. Estas são as “regras democráticas” turcas. Há anos que os sucessivos governos turcos têm como objectivo liquidar o movimento guerrilheiro curdo. Cada operação é a operação final. Em Março a invasão foi anunciada como sendo o golpe final. Em Junho o objectivo é o mesmo. Mas a guerrilha continua. E deverá continuar, pois o povo curdo é na verdade reprimido e oprimido pelo governo turco. É porém importante assinalar que em 20.03.95 o Secretário-Geral do PKK, Abdullah Ocalan, líder da guerrilha curda, afirmou que o problema curdo devia ser resolvido por via política, pelo diálogo, excluindo a via militar. E adiantou que o problema podia ser resolvido sem mexer nas fronteiras, num quadro federal.

Esta posição vem na verdade confirmar que são os governantes turcos que apostam na solução militar e que querem continuar a tratar os curdos como um povo sem identidade nacional, negando-lhe todos os seus direitos, impondo-lhe a ferro e fogo a assimilação turca ou a repressão. Com a benção da NATO e da UE...

2 No Sahara Ocidental, o Reino de Marrocos prossegue a sua política de obstaculizar o referendun sobre o destino daquele território.

Apesar do Conselho de Segurança da ONU se ter encarregado de efectivar o referendun e de ter enviado tropas para o Sahara, a verdade é que a vontade de Marrocos tem, até agora, prevalecido e conseguido criar obstáculos suficientes para atrasar todo o processo referendário. Naturalmente que Marrocos não teria conseguido adiar prazos para a retirada das suas tropas e acantonamentos e para libertar presos políticos saharouis, sem apoios, nomeadamente dos EUA, França, Espanha e C^a.

As recentes condenações a penas pesadíssimas de nacionalistas da Frente Polisário e a repressão de manifestações em El Aoun são o testemunho da vontade de Marrocos de adiar para as calendas gregas o referendun. E sentindo-se apoiado pelos grandes, pelos arquitectos da “nova ordem”, mais encorajado se sente o Reino de Marrocos a manter obstáculos e a criar outros, sonhando com o dia em que os marroquinos possam decidir o futuro do Sahara...

3 Na nova ronda de conversações com Portugal Ali Alatas mantém o braço de ferro para impedir que o povo timorense se pronuncie quanto ao seu futuro. O gigante tem medo da voz do povo timorense.

E também como no caso da Turquia, de Marrocos, a Indonésia conta com o apoio dos Senhores da Terra.

Sem o apoio aberto ou tácito dos EUA e dos países da União Europeia, há muito que a Indonésia tinha sido obrigada a aceitar o referendun e a deixar o povo timorense pronunciar-se.

Mas há prevaricadores e prevaricadores. Os prevaricadores amigos dos grandes fazem parte da “nova ordem” e para esses os grandes dão luz verde para, por intermédio deles, garantir que os povos em luta não ponham em causa a “nova ordem”.

■ Domingos Lopes

A quem serve a corrida para a moeda única?

Comunistas propõem nova política económica

«O PCP rejeita a tese conservadora e indemonstrada de que o défice orçamental é a causa de todos os males económicos e financeiros, aliás desmentida pela simples análise da evolução histórica dos défices e das economias dos países da União Europeia» - afirma-se na nota da Comissão Política, divulgada anteontem à tarde pelo camarada Octávio Teixeira e que aqui publicamos na íntegra. O líder do Grupo Parlamentar do PCP e cabeça-de-lista da CDU no distrito de Setúbal criticou o PSD e o PS por definirem como objectivo de prioridade absoluta da sua política económica a adesão à moeda única em 1999, salientando que «no quadro de um tão apertado colete de forças, voluntariamente aceite e assumido pelo PS e pelo PSD, esses dois partidos têm forçosamente de desenvolver políticas económicas sem qualquer grau de diferenciação significativa».

Nos últimos quinze dias o Partido Socialista e o PSD lançaram-se numa disputa pública em torno das consequências sobre a capacidade do Estado para cumprir as funções sociais que constitucionalmente lhe incumbem (designadamente no âmbito da Educação, da Saúde e da protecção a camadas populacionais socialmente marginalizadas e excluídas), consequências essas decorrentes dos objectivos prioritários e das orientações de política económica que ambos propõem ao País e aos eleitores.

Por acréscimo, e significativamente, quer o PS quer o PSD têm omitido à opinião pública os efeitos previsíveis dessa política económica sobre a evolução do desemprego, dos rendimentos salariais e das pensões e reformas da Segurança Social.

A este propósito, a Comissão Política do PCP entende necessário tornar pública a sua posição, em três pontos.

1º - Colocando, quer o PS quer o PSD, como objectivo de prioridade absoluta da sua política económica a adesão à moeda única em 1999, e como orientações essenciais daí decorrentes a brusca redução do défice orçamental para 3% do PIB em 1997/98 e a manutenção, a qualquer preço, da estabilidade nominal do escudo, as suas políticas económicas são no essencial indistintamente idênticas.

Foi o próprio eng. António Guterres que o confirmou, no passado dia 22 de Junho, ao explicitar que, com o PS no Governo, Portugal iria «prosseguir com determinação os objectivos políticos, económicos e monetários da integração europeia», os quais «exigem estabilidade cambial e redução do défice público e da inflação (...) que assegurem o cumprimento das regras que nos permitam aceder à moeda única em 1999».

No quadro de um tão apertado colete de forças, voluntariamente aceite e assumido pelo PS e pelo PSD, esses dois partidos têm forçosamente de desenvolver políticas económicas sem qualquer grau de diferenciação significativa.

E, sendo as políticas económicas substancialmente indiferenciadas, não resta a nenhum desses partidos margem de manobra para conduzir políticas sociais capazes de se distinguirem nos seus resultados.

Esta é a realidade objectiva com que o País e os portugueses estão confrontados, face às políticas apresentadas pelo PS e pelo PSD, e que nenhum discurso sofisticado ou quaisquer promessas eleitoralistas podem iludir.

2º - As consequências económicas e sociais desta política económica conservadora, consubstanciada nomeadamente nos objectivos e orientações monetaristas da política económica e nos critérios meramente quantitativos e nominais de convergência, foram conhecidas e testadas pela economia nacional e pelos portugueses nos últimos quatro anos.

Diminuiu o emprego e o desemprego aumentou em flecha.

Aumentou o preço pago pelos cidadãos no acesso à Educação e à Saúde.

O valor real dos salários, das pensões e reformas, dos rendimentos dos agricultores e dos pescadores, baixou.

O peso dos rendimentos do trabalho no Rendimento Nacional baixou para níveis inferiores aos de antes do 25 de Abril, o rendimento disponível das famílias e o consumo privado caíram.

A política da estabilidade cambial nominal, a política do

«escudo caro», tornou mais caras as produções e exportações nacionais e mais baratos os produtos estrangeiros e as importações, delapidou milhares de milhões de contos das reservas do Banco de Portugal e implicou a manutenção de elevadas taxas de juro. Em consequência, o investimento teve evolução negativa e foram à falência muitas empresas que, normalmente, seriam suficientemente rentáveis, acarretando perdas de capital produtivo para o País que, com outra política, levarão muitos anos a recuperar.

Persistir nos mesmos objectivos e orientações da política económica significará agravar e aprofundar tão desastrosos efeitos económicos e sociais.

Aliás, na entrevista concedida ao «Expresso» da passada semana, o Dr. Daniel Bessa foi

meridianamente claro sobre alguns dos efeitos da política proposta pelo Partido Socialista. Assim, nos próximos quatro anos Portugal não se aproximaria da média da União Europeia em termos do Produto Interno Bruto, não se poderia «esperar grandes aumentos de emprego» e o único compromisso a assumir com os trabalhadores da Função Pública seria o de «não baixar os seus salários reais». E mais uma vez fugiu à assumpção de compromissos do PS no âmbito da Segurança Social, com o pretexto expresso de não poder «fazer um juízo sobre o estado da Segurança Social sem ter tudo esclarecido»... Poucos dias antes e na presença do secretário-geral do PS, igualmente o mesmo porta-voz para a área económica havia afirmado que, com a política do Partido Socialista não haveria, simultaneamente, «aumento de emprego e de salários» e que o PS iria continuar com as privatizações, contabilizando mesmo as respectivas receitas em mais de mil milhões de contos, a preços de 1995! Como se constata, em tudo tal como tem vindo a suceder com o PSD e com as suas políticas!

3º - O PCP reafirma que não apenas é necessário mudar de Governo como, e fundamentalmente, é urgente mudar de política. Teimar em prosseguir a desastrosa gestão macroeconómica

gerida de acordo com as necessidades e realidades objectivas da actividade produtiva.

Aumento do consumo privado que pressupõe o aumento do rendimento disponível das famílias, o aumento do emprego e dos salários e a eliminação tendencial do desemprego. O desemprego e os baixos níveis salariais são em si mesmos um travão ao crescimento e ao investimento. Mais do que isso, para nós uma maior justiça social é não só indispensável para responder às grandes carências com que se confrontam largas camadas do nosso povo como é, ela própria, um factor de desenvolvimento.

O PCP rejeita a tese conservadora e indemonstrada de que o défice orçamental é a causa de todos os males económicos e financeiros, aliás desmentida pela simples análise da evolução histórica dos défices e das economias dos países da União Europeia. E, também por isso, repudiamos a decisão de segunda-feira do ECOFIN de pretender impor a Portugal e a outros países menos desenvolvidos da União Europeia a imediata redução dos seus défices orçamentais, ameaçando-os com penalizações. É um atentado flagrante contra a soberania nacional que os portugueses não podem admitir. Mesmo que possa haver partidos que aproveitem esta ingerência para tentarem justificar as suas propostas restritivas no âmbito da concretização dos comandos constitucionais quanto às responsabilidades do Estado em relação às funções sociais.

A este propósito, gostaria ainda de chamar a atenção para as declarações irresponsáveis do ministro das Finanças, de que só votou contra a decisão por solidariedade com a Espanha e a Grécia. O ministro esquece-se de que o seu primeiro dever é defender os interesses portugueses e essa deveria ser a razão, e razão bastante, para votar contra.

Tais declarações são tanto mais irresponsáveis, quando acabam de ser divulgados estudos que apontam para o aumento de 10 milhões de desempregados, caso venha a ser criada a moeda única em 1999.

Do mesmo modo, denunciámos o novo fundamentalismo que se apossou dos dirigentes do PS, do PSD e do CDS/PP, de que o peso da despesa pública é excessivo em Portugal.

Não o é, certamente, relativamente às necessidades sociais e em infraestruturas actualmente existentes. Mas também não o é, inequivocamente, em termos comparados. No quadro da União Europeia, o nível da despesa pública relativamente ao PIB só é inferior no Reino Unido e na Irlanda. Acrescendo que, em matéria de despesa pública no âmbito das funções sociais, Portugal aparece no último lugar da lista...

Para o PCP, as finanças públicas devem ser geridas como mais um instrumento da política económica ao serviço do desenvolvimento económico e social do país.

Exige-se, por razões sociais mas também por razões económicas, o aumento das dotações para a Educação e Saúde e das prestações no âmbito da Segurança Social. O que impõe, fundamentalmente, uma nova eficácia na cobrança dos impostos (combatendo as elevadíssimas fugas e evasões fiscais) e a redução drástica das isenções e outros benefícios fiscais actualmente concedidos às aplicações financeiras e especulativas e aos lucros das grandes empresas, acompanhadas de

uma mais justa e equitativa redistribuição da carga fiscal. Tal como propomos e pugnamos que a riqueza criada seja mais justamente redistribuída entre o trabalho e o capital.

O PCP não aceita e combaterá que, mais uma vez e sempre a coberto dos mesmos pretextos, sejam os trabalhadores e as camadas sociais mais desfavorecidas que tenham de pagar os erros e as consequências nefastas das políticas de direita. E muito menos que os trabalhadores e os reformados, como os agricultores e outros pequenos e médios empresários, sejam sacrificados durante mais quatro anos em nome do «esforço» para adesão à terceira fase de uma União Monetária de que só podem esperar novos e acrescidos prejuízos e sacrifícios no futuro.

Em suma, para o PCP, as políticas económicas e financeiras não podem determinar e sobrepor-se totalmente às políticas sociais. É certo que as políticas sociais deverão ter em conta as condicionantes económicas e financeiras, mas é para nós inequívoco que estas devem ser condicionadas pelos objectivos e políticas sociais que necessariamente devem ser prosseguidos.

Só assim, só com uma efectiva mudança de rumo das políticas económicas e para a integração europeia, poderá haver desenvolvimento económico e progresso social.



Compromisso dos candidatos jovens CDU

A garantia de trabalhar e lutar

Um extenso documento onde se afirmam os compromissos programáticos assumidos pela CDU em relação à juventude foi apresentado e posto à discussão pública na passada quinta-feira, numa sessão que teve lugar no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa. No final da conferência de imprensa, onde também foram apresentados os candidatos jovens que em todo o país concorrem pela coligação às próximas eleições, Carlos Carvalhas proferiu uma intervenção de improviso na qual sublinhou que «a política juvenil não é indissociável da política geral» mas que existe um conjunto de problemas que interessam directamente à juventude, sendo o compromisso ali apresentado «um caderno reivindicativo que os jovens da CDU defenderão, não só na campanha eleitoral mas também na Assembleia da República». «São compromissos e propostas para levar à prática», disse o secretário-geral do PCP.

Uma política económica criadora de emprego, estabilidade e remunerações justas, melhoria das condições de trabalho, assegurar a liberdade de acção e organização dos trabalhadores e o combate ao trabalho infantil são os objectivos, no capítulo do emprego, das medidas propostas neste «compromisso com os jovens».

No que diz respeito à educação, o documento começa por se referir ao Ensino Superior defendendo o seu desenvolvimento no sector público, o combate à elitização, a

criação de melhores condições de frequência e aproveitamento, a definição de um novo estatuto para o Ensino Superior particular e cooperativo e a melhoria da qualidade do ensino.

No que diz respeito ao ensino secundário, os candidatos jovens da CDU querem ver garantida a sua gratuidade, a melhoria da Reforma para um aumento da qualidade, um novo e justo sistema de avaliação e de acesso ao Ensino Superior, assegurar a participação dos estudantes na gestão escolar, salvaguardar e valo-

rizar os direitos dos trabalhadores-estudante.

Formação profissional, defesa e conservação da natureza, habitação são outras áreas abordadas no documento que, num capítulo intitulado «uma vida activa, criativa e independente» se refere ainda a temas como fomento e acesso à prática desportiva, fruição e criação cultural, associativismo juvenil, turismo e intercâmbio juvenil, objecção de consciência, sistema de saúde, combate à toxicod dependência e imigração.



Outra sociedade

Durante a apresentação deste compromisso no Centro Vitória, entrevistaram dois candidatos jovens da CDU, Bernardino Soares da JCP e Heloísa Apolónia, de «Os Verdes».

Bernardino Soares apresentou as linhas gerais do documento, sublinhando que se trata «um projecto que não aparece ao acaso» e que «resulta de todo um trabalho de discussão, em inú-

meros espaços de debate, de participação, mas também de simples conversa e troca de impressões». Mais de 500 propostas e contribuições recolhidas em diversas reuniões ajudaram a fazer este compromisso.

Heloísa Apolónia, por seu lado, recordou que a discussão vai prosseguir até às eleições e o trabalho dos deputados jovens da CDU eleitos na anterior legislatura, «responsáveis por mais de metade dos projectos-Lei relati-

vos à juventude» discutidos no Parlamento.

Como diria Carlos Carvalhas: «Esta iniciativa é também um momento para prestar contas», que atribuiu aos eleitos da CDU o protagonismo da luta por uma sociedade que apresente aos jovens «uma outra porta de entrada na vida adulta». «É que uma sociedade que só tem trabalho precário, desemprego ou falta de habitação para oferecer aos jovens, é uma sociedade sem futuro», disse.

Candidatos jovens nas listas da CDU

Lisboa

Bernardino José Torrão Soares, 23 anos. Técnico de Juventude, proposto pelo PCP. Membro da Comissão Distrital de Lisboa e da Direcção Nacional da JCP.

Célia Maria Portela da Silva, 24 anos. Empregada do Comércio, proposta pelo PCP. Membro do Conselho Nacional da Interjovem e do Conselho Nacional da CGTP-IN. Membro da JCP.

Carlos Miguel Santinho Pereira, 25 anos. Modelador Cerâmico, proposto pelo PCP. Membro da Assembleia Municipal de Sintra. Membro da Comissão Distrital de Lisboa e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

João Chambel, 24 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Membro da Direcção Central do Ensino Superior da JCP. Ex-Presidente da Associação Académica de Lisboa.

Pedro Santa Rita, 29 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PEV. Membro da Assembleia Municipal de Loures. Membro da Ecolojovem - «Os Verdes».

Sérgio Pinheiro, 26 anos. Estudante do Ensino Superior. Trabalhador da Administração Local, proposto pelo PEV. Independente. Membro da Assembleia Municipal de Lisboa.

Setúbal

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia. Deputada proposta pelo PEV. Membro da Assembleia Municipal da Moita. Membro da Comissão Executiva Nacional da Ecolojovem - «Os Verdes» e da Comissão Executiva do PEV.

Filipa do Rosário Guia da Silva, 23 anos. Estudante do Ensino Superior. Técnica de Animação Cultural, proposta pelo PCP. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Setúbal da JCP.

João António Albuquerque Frazão, 23 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Membro do Secretariado e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Arlindo Martins Santos, 22 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Membro da Comissão Distrital de Setúbal da JCP.

Carmem Isabel Amador Francisco, 24 anos. Estudante do Ensino Superior, proposta pelo PEV. Vereadora na Câmara Municipal de Sines. Membro da Ecolojovem - «Os Verdes».

Jorge Gordo Martins, 19 anos. Estudante do Ensino Secundário, proposto pelo PCP. Membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Bela Vista (Setúbal). Membro da Coordenadora Distrital do Ensino Secundário, do Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário e da Direcção Nacional da JCP.

Porto

José Miguel Pacheco Gonçalves, 22 anos. Técnico Agro-Pecuário, proposto pelo PEV. Ex-Dirigente da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra. Membro da Comissão Executiva Nacional da Ecolojovem - «Os Verdes» e do Conselho Nacional do PEV.

Susana Santos, 23 anos. Estudante do Ensino Superior, proposta pelo PCP. Membro da Comissão Distrital do Porto e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Carla Maximiliano Sá Maciel, 20 anos. Actriz de Teatro (Seiva Trupe), Independente.

Carla Renata Gonçalves Freitas, 23 anos. Estudante da Fac. Ciências da UP. Dirigente e Activista do Movimento Estudantil. Membro da Direcção Central do Ensino Superior da JCP, proposta pelo PCP.

Albino Fernando Oliveira Neto, 26 anos. Operário Electricista, membro da Comissão Distrital do Porto da JCP.

Deolinda do Carmo Ribeiro, 24 anos. Operária e Estudante do Ensino Superior, proposta pelo PCP. Dirigente Sindical do STEEN e da Interjovem. Membro da Comissão Distrital do Porto da JCP.

Aveiro

Ricardo Jorge Cardoso, 28 anos. Professor, proposto pelo PCP. Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte. Membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, Membro da DORAV do PCP.

Beja

Adolfo Sargento Bexiga, 25 anos. Operário Agrícola, proposto pelo PCP. Membro da Comissão Distrital de Beja e do Executivo da Direcção Nacional e da JCP.

Guarda

Filipa Alexandra Domingos dos Santos, 18 anos. Estudante do Ensino Secundário, proposta pelo PCP. Membro da Comissão Distrital da Guarda da JCP e da CNES da JCP.

Leiria

João Paulo Agostinho Salgueiro, 25 anos. Operário, proposto pelo PCP. Membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos da Zona Centro. Membro do PCP.

Hélio Martins Santos, 23 anos. Comerciante, proposto pelo PCP. Membro do Espeloe-Clube Marinense. Membro do Executivo da DN da JCP.

Portalegre

Lúis Manuel Madeira Pargana, 27 anos. Professor, proposto pelo PCP. Coordenador Distrital de Portalegre do SPZS, Membro do Secretariado Nacional da FENPROF, Membro da Assembleia Municipal de Portalegre, Cabeça de Lista pelo Distrito.

Vitória Augusta da Silva Pinheiro 23 anos. Empregada de Escritório e Estudante do Ensino Superior, proposta pelo PCP. Membro da Assembleia Municipal de Campo Maior. Membro da Direcção Distrital de Portalegre da JCP.

Ana Cristina Camboia da Conceição, 23 anos. Funcionária da Administração Local, proposta pelo PCP.

Santarém

Nuno Guedelha, 20 anos. Estudante do Ensino Superior, Músico, proposto pelo PCP. Membro da Direcção Distrital de Santarém da JCP.

Viseu

José dos Santos Lopes Martins, 30 anos. Electrotécnico, proposto pelo PCP. Membro da Direcção Distrital da União dos Sindicatos de Viseu. Membro do PCP.

Vila Real

Joaquim Pinheiro, 25 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Ex-Presidente da Associação Académica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Membro da JCP.

Braga

Ana Amélia Guimarães, 28 anos. Professora, proposta pelo PCP. Membro da Assembleia Municipal de Guimarães. Membro do PCP.

Jorge Cunha Torres, 24 anos. Agente de Métodos, proposto pelo PCP. Membro da Comissão Concelhia de Barcelos da JCP.

Carla Alexandra Barbosa 24 anos. Educadora de infância, proposta pelo PCP. Independente.

Castelo Branco

Vladimiro Alberto Alves Vale, 21 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Ex-Membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária Nuno Álvares (Castelo Branco). Membro da JCP.

Coimbra

Ângelo Alves, 23 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Ex-Dirigente da Associação Académica de Coimbra. Membro da Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra, do Secretariado da Direcção Central do Ensino Superior e do Executivo da Direcção Nacional da JCP.

Maria João Gonçalves, 26 anos. Técnica Agrícola, proposta pelo PEV. Ex-Dirigente da Associação de Estudantes da Escola Superior Agrária de Coimbra. Membro da Comissão Executiva Nacional da Ecolojovem - «Os Verdes».

Évora

Elsa Couto, 28 anos. Economista, proposta pelo PEV. Membro da Junta de Freguesia da Sé - Évora. Delegada Sindical do STAL. Membro da Ecolojovem - «Os Verdes».

Faro

João Paulo Sousa, 24 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Ex-Presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Olhão. Membro da JCP.

Marco António Baeta Jóia, 22 anos. Estudante do Ensino Superior, proposto pelo PCP. Ex- Membro da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Silves. Membro da JCP.

Beja Privados vendem água a 100 escudos o metro cúbico

A água para a agricultura no Alentejo está a ser vendida por particulares a preços especulativos, denunciou recentemente em conferência de imprensa José Soeiro, cabeça de Lista por Beja.

Os candidatos da CDU pelo círculo eleitoral de Beja, têm-se multiplicado em acções de pré-campanha, sessões, mini-comícios e reuniões, tendo visitado recentemente os concelhos de Moura e Serpa.

Nesta deslocação, José Soeiro, cabeça de lista, acompanhado de Veiga Trigo, Manuel Camacho, Ana Benedita e Francisco Cruz, aproveitou para contactar associações e empresários agrícolas e industriais e estabelecimentos de ensino. A Escola Profissional de Agricultura de Serpa, empresas

instaladas no parque industrial desta vila, a Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos e a Empresa Fabril de Moura foram os locais escolhidos para as visitas, tendo ainda decorrido um encontro como o executivo da Câmara serpense.

Na conferência de imprensa realizada, José Soeiro disse que os deputados eleitos pela CDU têm mantido «contactos regulares com os agentes locais», realçando como ponto unânime nestes encontros «a crítica à política do Governo que está a matar a agricultura, não concedendo os

apoios necessários à instalação de indústrias».

Referindo-se à situação na agricultura, José Soeiro apontou a inexistência de uma política agrícola nacional, defendendo que nas relações com Bruxelas, o próximo Governo deve aproveitar a revisão do Tratado de Maastricht para «romper com as políticas que têm vindo a ser seguidas e negociar a especificidade nacional».

Considerando insuficientes as medidas decretadas de apoios aos agricultores afectados pela seca e geadas, o candidato condenou a «especulação por parte de privados que estão a vender água para a agricultura a cem escudos o metro cúbico, sem que o Governo tome qualquer

iniciativa, apesar das denúncias das cooperativas».

José Soeiro insistiu na declaração de calamidade pública como forma de enfrentar a situação no imediato, sublinhando que o empreendimento do Alqueva não pode estar sujeito a calendários eleitorais, como tem acontecido até agora.

Uma nova agricultura no Alentejo passa «pela extinção do latifúndio» e pela concretização de uma nova reforma agrária, que altere a estrutura do uso e da posse da terra», sustentou José Soeiro adiantando que esta posição «não é só por nós defendida, mas também pelos representantes locais da Igreja Católica, movimento sindical e pelo Congresso do Alentejo, e reco-



nhecida pelo Governo quando elaborou o Plano de Desenvolvimento Regional, para além de ser uma preceito constitucional, cujo texto é da responsabilidade do PS e do PSD».

A CDU propõe para o Alentejo uma política que favoreça a instalação de indústrias agro-alimentares, uma adequada gestão dos recursos hídricos, com o aumento das áreas de regadio, o aproveitamento dos recursos mineiros, assim como a utilização da base de Beja e do Porto de Sines, e a dinamização do turismo, apesar deste não ser a

questão central e nevrálgica como afirmam outros partidos.

No encontro com a imprensa, José Soeiro deu ainda o exemplo do incremento verificado no Parque Industrial de Serpa, onde existem excelentes relações entre a Câmara e os empresários, rejeitando desta forma as acusações de que as autarquias comunistas afugentam os empresários. Para o cabeça de lista da CDU por Beja o que falta «são apoios e incentivos por parte do Governo que não tem acompanhado o dinamismo do poder local».

Faro tem planeamento atrasado

O Plano Director Municipal de Faro, que se encontra em fase de discussão na Assembleia Municipal «já chega tarde como instrumento de planeamento e gestão criteriosa deste município», segundo Carlos Luís Figueira, líder da bancada da CDU naquele órgão municipal.

Para a CDU, as opções globais do PDM e as prioridades nele definidas «podem considerar-se de uma maneira geral correctas». Mas foi a necessidade de dotar o concelho de um instrumento essencial, que levou os autarcas da CDU a votarem favoravelmente. Tanto mais que «pela ausência de alternativas, e pelos custos que adviriam para o concelho, pois sem PDM, ficaríamos em risco as candidaturas aos fundos comunitários, dificilmente se poderia votar contra», sublinha Carlos Figueira.

No entanto, a CDU alerta que, as propostas do PDM «implicam uma gestão caracterizada pelo dinamismo, pela combatividade, pelo trabalho e por uma capacidade reivindicativa superior junto da Administração Central, ao invés do comportamento passivo e irresponsável das sucessivas políticas que têm estado à frente da gestão do concelho de Faro».

Para o dirigente da CDU, uma vez aprovado o PDM «exige-se um maior rigor e capacidade na gestão, para não se correr o risco de os projectos não passarem do papel». Ainda no âmbito da gestão, Carlos Luís Figueira afirma que «é necessário definir um quadro de prioridades, para defender a eficácia do PDM e evitar que este fique subordinado à gestão corrente e aos interesses que lhe estão associados». E alerta ainda para «os condicionamentos impostos pela Administração Central quanto à execução do PDM e os efeitos perversos das exigências do PROTAL, que levou à perda de pode-

res das autarquias e se revelou uma peça essencial no atraso do desenvolvimento da região, para além do compadrio e dos fumos de corrupção em que a sua aplicação e gestão está envolvida».

A CDU, na declaração de voto subscrita por Carlos Luís Figueira, levanta ainda dúvidas quanto a algumas perspectivas do PDM, designadamente que a opção para Faro quanto ao seu desenvolvimento assente fundamentalmente no sector terciário, já que a cidade tem tradição de indústria e dispõe de infra-estruturas, como o porto comercial, que poderiam apoiar a actividade produtiva e comercial.

A CDU lembra ainda que permanecem as dúvidas quanto à construção do Pavilhão de Feiras, «que teria de ser bem pensado para não se transformar num elefante branco». Quanto à transferência das actividades económicas da área do Bom João, pelas elevadas implicações económicas, só serão possíveis com fortes apoios centrais,

que importa garantir «para não se cair em posições voluntaristas». Igualmente crítica foi a posição da CDU face ao mercado de origem, «de duvidosa rentabilidade, a avaliar pelas experiências que estão a ser abandonadas noutros locais».

No que concerne à Ria Formosa, «as propostas contidas no Plano são insuficientes», enquanto a gestão do Parque de Campismo precisa de melhor clarificação.

A CDU mostra ainda o seu desacordo pelas «alterações

impostas aos perímetros urbanos das freguesias rurais, designadamente a freguesia de Santa Bárbara de Nexe» e reivindica a execução de planos de pormenor em que sejam melhor defendidos os interesses dessas populações.

A CDU, sublinhou Carlos Luís Figueira, vai continuar a bater-se «pela introdução de correcções e por uma eficaz aplicação do PDM, com o único fim de melhor resolvermos os problemas da população».

CM de Águeda à margem da lei

A comissão Concelhia do PCP protesta contra a retirada ilegal, por parte da Câmara, de pendões e outros materiais de propaganda política colocados em postes nas ruas da cidade.

Os comunistas afirmam que tais actos, «para além de prepotentes e provocatórios, violam um direito democrático conquistado com o 25 de Abril, e consignado na Constituição da República Portuguesa», que garante o direito de expressão e informação.

Contudo, o executivo municipal, liderado pelo PSD, alega que quer manter a cidade limpa, tendo aprovado regulamentos municipais sobre a publicidade e a propaganda que vão contra os direitos constitucionais, uma vez que visam no fundamental condicionar e impedir o direito de expressão e informação das foças políticas e sociais do concelho.

A Concelhia de Águeda do PCP recorda que regulamentos semelhantes aprovados anteriormente por outras câmaras municipais foram considerados ilegais pelos organismos competentes.

Deste modo, lamentando que decorridos 21 anos depois do 25 de Abril Águeda esteja sujeita a tais prepotências, a Comissão Concelhia do PCP comunicou este caso à Comissão Nacional de Eleições, esperando que a legalidade venha a ser brevemente reposta.

Câmara do Funchal retira propaganda da CDU

A Coordenadora da CDU/Madeira acusa em comunicado a Câmara Municipal do Funchal de ter retirado propaganda eleitoral da Coligação, nomeadamente pendões que tinham sido colocados nas ruas da cidade. O facto, ocorrido no passado dia 23 de Junho, foi prontamente comunicado à Comissão Nacional de Eleições, a qual ficou de tomar uma decisão até anteontem.

A Coordenadora confirma ainda que o cabeça de lista pelo círculo eleitoral da Madeira é Leonel Nunes, membro do Comité Central do PCP e coordenador regional do Partido, e o mandatário da lista é o deputado independente na ALR, padre Mário Tavares. Entretanto, a CDU tem marcado para o próximo dia 30 de Julho um Encontro Regional em que será aprovada e tornada pública a composição integral da lista de candidatos.

Jovens por Setúbal

A Juventude CDU promoveu recentemente uma sessão de apresentação dos jovens candidatos pelo círculo de Setúbal. A iniciativa decorreu num espaço do Edifício Arrábida e juntou jornalistas da região e perto de meia centena de activistas da Coligação.

Nuno Costa, do secretariado da DN da JCP, fez a apresentação dos seis candidatos jovens (Heolisa Apolónia, Filipa da Silva, João Frazão, Arlindo Santos, Carmem Francisco e Jorge Martins), salientando que para além da eleição assegurada de Heolisa Apolónia, em 3º lugar na lista, a CDU tem como objectivo eleger ainda Filipa Silva, colocada em 7º lugar, o que a acontecer permitiria a eleição de dois jovens por Setúbal.

Na ocasião interveio igualmente o candidato Arlindo Santos para destacar as principais linhas da campanha da Juventude CDU, anunciando de seguida várias iniciativas, nomeadamente o acampamento distrital nos dias 14, 15 e 16 de Julho, no Campimeco em Sesimbra; a organização de uma caravana jovem que percorrerá o distrito durante a campanha eleitoral e ainda um convívio distrital, marcado para Setembro.

Heolisa Apolónia, da Ecolojovem - «Os verdes», usou também da palavra tecendo duras críticas à política de juventude do PSD, que se pautou pela falta de diálogo e pela arrogância.

PCP CAMARADAS FALECIDOS

Júlio Malhão

Faleceu Júlio António Malhão, de 77 anos de idade, natural de Montemor-o-Novo e militante do Partido desde 1979.

Virgílio Caeiro

Faleceu, no passado dia 23 de Junho, Virgílio Aleixo Dias Caeiro, de 64 anos. Fez parte do sector da Hotelaria, na organização de Cascais, estando ultimamente ligado à estrutura do Partido naquela Freguesia.

★ ★ ★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Álvaro Cunhal na Festa do Mar

«Maiorias absolutas são perigosas»

Realizou-se no passado sábado a já tradicional Festa do Mar, iniciativa da Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP.

No agradável espaço da Quinta da Conceição era possível ver uma elucidativa exposição fotográfica, reveladora duma face menos conhecida da realidade do concelho: o abandono da actividade pesqueira, o encerramento das indústrias conserveiras sacrificadas à especulação imobiliária, empresas beneficiadas com fundos do PEDIP que entretanto faliram ou procederam a grandes despedimentos. Frutos da política de direita do PSD, mas em que não estão isentos de responsabilidades os dirigentes do PS que dirigem o município.

O caminho para modificar esta situação, marcada pelo crescente desemprego e por graves lacunas e assimetrias, é dar mais força à CDU, como afirmaram João Avelino e Artur Ribeiro, membros da Comissão Concelhia.

Um pescador de Angeiras, José Pereira, foi ao microfone dar o seu testemunho da **diferença** dos comunistas. A braços com graves problemas foi o deputado comunista pelo círculo do Porto que visitou os pescadores, se inteirou dos seus problemas e apresentou as suas reivindicações na Assembleia da República.

João Amaral, primeiro candidato da CDU, sublinhou a importância da regionalização, recordando o que poucos se

lembram: em 1985, Fernando Nogueira e António Guterres, representando o PSD e o PS, assinaram então um acordo destinado a dificultar a implementação das Regiões Administrativas.

O camarada Álvaro Cunhal referiu-se aos actos do PSD, ao longo de muitos anos de governo, que visaram encobrir a corrupção e impedir o exercício das competências dos órgãos de soberania que não controla. Por isso, no actual quadro político «as maiorias absolutas são perigosas para a democracia».

Sempre muito aplaudido, pelas centenas de pessoas presentes, Álvaro Cunhal apelou ao reforço do voto na CDU, dirigindo-se aos reformados — «não se deixem enganar»,



aludindo à escandalosa carta enviada pelo Primeiro-Ministro —, aos jovens — «não venham atrás de nós, como outros dizem, venham connosco», às mulheres — «reconhecemos-lhes as mesmas capaci-

dades que os homens, e por isso também os mesmos direitos».

Um discurso de confiança e optimismo, que a intervenção de Fátima Faria, da JCP confirmou, ao referir as muitas inscri-

ções de jovens registadas ultimamente.

Ainda no mesmo dia, os camaradas Álvaro Cunhal e João Amaral participaram nas Festas de Pedrouços (Maia) e Campo (Valongo), organizadas pela CDU.

CDU apresenta lista

Mudar o distrito do Porto

A lista completa de candidatos CDU pelo círculo eleitoral do Porto foi apresentada publicamente quarta-feira da passada semana, no decorrer de um almoço realizado no restaurante do Palácio de Cristal.

Na sessão, Vidal Pinto, membro da DORP e do Comité Central do PCP, salientou o valor global da lista, que é encabeçada por João Amaral, vice-presidente do Grupo Parlamentar comunista e membro do CC do Partido.

Vidal Pinto referiu ainda a participação na lista de escritores, músicos, jornalistas, personalidades conhecidas como Óscar Lopes, Borges Coelho, Acácio Carvalho, Carla Maciel e Isabel Cabral.

São ainda candidatos da CDU prestigiados activistas

sindicais da indústria e dos serviços, como Vítor Ranita, Manuel Freitas, ambos da Comissão Executiva da CGTP-IN, João Torres, José Alberto, Oliveira Alves, Marisa Azevedo e a jovem Deolinda Ribeiro, operária das Indústrias eléctricas e estudante universitária.

A lista conta igualmente com dirigentes sindicais representantes dos quadros técnicos e intelectuais como Alfredo Maia (jornalista), Mário Soares e Isabel Fonseca (professores) e José Calçada (inspector pedagógico),



que é o segundo pela CDU no Porto.

O movimento juvenil está representado por Susana Santos, Renata Freitas e Albino Neto, figurando entre os candidatos directores e quadros superiores como Valdemar Madureira,

Serafim Nunes e Rui Sá, membro da AM do Porto, colocado em quarto lugar na lista.

Integram-na também nomes prestigiados da área da Saúde como Emílio Peres (médico) e Cristiano Ribeiro, (terceiro candidato da lista); juristas como

José Reina, membro do Conselho Regional do Norte da Ordem dos Advogados; e desportistas como a grande campeã Albertina Dias.

Por sua vez, surgem na lista os vereadores da CDU, em cinco câmaras do distrito, Joaquim Cancela (Póvoa do Varzim), Eduarda Ferreira (Valongo), Pimenta Dias (Gondomar), Antero Pires (V.N. de Gaia) e Ilda Figueiredo (Porto).

Emídio Ribeiro, da Comissão Política do PCP, Jorge Sarabando e Teresa Lopes da DORP do PCP, José Miguel e Carla Barrias, do PEV e Jorge Lopes e Irene Castro, da ID participam na lista representando as forças políticas que compõem a Coligação Democrática Unitária.

A análise da lista revela que

cerca de um terço são mulheres, 15 por cento são jovens com menos de 25 anos (sendo que a média de idades é de 43 anos), a participação de independentes atinge os 23 por cento e cerca de dois terços dos candidatos não o foram em 1991.

João Amaral interveio depois para adiantar quatro pontos essenciais do compromisso eleitoral que os candidatos da CDU apresentarão brevemente à população do distrito. Em síntese, a Coligação defende um **novo impulso às actividades produtivas; o reforço substancial dos recursos públicos nacionais e comunitários, canalizados para o distrito; a criação das regiões administrativas; e a melhoria das condições de vida e de trabalho.**

Candidatos pelo Porto

Metalúrgico. Professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Susana Santos (JCP), 23 anos. Estudante do Ensino Superior. Membro da Direcção Nacional da JCP e responsável pelo Distrito do Porto.

Óscar Lopes, 77 anos. Professor Universitário. Escritor. Membro do Comité Central do PCP.

Emílio Peres, 62 anos. Médico. Professor da Escola Superior de Nutricionismo do Porto.

Borges Coelho, 53 anos. Professor e Músico. Director artístico do Coral de Letras da Universidade do Porto.

Marisa Azevedo, 34 anos. Empregada de Escritório. Membro da Comissão de Trabalhadores da Petrogal.

Manuel Freitas, 44 anos. Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e Coordenador da Direcção Nacional da FESETE. Membro da DORP e do Comité Central do PCP.

Albertina Dias (Independente), 30 anos. Atletas. Entre vários títulos conquistou o de Campeã do Mundo.

Teresa Lopes, 43 anos. Membro da DORP e do Comité Central do PCP.

Oliveira Alves, 47 anos. Bancário. Membro da Comissão Sindical do BBI. Membro da DORP e do Comité Central do PCP.

Alberto Andrade (Independente), 66 anos. Reformado (Bancário). Activista e dirigente de Movimentos Associativo Cultural e de Solidariedade Social.

Mário Soares, 43 anos. Professor. Coordenador do Sindicato dos Professores do Norte e membro do Secretariado da Fenprof. Membro da DORP do PCP.

César Príncipe, 53 anos. Professor. Escritor.

Acácio Carvalho, 43 anos. Artista Plástico. Encenador. Professor do Ensino Superior.

Carla Barrias (PEV), 31 anos. Professora. Membro do núcleo do Porto do Partido Ecologista «Os Verdes»

Carla Maciel (Independente), 20 anos. Actriz de Teatro (Seiva Trupe).

Alfredo Maia (Independente), 33 anos. Jornalista. Dirigente Sindical.

João Torres, 42 anos. Trabalhador da EDP. Coordenador do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte e membro da Direcção Distrital da USP.

Serafim Nunes (Independente), 42 anos. Director Bancário.

Renata Freitas (JCP), 23 anos. Estudante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Dirigente e activista do movimento estudantil.

Jorge Lopes (ID), 66 anos. Empregado de Escritório. Membro da Direcção do núcleo do Porto da Intervenção Democrática.

José Alberto, 45 anos. Metalúrgico. Dirigente Sindical. Membro da Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP.

Joaquim Cancela (Independente), 64 anos. Notário. Vereador na Câmara Municipal de Valongo.

Pimenta Dias, 39 anos. Empregado de Escritório. Vereador na Câmara Municipal de Gondomar.

Antero Pires, 44 anos. Advogado. Vereador na Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Isabel Fonseca, 39 anos. Educadora de Infância. Dirigente Sindical.

Albino Neto (JCP), 26 anos. Operário Electricista. Membro da Comissão Distrital do Porto da JCP.

Irene Castro (ID), 61 anos. Reformada (Petrogal). Membro da Direcção do núcleo do Porto da Intervenção Democrática.

Deolinda Ribeiro (JCP), 24 anos. Operária/Estudante do Ensino Superior. Activista sindical.

João Amaral, 51 anos. Licenciado em Direito. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Membro do Comité Central do PCP.

José Calçada 48 anos. Inspector Pedagógico. Presidente do Sindicato dos Inspectores de Ensino. Consultor Técnico da CNA - Confederação Nacional de Agricultura.

Cristiano Ribeiro, 39 anos. Médico assistente de Clínica Geral em Paredes. Colaborador de vários Órgãos da Imprensa Regional.

Rui Sá, 31 anos. Engenheiro Mecânico. Director-adjunto do INEGI. Assistente convidado da Universidade do Minho. Deputado Municipal do Porto.

Ilda Figueiredo, 46 anos. Economista e Professora. Vereadora da Câmara Municipal do Porto. Membro da DORP do Comité Central do PCP.

Emídio Ribeiro, 46 anos. Membro da DORP e da Comissão Política do PCP.

José Miguel (PEV), 22 anos. Técnico de Agro-Pecuária. Membro do Conselho Nacional do PEV e da Comissão Executiva da ECOLOJOVEM/«Os Verdes».

José Reina (ID - Intervenção Democrática), 49 anos. Advogado. Membro do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados.

Vítor Ranita, 55 anos. Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e Coordenador da USP. Membro da DORP e do Comité Central do PCP.

Isabel Cabral, 45 anos. Professora. Artista plástica. Eleita na Assembleia de Freguesia do Bonfim.

Jorge Sarabando, 46 anos. Membro da DORP e do Comité Central do PCP.

Valdemar Madureira, 50 anos. Economista, Director da Alfândega de Leixões. Membro da DORP e do Comité Central do PCP.

José Cavalheiro (Independente), 48 anos. Engenheiro

SOLIDARIEDADE COM AS POPULAÇÕES

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses manifesta a sua solidariedade às populações das aldeias de Santa Comba Dão, Tondela, Viseu e da região de Évora, que recentemente ficaram sem os autocarros que o Conselho da Gerência da CP pôs à sua disposição depois da desactivação dos ramais. Consumado o encerramento de mil quilómetros de via e de cerca de trezentas estações, a CP, sempre com o apoio expresso do actual governo, garantiu que o transporte rodoviário alternativo substituiria o ferroviário, com os mesmos horários, preços e regalias sociais. Agora as carreiras foram entregues a operadores privados, que praticam preços que chegam a ser o dobro dos da CP. Os jovens e os reformados não têm direito a descontos e os ferroviários perdem as regalias que o acordo de empresa lhes confere. Numa nota à imprensa, a federação afirma que as populações são vítimas de burla diferida e considera que a má fé imperou em todo este processo.

30 MESES SEM AUMENTOS

Na cervejeira Cervibel, de Beja, foi apresentado um pré-aviso de greve, para hoje e amanhã, pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul. O pré-aviso, aprovado dia 5 em plenário, inclui ainda nova paralisação ao trabalho suplementar, por tempo indeterminado.

O CES/Sul afirma que a gerência da empresa recusou instalações aos trabalhadores, numa "atitude conflituosa", para a realização do plenário, que foi assim efectuado fora de portas. Acusa ainda a gerência da Cervibel de ter efectuado descontos de 23 por cento aos seus clientes, durante a paralisação já efectuada às horas extraordinárias, procurando tirar a eficácia à greve.

Os trabalhadores pretendem negociar a revisão das tabelas salariais, já que não são aumentados há 30 meses.

PESCADORES ADMITEM PARAR

Os pescadores da região Norte decidiram sábado, num plenário em Matosinhos, realizar uma greve em defesa da revisão contratual, caso não obtenham resposta ao abaixo-assinado que vão enviar à Associação de Armadores e à Assembleia da República. No plenário, promovido na Docapesca pelo Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, os pescadores subscreveram um abaixo-assinado em que exigem dos armadores a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho do sector e o respeito dos seus direitos e regalias. Os pescadores reclamam ainda o respeito pelos fins-de-semana e a melhoria das suas condições de vida e trabalho. O sindicato exige que seja cumprido o direito ao fim-de-semana em casa aos pescadores das embarcações portuguesas que pescam nas águas espanholas em períodos de três semanas consecutivas.

VIDREIROS RESISTEM

No início desta semana dez operários da Manuel Pereira Roldão foram inquiridos pelo Tribunal Judicial da Marinha Grande. Os trabalhadores, com funções de responsabilidade nas diversas secções da empresa, foram intimados a comparecer em tribunal na sequência de uma queixa apresentada pelos proprietários formais da MPR, Carlos Antero e Azevedo Coutinho. A agência Lusa apurou que a queixa, apresentada depois da empresa vidreira entrar em auto-gestão, no início de Abril, se baseia no facto de os trabalhadores estarem a vender produção e utilizarem esse dinheiro para fazer pagamentos à revelia dos administradores.

Os operários, porém, consideram terem sido os administradores a abandonar a empresa, em Dezembro de 1994. Os vidreiros intimados a comparecer em tribunal estiveram, na noite da passada quarta-feira, reunidos com o advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Fonte sindical disse não acreditar que este caso chegue a julgamento, porque, «afinal, o que os trabalhadores da MP Roldão fizeram e continuam a fazer é lutar pelos seus postos de trabalho e pela viabilidade de uma empresa que foi abandonada pelos que se dizem seus proprietários», acrescentou.

Entretanto, o STIV aguarda que o Tribunal Judicial da Marinha Grande decida se nomeia ou não um administrador judicial que dirija a empresa até à realização de uma Assembleia de Credores. Os operários, que já receberam 70 por cento dos salários do mês de Junho, temem que, com a entrada em férias de muitos dos seus potenciais clientes e fornecedores, o volume de produção decresça e coloque em risco a continuação do regime de auto-gestão.

AGRESSÕES NA SIACO

Hoje, pela sexta vez, o Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis vai tentar iniciar o julgamento de um grupo de *seguranças* acusados de agredirem dirigentes sindicais, revelou a Lusa. Citando fonte judicial, a agência refere que é arguido no processo, para além dos *seguranças*, o gerente da empresa Siaco, que terá contratado os restantes arguidos para agredirem dirigentes do Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro e Coimbra, no dia 17 de Julho de 1991, durante uma greve dos trabalhadores do sector do calçado. Os sindicalistas queixosos afirmam que foram «selvaticamente agredidos» quando formavam um piquete de greve fora das instalações da empresa.

Plenário de enfermeiros decide recorrer a formas de luta

«É inadmissível, sr. primeiro-ministro!»

É de forte indignação o tom da carta-aberta a Cavaco Silva, aprovada no plenário nacional que teve lugar em Lisboa no dia 6

Recordando alguns dos mais graves problemas que afectam os profissionais de enfermagem e que, contra promessas e compromissos do ministro da Saúde, continuam há anos sem solução, o documento considera que o final da governação PSD/Cavaco «apresenta para os enfermeiros um saldo fortemente negativo» e que, «a manutenção do silêncio, a não resolução atempada dos problemas e a falta aos compromissos assumidos não é uma atitude política que dignifique os actuais governantes».

Para os enfermeiros, é «inadmissível» que nem sequer uma lei feita pelo Governo de Cavaco Silva, como a Lei de Bases da Saúde, tenha sido devidamente regulamentada. A regulamentação implicaria a publicação do Regulamento do Exercício da Profissão de Enfermagem e a criação da Ordem dos Enfermeiros como instrumento legal para exercer o controlo do exercício da profissão. Na carta-aberta recorda-se que os projectos destes diplomas estão há 6 meses nos gabinetes ministeriais, já negociados e prontos a ser publicados. Uma vez que estas matérias não têm repercussão económica, os enfermeiros concluem que «a sua não aprovação, durante esta legislatura, significa que o Governo optou por manter situações de ambiguidade na sociedade portuguesa relativamente à prestação de cuidados de saúde e seu controlo de qualidade, o que ninguém pode compreender nem admitir».

Outras injustiças

A carta-aberta, entregue no Conselho de Ministros na passada quinta-feira, aponta ainda várias outras questões «que não são de menor importância», realçando que «também sobre elas houve compromissos do ministro da Saúde que não podemos deixar de retomar neste contexto de balanço governativo»:

- muitos dos enfermeiros que trabalham nas instituições públicas de saúde têm **vínculos precários**, apesar de satisfazerem necessidades permanentes dos serviços, estarem sujeitos a subordinação hierárquica, integrados na organização e com deveres, responsabilidades e trabalho iguais aos dos enfermeiros do quadro; realmente, não são trabalhadores liberais,

mas ganham por *recibos verdes* e não têm direitos como a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais ou a atribuição de subsídios de refeição, de férias ou de Natal;

- a aplicação do novo sistema retributivo da Administração Pública, com uma incorrecta regulamentação da contagem do tempo de serviço, criou desde 1990 situações de **injustiça relativa na definição de remunerações**; não só há casos de categorias superiores e mais tempo de carreira significarem ordenados inferiores aos de colegas mais novos e em categorias mais baixas, como houve até enfermeiros que, se não tivessem *subido* de categoria, estariam hoje com salários mais altos 20 ou 40 contos;

- com conhecimento do Ministério da Saúde, algumas administrações estão a impor **trabalho não remunerado**, já que atribuem a cada dia de férias uma carga de apenas 7 horas

e não de um dia útil, como é de lei; assim, quando o enfermeiro regressa de férias, *verifica* que deve 1 hora de trabalho por cada dia que gozou;

- organismos tutelados pelo ministro da Saúde mantêm avultadas **dívidas** para com os enfermeiros, quer pelo não reposicionamento salarial, como por bonificações de trabalho em áreas de risco ou ainda pelo não pagamento de trabalho extraordinário.

São ainda referidas as graves carências de pessoal de enfermagem na maioria dos hospitais e centros de saúde, a falta de condições de higiene e segurança em muitas unidades, tal como a falta de material e a degradação de muitas instalações. Os enfermeiros interrogam também Cavaco Silva acerca dos motivos por que se arrasta a regulamentação que permitirá aos docentes de enfermagem passarem para a carreira do Ensino Superior Politécnico.

A tudo isto, finalmente, acrescentam factos como o afastamento progressivo dos enfermeiros de órgãos de administração de serviços de saúde «e mesmo o desrespeito pelas funções que lhes são atribuídas pela carreira»; a «proliferação de novas formações na área da saúde, sem qualquer controlo ou plano global»; e «a perspectiva de privatizações e gestão privada dos serviços de saúde, sem regras claras entre o sector privado da saúde e o sector público».

Além da carta-aberta, na reunião promovida dia 6 pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses foi decidido prosseguir a recolha de assinaturas, em todo o País, para um abaixo-assinado de protesto a enviar à tutela. Uma nota divulgada à comunicação social após o plenário informa também que os enfermeiros admitiram «desencadear **formas de luta** que podem culminar com uma paralisação a nível nacional», caso os problemas colocados continuem sem resolução.

Desemprego e salários em atraso aumentam em Aveiro

A Direcção Distrital da União dos Sindicatos de Aveiro/CGTP-IN, reunida na passada semana, constatou uma tendência para o aumento do desemprego e dos salários em atraso, dando como exemplos os casos das empresas Oliva, Alba, Sanchs, Movar e Cavan. Numa nota à comunicação social, condena firmemente a atitude do PSD de, no Parlamento, votar contra o projecto-lei do PCP de instituir as 40 horas de trabalho semanais.

Neste quadro, os participantes consideram que «as próximas eleições legislativas representam uma oportunidade para concretizar uma viragem no País, com a necessária mudança das orientações estratégicas da política económica e social.»

Quanto às iniciativas específicas, foi decidido realizar no dia 8 de Setembro um plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores e dinamizar a conferência da CGTP sobre os problemas da juventude trabalhadora, bem como uma iniciativa pública, em Outubro, assinalando o 25º aniversário da fundação da Intersindical.

Pejão

Depois de o Conselho de Ministros ter aprovado um diploma que permite aos mineiros terem acesso às pensões de velhice a partir dos 50 anos e, em casos excepcionais, a partir dos 45, a Comissão de Luta dos Mineiros do Pejão afirma

que esta decisão pode não significar nada de novo face ao acordado com os trabalhadores.

Os mineiros apontam para o facto de esta decisão não considerar o tempo de trabalho efectivo na mina e de separar por completo a idade dos mineiros dos anos de trabalho na mina.

Braz e Braz novamente

Os salários dos funcionários do Braz e Braz voltaram a estar em atraso. O vencimento de Maio começou a ser entregue no dia 24 de Junho e o pagamento foi concluído apenas a 6 de Julho. Os salários de Junho e o subsídio de férias ainda não foram pagos.

Em reunião com a Comissão Sindical e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritório e Serviços do Distrito de Lisboa, a administração não apresentou qualquer proposta concreta que dê garantias sobre o presente e o futuro da empresa, propondo apenas ao sindicato que adiantasse o dinheiro dos vencimentos, a troco de dois cheques pré-datados assinados por um administrador, mesmo tendo uma dívida à organização sindical referente a um ano de quotizações descontadas e não entregues.

A situação desta empresa, que foi durante muitos anos um dos baluartes do comércio tradicional na baixa lisboeta, é, segundo o CESL, resultado de uma má gestão e da ausência de medidas de relançamento da empresa ao longo destes últimos dez anos.

Trabalhando para uma frente comum «revitalizada, dinamizada e actuante»

Cimeira da Administração Pública exige profunda alteração das políticas

«É do interesse vital dos cidadãos utentes e dos trabalhadores da Administração Pública que a próxima legislatura fique marcada por uma profunda alteração na atitude e no comportamento governamental para com os serviços públicos, os seus profissionais e os seus sindicatos» - afirma-se nas bases reivindicativas para uma plataforma comum, aprovadas na segunda cimeira de sindicatos do sector, que reuniu em Lisboa, na semana passada, 28 organizações representativas de pessoal da administração central, regional e local.

O documento, que agora vai ser objecto de discussão entre os trabalhadores, deverá ser apresentado ao governo a constituir após as eleições de 1 de Outubro. Retomando as críticas feitas na primeira cimeira, em Março, os sindicatos condenam a desresponsabilização governamental face às funções sociais do Estado e a degradação da qualidade dos serviços

públicos, concluindo que «é urgente mudar de políticas para o País e para a Administração Pública».

Quatro eixos prioritários

Realçando o significado de as bases reivindicativas terem sido aprovadas por um tão elevado e diversificado número de sindicatos, os participantes na cimeira - que teve lugar dia 5, na Casa do Alentejo - apelaram à união de todos os trabalhadores em torno destas propostas, participando activamente na discussão que agora vai ser lançada. Foi manifestada a disposição de lutar pela «abertura de um amplo e sério processo negocial, que vise proceder a uma efectiva mudança na Administração Pública».

Exigindo que seja estancada e invertida «a espiral de desvalorização das carreiras e dos salários reais (mais de 8 por

cento só nos últimos três anos), a omnipresente instabilidade laboral, a redução dos direitos sociais e o ataque ao regime de aposentação, a violação sistemática dos direitos individuais e colectivos», os sindicatos



Representantes de 28 organizações sindicais participaram na cimeira sindical do passado dia 5

propõem quatro «eixos prioritários» para a mudança reclamada:

- a defesa, melhoria e democratização dos serviços públicos;
- o reforço da negociação colectiva e da participação dos

trabalhadores na fixação das suas condições de trabalho;

- a estabilização do emprego público;

- a dignificação do estatuto sócio-profissional dos trabalhadores.

A revitalização da Plataforma Reivindicativa Comum, que chegou a integrar mais de duas dezenas de sindicatos, foi também um objectivo claramente assumido pelos participantes nesta segunda cimeira, que, além das «bases reivindicativas», aprovaram uma proposta de funcionamento de uma «frente comum de sindicatos da Administração Pública». Este documento, que igualmente vai ser divulgado e debatido com os trabalhadores até à cimeira de Outubro, salienta que «é possível e desejável, no âmbito de uma frente comum que se quer revitalizada, dinamizada e actuante, coordenar o que é comum e articular a intervenção negocial e de luta em torno das matérias gerais e específicas do sector».

Na cimeira da semana passada foi amplamente consensual a ideia de que «uma nova forma de funcionamento para uma frente comum de sindicatos da administração pública

assenta na convicção de que é fundamental envolver, responsabilizando, todos os seus sindicatos e os seus dirigentes para uma melhor coordenação, informação e actuação reivindicativas e subsequente fortalecimento do poder negocial de todas e de cada uma das organizações sindicais do sector», o que significa que «sem prejuízo da autonomia de cada organização sindical e da respectiva especificidade, importa evoluir em termos qualitativos para formas de articulação e funcionamento que tenham como objectivo fundamental valorizar o que é comum».

As lutas de trabalhadores da Administração Pública actualmente em curso, nomeadamente das autarquias locais, de creches e jardins de infância, guardas prisionais, guardas florestais, funcionários judiciais e professores do Ensino Superior mereceram uma saudação solidária dos sindicalistas reunidos na Casa do Alentejo.

Sindicatos de Braga reclamam efectivo combate à fraude

A União dos Sindicatos do Distrito de Braga exigiu na passada semana a tomada de medidas concretas de combate à fraude e à corrupção instalada no Centro Regional de Segurança Social, de forma a moralizar e a recuperar a gestão, a garantir uma instituição efectiva e de futuro e a aumentar o quadro de funcionários.

«É degradante e socialmente injusto que o CRSS continue a pactuar com as diversas ilegalidades cometidas por dezenas de empresas do distrito», afirmam os sindicalistas numa nota à imprensa. Como exemplos,

apontam casos de empresas a quem foram perdoados milhões de contos, mas que, todavia, não cumprem os ordens dos tribunais: não abrem as suas portas e deixam os equipamentos e as matérias-primas degradarem-se ou serem roubadas.

Os sindicalistas acusam ainda o Centro de assistir indiferente à alteração de pactos de sociedades e à venda de património em empresas que estão em concordata ou gestão controlada, ao mesmo tempo que se recusa a combater o trabalho clandestino, não age contra a dívida de 50

milhões de contos do patronato à Segurança Social e o desrespeito de direitos sociais de centenas de trabalhadores. «Por falta de qualidade e eficácia de gestão, por falta de funcionários e pela precariedade das condições de serviço, o CRSS está objectivamente destruído», consideram os sindicatos.

Em quais empresas?

Depois de tomar conhecimento de uma declaração do presidente da Associação Industrial do Minho, afirmando que «não há trabalho infantil em qualquer

das 1700 empresas associadas da AIM», a União dos Sindicatos de Braga expressa a sua dúvida quanto a esta situação. Afirmando que são centenas as crianças que trabalham em empresas e em locais públicos e privados, os sindicalistas de Braga escreveram ao presidente da AIM, pretendendo saber quais são as empresas referidas, «para em definitivo lhe dar os parabéns, ou talvez lhe dizer o nome de algumas, mostrando-lhe as provas de que afinal a exploração de crianças e do trabalho clandestino continua»

Docentes do Superior reúnem hoje

Analisar os resultados do primeiro período de greve e debater as formas de prosseguimento da luta dos docentes do Ensino Superior são os objectivos da reunião convocada para esta tarde, em Lisboa, pela Fenprof, o SNESup e o Sindep.

Numa reacção à carta antontem divulgada por Manuela Ferreira Leite, estas estruturas sindicais afirmam que «a gravidade da actual situação no Ensino Superior impunha que a ministra convocasse os sindicatos para uma reunião negocial no período em que foi suspensa a greve». Mas «a ministra resolve «comunicar a sua disponibilidade para receber a plataforma reivindicativa comum» no dia 1 de Agosto, com os docentes em férias, para «abordar» apenas assuntos não identificados e excluindo explicitamente todos os que lhe foram apresentados pelos sindicatos».

Médicos em vigília

A Federação Nacional dos Médicos promoveu antontem uma concentração de dirigentes e activistas sindicais, frente ao Ministério da Saúde, para protestar contra um projecto de lei sobre gestão hospitalar, recentemente divulgado. A ir avante mais este atentado do Governo, seriam praticamente eliminados os concursos de provimento, os médicos passariam a ser recrutados em regime de contrato individual, generalizar-se-ia o trabalho precário, os quadros de pessoal dependeriam de planos e orçamentos anuais e a estabilidade de emprego só seria garantida por três anos, mantendo-se a cadeia de nomeações político-partidárias.



Evidente descontentamento dos oficiais de justiça

Teve elevados índices de adesão a greve dos funcionários judiciais, na semana passada, de acordo com números divulgados pelo sindicato do sector.

A greve foi escalonada por distritos judiciais ao longo de quatro dias, terminando sexta-feira no de Lisboa. Segundo o Sindicato dos Funcionários Judiciais, citado pela agência Lusa, no dia 7 paralisaram completamente 31 tribunais, tendo-se registado mais 10 com adesões acima dos 90 por cento, 16 entre 70 e 90 por cento, e 13 entre 50 e 70. Na Região Autónoma dos Açores paralisaram, no mesmo dia, por completo nove tribunais, tendo dois registado uma adesão entre os 80 e 95 por cento, enquanto na Madeira a adesão média foi de 70 por cento, adiantou o SFJ.

Fazendo o balanço dos quatro dias de greve, o sindicato considera que a iniciativa se traduziu num êxito, registando uma adesão média de 80 por cento. O balanço do SFJ indica que paralisaram por completo 102 tribunais; em 30 a adesão ultrapassou os 90 por cento; com

níveis de adesão entre os 80 e 90 por cento contabilizaram-se 11 tribunais, 18 com adesões entre 70 e 80 por cento; com adesão de 50 a 70 por cento houve um total de 62 tribunais.

Para o sindicato, «ficou assim demonstrado o grande descontentamento que grassa entre os Oficiais de Justiça quanto à política do Ministério da Justiça».

De acordo com o SFJ, esta greve não teve os objectivos que o ministro da Justiça lhe atribuiu nem visou aumentos salariais. «Teve como motivação a criação de condições de trabalho que não existem por má gestão do Ministério da Justiça (preenchimento de mais de 400 lugares em falta e criação de condições de segurança), melhoria dos Serviços Sociais que se encontram em declínio, regulamentação condigna dos turnos e definição do Suplemento de Risco (previsto desde 1991 mas nunca regulamentado)».

Está prevista uma nova greve, de âmbito geral, para 15 de Setembro, na reabertura dos Tribunais após as férias.



Campanha Nacional de Fundos do PCP Aveiro está quase a atingir objectivos

Os resultados obtidos pela Campanha Nacional de Fundos do PCP do distrito de Aveiro são demonstrativos do bom acolhimento que a iniciativa tem recebido: foram já recolhidos mil 866 contos na região o que corresponde a cerca de 75 por cento do objectivo traçado para o distrito.

De uma forma geral verifica-se que todas as organizações concelhias se têm enpenhado nestas campanhas, segundo informação que recebemos da Direcção da Organização Regional de Aveiro, sendo especificado que duas delas (Espinho e Estarreja) já alcançaram as suas metas.

Próximo do seu objectivo estão também as organizações concelhias de Arouca (62 por cento), Aveiro (81 por cento), Feira (95 por cento), Ovar (64 por cento) e São João da Madeira (72 por cento).

A DORAV pretende agora ultrapassar o objectivo distrital, o que implicará a ultrapassagem dos diversos objectivos concelhios.

Outros locais

Fomos recebendo ao longo da semana notícias de outros locais onde a Campanha atingiu já a sua meta: é o caso da concelhia de Ourique (Beja), onde com a realização de apenas dois porta-a-porta foram atingidos os objectivos anteriormente traçados.

Também no distrito de Setúbal alguns concelhos atingiram já a sua meta, esperando o «Avante!» poder especificar esta informação na próxima semana.

Anuncia-se entretanto a realização de uma grande iniciativa de recolha de fundos a promover durante o Verão no Porto, local onde, na outra componente desta Campanha - o aumento das quotizações das camaradas - se viveu uma experiência significativa: após ter sido feito o contacto com cerca de 700 militantes do PCP na cidade, 230 aumentaram de imediato a quota que regularmente pagam ao Partido.

Conforme noticiámos a semana passada, cerca de 75 mil 120 contos é o total já atingido pela Campanha Nacional de Fundos do PCP, o que significa ter sido já ultrapassado, em todo o país, metade da meta que constitui o objectivo final desta iniciativa: angariar para o Partido 150 mil contos que permitam fazer face às despesas que a batalha eleitoral que se avizinha acarreta.

Também notícia foi a decisão de na Festa do «Avante!» serem criados espaços próprios da Campanha Nacional de Fundos nas zonas das diversas Organizações Regionais que, para além dos materiais para recolha de contribuições, se pretende que sejam simultaneamente locais de animação política, onde se possa estabelecer o diálogo com o visitante da Festa e onde estejam diversos materiais eleitorais da CDU e outros do PCP.

As receitas obtidas nestes espaços serão somadas aos apuramentos das respectivas organizações regionais.

Também no Pavilhão Central da Festa, a Campanha de Fundos marcará presença, nomeadamente na Banca Central.

Foi realçada a necessidade de contrariar, na Festa, a realização de outras iniciativas sectoriais ou regionais, designadamente sorteios, que, pela eventual proliferação, possam vir a confundir o visitante.

Como participar

Para participar nesta Campanha Nacional de Fundos pode-se adquirir em qualquer Centro de Trabalho do PCP cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos ou participar em listas para recolha de fundos.

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Para além da vertente contributiva pontual esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

João Amaral sobre o SIS: "É um cancro que tem de ser extirpado pela raiz"

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a exigir a "imediate demissão" do general Pedro Cardoso, considerado o "homem forte das secretas", pedindo simultaneamente o completo apuramento dos "actos ilegais e criminosos praticados por dirigentes e agentes do SIS sob a instigação das chefias do PSD" e consequente punição dos seus responsáveis e cúmplices.

Veiculada pelo deputado comunista João Amaral, na última reunião da Comissão Permanente, esta posição da bancada comunista vem na sequência de anteriores iniciativas suas - recorde-se que foi o PCP o primeiro em Junho de 1993 a subcrever uma iniciativa parlamentar com esse fim -, tendentes a

pôr cobro às actuações ilegais e antidemocráticas do SIS.

Com as mais recentes notícias vindas a lume sobre novos casos de "escutas" - que originaram um pedido de audição parlamentar ao director do SIS, que acabou por ser chumbado pelo PSD no decorrer da reunião realizada faz hoje oito dias -, renovadas

razões assistem a João Amaral quando afirma que a "secretas" se transformou "numa aberração sem remédio" e que constitui em si mesma o "sintoma mais à vista de uma perigosa doença que a política do PSD instalou no País e está a minar as liberdades e a vida democrática".

O deputado comunista foi mesmo mais longe ao considerar que o SIS "como está actualmente é um cancro que tem de ser extirpado pela raiz", pelo que, sublinhou, "uma das primeiras medidas de um novo Governo com uma nova política democrática e de esquerda tem de ser uma radical mudança nas pessoas, nos métodos e nas leis

que constituem e enquadram o SIS".

Entre as alterações legais que considera imprescindíveis, citou, contam-se a atribuição ao Conselho de Fiscalização de poderes de inspecção sem pré-aviso, a inclusão no Conselho de Fiscalização de deputados dos quatro maiores partidos, e o estabelecimento de severos limites à actividade dos Serviços, "proibindo e punindo criminalmente qualquer actuação ou ingerência contra as actividades constitucionalmente garantidas dos partidos políticos, associações sindicais e outras associações de natureza social, económica e cultural".

Octávio Teixeira acusa: PSD faz propaganda com dinheiros públicos

A recente carta dirigida pelo Primeiro-Ministro aos dois milhões de pensionistas e reformados a pretexto do anúncio de um "programa de turismo para a terceira-idade" foi classificada pelo líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, como uma iniciativa "chocante, revoltante e eticamente inaceitável".

O assunto veio a lume na reunião da Comissão Permanente realizada faz hoje oito dias, com a formação comunista a enquadrar o gesto de Cavaco Silva na "escandalosa campanha de propaganda do PSD paga com dinheiros do Estado", campanha partidária de que não podem ser dissociadas outras acções não menos reprováveis, como sejam, o anúncio de "pacotes e mais pacotes de fun-

dos comunitários", a utilização abusiva de helicópteros e veículos do Estado por parte de ministros em deslocações partidárias, ou a distribuição de cheques sacados sobre o Orçamento do Estado.

"É chocante que o Primeiro-Ministro tendo como único objectivo tentar captar votos para o seu partido (e, quiza, tentando angariá-los, igualmente, para as eleições presidenciais) -

observou Octávio Teixeira - anuncie um programa de turismo ao «módico» preço de 1.500\$00 diários, a 1,8 milhões de idosos cujas reformas não ultrapassam os 28 contos mensais, 1,2 milhões dos quais com pensões inferiores a 20 mil escudos".

Mas se a natureza "revoltante" da missiva, no entender de Octávio Teixeira, reside essencialmente no facto de a mesma escamotear que o limite máximo dos beneficiários efectivos não ultrapassa os 10 mil, não menos grave, do seu ponto de vista, é a forma "eticamente indigna" como Cavaco Silva utiliza, subliminarmente certos termos da prosa, nomeadamente

quando a concluiu com um «conto com a sua colaboração. Com votos(...) de boa saúde»

Particularmente em foco no decorrer da reunião esteve ainda o parecer do Tribunal de Contas sobre o Orçamento do Estado de 1993. Em causa está, concretamente, o facto de o Governo ter ultrapassado em 86 milhões de contos o limite máximo de despesa orçamental autorizado pela Assembleia da República.

Considerandô-a uma "completa e brutal ilegalidade", esta situação é ainda na opinião de Octávio Teixeira um claro testemunho do "desprezo do PSD e dos seus governos pela legalidade e pelos poderes da Assembleia da República".

Para perservar ambiente e património Interdição de trânsito automóvel no interior do Castelo de S. Jorge

Por despacho do vereador Rui Godinho, responsável pelo Pelouro do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Lisboa, foi disciplinada a circulação de tráfego automóvel no interior do Castelo de S. Jorge, sendo a partir de agora proibida a circulação e estacionamento de veículos motorizados no interior do monumento.

Ficam apenas autorizados a circular os veículos oficiais, as viaturas de aluguer, enquanto se mantiver a respectiva praça, as que se relacionem com cargas e descargas de mercadorias destinadas aos equipamentos existentes no recinto, e estas

pelo tempo estritamente necessário, preferencialmente fora dos horários de abertura ao público. Os moradores e os trabalhadores ao serviço das diversas estruturas do Castelo não estão abrangidos pela restrição.

Neste sentido, vão ser colocadas placas e sinais de trânsito à entrada da Freguesia do Castelo, junto ao arco, esclarecendo e instituindo estas alterações. Entretanto o vereador Rui Godinho informa que já estão em curso medidas de reforço da segurança quer dos habitantes, quer dos visitantes do Castelo.

Esta decisão disciplinadora -

que está a colher os aplausos generalizados dos habitantes e dos utentes - insere-se na política da Câmara de defesa do património, surgindo na consideração «que se impõe que todos quantos visitam o Castelo de S. Jorge o façam com segurança, para que possam fruir em pleno o valor histórico e patrimonial do espaço, bem como a amenidade dos espaços verdes e o magnífico sistema de vistas que é proporcionado».

Para a restrição do tráfego automóvel neste local da Cidade foi também considerado que «o Castelo de S. Jorge constitui um representativo

monumento do património histórico nacional e referência especial da Cidade de Lisboa», e «um equipamento lúdico e de lazer muito frequentado por munícipes de todas as idades e em especial crianças, sendo também um dos locais mais procurados por quem visita Lisboa».

A decisão considerou ainda que os jardins, os espaços verdes e outros espaços de uso público «constituem um conjunto de fauna e flora que importa perservar e valorizar, no quadro da defesa e valorização do ambiente urbano que se pretende para toda a Cidade».

CNA denuncia Apoios à agricultura são uma fraude

O 'pacote' governamental das anunciadas ajudas aos agricultores afectados pela seca e pelas geadas é considerado um "aborto" pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), num comunicado divulgado a semana passada em que se desmascara a demagogia e manipulação feita em torno dos pretensos apoios.

A CNA começa por fazer notar que as verbas envolvidas nas "medidas" não são as propagandeadas; não há dinheiro "novo" da União Europeia, mas apenas alguns adiantamentos do PDR normal. Mesmo no respeitante às verbas do Orçamento do Estado, o essencial advém de "adiantamentos", ou seja, antecipam-se de um mês pagamentos normais, como é o caso por exemplo das indemnizações compensatórias.

Acresce, por outro lado, refere a CNA, que não está prevista a repartição entre as verbas destinadas a minorar os dois flagelos (geadas e seca), e que a 'linha de crédito bonificado' é mais um "presente envenenado" porque, a serem aceites as condições propostas (juros altos e amortizações em quatro anos) constituiria mais de 40 milhões de contos de novas dívidas, mais os juros (10 milhões).

A Confederação considera ainda que as indemnizações previstas são de "miséria", já que não cobrem a quarta parte do valor real dos prejuízos e

excluem injustamente todos aqueles com prejuízos inferiores a 35 por cento duma colheita normal.

Para agravar esta situação, o Governo impôs o prazo de 20 de Julho para entrega das declarações dos agricultores (quando as organizações da lavoura já tinham recolhido inúmeras declarações que podiam servir para o efeito). O prazo é considerado insuficiente, não só devido à escassez de informações por parte dos serviços do Ministério da Agricultura, como também pela inevitável saturação dos serviços das Juntas de Freguesia a quem caberá atestar as novas (e desnecessárias) declarações. A CNA exige a prorrogação do referido prazo pelo menos até ao fim de Julho, bem como um efectivo apoio e menos burocracia para as indemnizações a fundo perdido.

Avidouro protesta

Fortemente crítica é igualmente a posição dos agricultores/vitivinicultores de Vila

Real, que a convite da AVI-DOURO (Associação dos Vitivinicultores Independentes do Douro) se reuniram na passada sexta-feira para analisar as "medidas de apoio" anunciadas pelo Governo. De acordo com um comunicado divulgado a propósito, as referidas medidas, apesar de contemplarem algumas das suas reivindicações, são no essencial consideradas "desajustadas no tempo e na forma", uma vez que as geadas de Abril e o granizo de Junho (somados aos prejuízos de anos anteriores não contemplados), "criaram uma situação de desespero e penúria" que nelas não encontra solução.

Os agricultores/vitivinicultores de Vila Real consideram que o valor da indemnização é insuficiente; não contempla todos os prejudicados nem todas as culturas; o processo utilizado na inventariação dos prejuízos é muito burocrático e desadequado; a moratória para as dívidas anteriormente contraídas e o prazo para a linha de crédito são manifestamente curtos.

Por tudo isso (e para que não se fique apenas "perante uma habilidosa manipulação de milhões"), reclamam: alargamento do prazo para a entrega dos impressos; reconhecimento das declarações recolhidas pelas Juntas de Freguesia e organizações de agricultores; alargamento dos apoios a agricultores e cooperativas independentemente da percentagem dos prejuízos; alargamento do prazo da "linha de crédito bonificado" e sem juros; revisão dos valores das indemnizações/ha, com o apuramento dos novos valores em conjunto com organizações representativas dos agricultores, concretamente com a CNA; constituição urgente de comissões tripartidas para avaliação dos prejuízos (serviços do MAP, autarquias e organizações de agricultores); alargamento sem juros do prazo da moratória das dívidas anteriores à Banca; e urgente definição de um seguro de colheita acessível e compensador.

Aqualva-Cacém O Presidente da Junta, o filho dele, o cemitério e a Lei

Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Aqualva-Cacém reclamam a punição do executivo da Junta e a perda de mandato do respectivo Presidente, por total violação da Lei no concurso realizado para Coveiros e Encarregado do Cemitério da Freguesia, para o que vão recorrer aos órgãos competentes, nomeadamente aos Tribunais.

A decisão foi anunciada no passado dia 5, em Assembleia extraordinária, onde os eleitos da CDU tornaram público as ilegalidades cometidas num processo cujo objectivo mais do que evidente foi o de arranjar um "tacho" ao rebento do Presidente da Junta, por sinal eleito pelo Partido Socialista.

A história é simples: em meados de Janeiro, o Diário da República publica um aviso da responsabilidade da Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, dando conta do concurso externo de ingresso para a categoria de Coveiros e Encarregado de Cemitério, cujo júri era constituído por cinco elementos do executivo autárquico e presidido pelo respectivo Presidente. Até aqui, nada de particular a assinalar.

O problema surge quando, aberto e encerrado o concurso, se constata serem desconhecidos o número e nomes dos concorrentes, apesar de tal informação ter sido solicitada em reunião da

Assembleia de Freguesia. Que interesse haveria em ocultar tais dados? A resposta vem a tornar-se óbvia quando, posteriormente, se vem a saber da candidatura do filho do Presidente da Junta ao lugar de encarregado do cemitério, onde de resto já trabalhava antes mesmo da selecção dos candidatos. Em reunião realizada a 20 de Junho, a Junta de Freguesia admite para os seus quadros, a partir de 1 de Julho, o filho do Presidente, que, recorda-se, presidia ao júri do concurso. Numa tentativa caricata de aparentar isenção (reveladora da consciência da ilegalidade que estava a ser cometida), o Presidente ausentara-se no momento da votação, sem no entanto dar qualquer explicação para a sua ausência.

A manobra é denunciada pelos eleitos da CDU, para quem o respeito pela legislação em vigor não pode ser torneado para dar cobertura a compadrios.

Empenhados na dignificação dos órgãos autárquicos, que passa necessariamente pelo trabalho, honestidade, competência e transparência, os eleitos da CDU em Aqualva-Cacém tomaram a única atitude possível: levar o caso a Tribunal para que a legalidade seja reposta e os que a transgrediram sejam punidos. Afinal, quem dá pazadas na Lei corre o risco de se enterar.

Associações Juvenis, quem as não quer?

O associativismo juvenil debate-se com sérios problemas que estão a pôr em causa a sua sobrevivência como forma de organização autónoma da juventude e está cada vez mais confrontado com uma teia de indefinições legais que visam objectivamente a sua manipulação pelos detentores do Poder, tanto a nível local como central. Esta a conclusão a que chegou a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) do distrito do Porto, após reuniões efectuadas com as Associações Juvenis daquele distrito.

Segundo a JCP, a falta de apoio ao associativismo juvenil faz-se sentir desde o momento em que qualquer grupo de jovens se interessa por formar uma associação, já que o comum é não encontrar junto do Instituto Português da Juventude (IPJ) ou do Poder Local sequer um simples serviço de informações, para já não falar de apoio técnico ou material. Se mesmo assim a Associação consegue

formar-se, os problemas nem por isso deixam de se multiplicar: os subsídios a que teoricamente têm direito não estão devidamente regulamentados, o que abre caminho a todo o tipo de discriminações; as formas de candidatura aos projectos do IPJ são mantidas num semi-secretismo que favorece compadrios; as exigências de diversos tipos a que são submetidas as Associações (caso da obrigatorie-

dade de pagamento de direitos de autor ou da exigência legal da idade mínima de 18 anos para se poder participar nos corpos gerentes) funcionam na prática como meio desmobilizador da sua actividade.

Para a JCP, não faz sentido que, sendo as Associações Juvenis organizações de utilidade pública, apenas as suas receitas de actividades desportivas e culturais estejam isentas de encargos, enquanto as provenientes do funcionamento de bares, por exemplo, estão sujeitas ao pagamento de IRC, desde que os proventos ultrapassem os 1000 contos/ano. Confrontadas com a necessidade de fazer face a despesas crescentes inerentes à sua própria actividade e objectivos (que não têm fins lucrativos, é bom não esquecer), as Associações Juvenis consideram que, se se limitarem às iniciativas cujas receitas estão isentas de IRC e IVA, têm os seus dias praticamente contados.

Salientando o importante papel que este tipo de organizações desempenha na sociedade, designadamente no combate ao racismo, a xenofobia e à marginalidade, e na aprendizagem e defesa da democracia, a JCP exige dos órgãos competentes o devido apoio às Associações Juvenis.

DESCIDA DO RIO TEJO



17 a 24 Agosto

organização conjunta Juventude CDU

União da Juventude Comunista de Espanha

Descer o Tejo com a CDU

Numa iniciativa conjunta, a Juventude CDU e a União da Juventude Comunista de Espanha propõem umas férias diferentes: uma descida do Tejo, que promete ser uma jornada de aventura e convívio entre jovens portugueses e espanhóis e com as populações ribeirinhas dos dois países.

O início da jornada está marcado para 17 de Agosto, com partida de Lisboa para Cáceres, em autocarro. A partir daí, os barcos pneumáticos esperam os participantes que durante cinco dias vão navegar Tejo fora, estando a chegada a Vila Franca aprazada para dia 23. Um passeio de falua, com visita à Reserva Natural do Estuário do Tejo, remata com chave de ouro estas férias que prometem deixar saudades.

Aos interessados basta contactar a JCP (R. Sousa Martins, 8 - 1050 Lisboa, ou pelos Telefones 3557349/3557364) e fazer a inscrição, até ao próximo dia 7 de Agosto. É melhor não perder tempo.

Música jovem

Os quatro concelhos do sul do distrito de Setúbal, no litoral alentejano, estão a realizar o 1º Concurso de Música Moderna Portuguesa, cujo objectivo é incentivar e descobrir novos talentos na região.

A organização do Concurso é da responsabilidade dos núcleos concelhios da JCP, e decorre no âmbito da Festa da Terra e do Mar e da Festa do Avante/1995.

O certame realiza-se em duas fases: a primeira, a nível concelhio, a decorrer este mês, para apuramento dos representantes de cada concelho; a segunda, a realizar em Sines no mês de Agosto, no decorrer da Festa da Terra e do Mar, em que os vencedores de cada concelho disputarão entre si o primeiro lugar. O vencedor da final actuará na Festa do Avante, em Setembro.

Shell

A Noruega anunciou que aceita o estacionamento da Brent Spar, da Shell, no seu território durante um ano, dando assim tempo à empresa para decidir do destino a dar à plataforma petrolífera desactivada. A Shell renunciou, em Junho, ao seu plano de afundar a Brent Spar no oceano, a norte da Escócia, depois dos protestos e boicotes de que a empresa foi alvo a partir do momento em que o movimento ecologista Greenpeace ocupou a plataforma. Opositores do afundamento descreveram a Brent Spar como sendo uma bomba tóxica por conter produtos químicos e outros materiais que poderiam poluir o oceano. A Shell pediu o auxílio da Noruega e esta, ao cabo de uma semana de exame do pedido, anunciou que aceitaria o estacionamento da plataforma em Erfjord, na costa ocidental do país. Num comunicado, o ministério frisou que o acordo para o estacionamento da plataforma contempla medidas destinadas a evitar a poluição e a proteger a pesca na região.

Bósnia

O secretário-geral das Nações Unidas reafirmou em Genebra opôr-se a uma retirada das forças humanitárias e de manutenção de paz, tanto da Bósnia como da Croácia, apesar dos apelos crescentes a uma retirada da FORPRONU. Todavia, "se se quer mudar a actual evolução e evitar uma retirada, há a necessidade imperiosa de persuadir as partes (em conflito) a recriar as condições nas quais a Organização poderá exercer o seu mandato", sublinhou. Todos os participantes na reunião de Genebra concordaram que os esforços de paz da ONU na ex-Jugoslávia só resultarão se forem conduzidos em paralelo com uma negociação eficaz susceptível de convencer as partes que elas têm uma alternativa à resolução das suas ofensas por uma guerra prolongada".

Cuba

Os cerca de 7,6 milhões de eleitores cubanos foram às urnas domingo passado para escolher os seus 14.229 conselheiros dos 169 municípios existentes no arquipélago. A escolha foi entre 29.131 candidatos designados, entre meados de Maio e meados de Junho, pela população, durante assembleias de bairro, tal como previsto na lei cubana.

Para ser eleito, um candidato às funções de "delegado do poder popular" (conselheiro municipal) deve obter a

México

Violência no Estado de Guerrero

O clima de tensão desencadeado pelo massacre de Acapulco, em que duas dezenas de pessoas foram assassinadas pela polícia, tem vindo a avolumar-se no Estado de Guerrero, enquanto em várias cidades do México se realizam manifestações de protesto contra a violência policial.

Milhares de mexicanos manifestaram-se na capital mexicana, Cidade do México, na praça da Constituição. Uma manifestação silenciosa em que participaram estudantes, sindicalistas, professores, trabalhadores dos bairros populares, enquanto tocavam os carrilhões da catedral. Diferentes protestos decorreram também noutras localidades, nomeadamente em Coyuca de Benitez, Estado de Guerrero, no sul do país, perto de Acapulco, onde camponeses foram vítimas do massacre policial em 28 de Junho.

Já depois do massacre de Acapulco, ocorreram novos morticínios.

Doze pessoas foram assassinadas quarta-feira em Las Palmitas, perto de Ajuchitan de Progreso, por homens que se apresentaram como elementos da polícia judiciária do Estado.

Pelo menos cinco polícias foram mortos a tiro, sexta-feira, numa emboscada ocorrida na municipalidade de Olinala, Estado de Guerrero.

Os motivos que estão por detrás dos assassinios de sexta-feira não são ainda conhecidos e

os três ataques parecem não estar relacionados.

Segundo as autoridades, a emboscada ocorreu numa zona montanhosa e remota, perto da aldeia de Xalmolapa, a cerca de 170 quilómetros a nordeste do porto de Acapulco.

Os agentes iam fazer um inquérito ao local onde foi assassinado um camponês, afirmou o delegado do ministério da Justiça de Guerrero, Mariano Ayala.

Segundo fontes não oficiais, poderá tratar-se de um "ajuste de contas" entre traficantes de droga e polícias.

Em dez dias, o total de pessoas mortas no Estado de Guerrero eleva-se já a 34.

O partido da Revolução Democrática (PRD, oposição de esquerda) exigiu a demissão do governador do Estado, Ruben Figueroa, e depôs queixa contra ele por crimes de genocídio e utilização de armamento destinado ao exército.

Segundo o Centro Agustín Pro, uma organização de defesa dos direitos do homem, nos últimos dois anos e dois meses de mandato de Figueroa foram cometidos em Guerrero 115 homicídios, sobretudo de índios e camponeses. Este Estado figura em segundo lugar, a nível nacional, nos "assassinios políticos" que atingem os membros do PRD, acrescentou a organização.



Vinte mil índios de Chiapas fugiram para as montanhas após a ocupação da região pelas tropas mexicanas

Turquia Violação dos direitos humanos

A Associação turca dos direitos humanos (IHD), divulgou recentemente um relatório em que se salienta que as violações dos direitos humanos no país se intensificaram em Abril-Maio.

Segundo o relatório, pelo menos 20 pessoas foram mortas sem julgamento e 26 desapareceram das prisões públicas. Por diferentes razões, mas todas relacionadas com a liberdade de expressão, 1439 outras foram detidas.

As perseguições a escritores e intelectuais fazem parte da rotina. Ao abrigo de leis "anti-terroristas, foram suspensas entretanto 50 publicações e presos 75 editores, muitos dos quais incorrendo em penas de prisão de vários anos.

Este documento da Associação turca dos direitos humanos vem confirmar a gravidade de uma situação já denunciada no relatório anual estes dias publicado pela Amnistia Internacional (AI).

O relatório da AI refere centenas de presos políticos e o recurso sistemático à tortura e denuncia o assassinato de pelo menos 29 pessoas, o "desaparecimento" de 55 presos pelas forças de segurança e "centenas de pessoas mortas nas províncias de maioria curda, em circunstâncias que levam a pensar terem sido vítimas de execuções extrajudiciais obra das forças de segurança".

O relatório da Amnistia Internacional refere ainda uma degradação da situação dos direitos do homem em muitos países - a existência de presos políticos em pelo menos 78 países; a prática de tortura em 120; execuções extra-judiciais em mais de cinquenta países e "desaparecimentos" em pelo menos 30; aumentou o número de condenações à morte (os Estados Unidos e a Arábia Saudita são nesse plano exemplos significativos), de massacres étnicos e assassinatos políticos.

O genocídio no Ruanda surge como "o exemplo mais dramático da evolução das violações dos direitos do homem no mundo".

Na América Latina registaram-se toda a espécie de abusos e violações dos direitos humanos. Assassinatos em pelo menos 13 países, "desaparecimentos" em 7, tortura em 22, violações, detenções sem processo ou após julgamentos-farsa em 8, prática corrente da pena de morte em 8.

"A maioria dos governos da região não tomaram qualquer medida efectiva contra esta situação", muitas vezes obra dos seus próprios "agentes", denuncia a Amnistia, que lamenta o clima de impunidade que reina em muitos destes países, nomeadamente na Colômbia, onde mais de mil pessoas foram assassinadas.

África em Notícias

África do Sul

O ex-ministro da lei e da ordem sul-africano Adriaan Vlock e o reformado comissário da polícia General Johan Van der Merwe estavam a par de operações sujas "assustadoras" realizadas pela polícia, segundo relatório secreto agora divulgado. O relatório da comissão Goldstone, criada para investigação de incidentes e crimes de motivação política, foi entregue ao semanário sul-africano "Weekly Mail/Guardian" por Paul Erasmus, um antigo polícia envolvido nestas operações. O relatório refere que a comissão Goldstone estava em poder de uma "massa de detalhes" estabelecendo que a divisão de segurança da polícia tinha estado durante vários anos envolvida em actividades criminais sérias, incluindo assassinios, fraude, chantagem e uma enorme operação de desinformação política. Segundo o documento, a relevância destas actividades, que datavam da década de 1980, decorria de explicarem a violência e intimidação prevalentes na altura em que foi escrito o relatório. "Um largo e infeliz número de oficiais da polícia actualmente no activo em postos superiores, incluindo o comissário da polícia, não só estava a par de algumas das actividades criminais iniciais como deve tê-las aprovado e aos fundos que as tornaram possíveis", refere o relatório. "Da mesma forma, segundo as evidências apresentadas à comissão, estava o ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlock".

Desminagem

A ONU criou um Fundo destinado a apoiar os programas de desminagem em curso em Angola, Moçambique, Somália, Afeganistão, Iraque e Camboja. No futuro, existirão programas no Ruanda, Geórgia, Chade e ex-Jugoslávia. No total, "o esforço global para a desminagem" em curso ou a realizar no futuro rondará os 85 milhões de dólares, segundo a ONU. "Precisaríamos de 1,5 mil milhões de dólares apenas para eliminar as novas minas colocadas em cada ano e 33 mil milhões para destruir as já colocadas", disse um responsável da ONU. Em 1994, apenas 100.000 desses engenhos, que matam civis muito depois de findas as guerras, foram neutralizados por um custo médio bem superior (de 300 a 1000 dólares) ao do seu fabrico (três dólares). Entre 30 a 40 por cento dos mortos anuais têm menos de 15 anos. O secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, ape-

lou à "supressão de forma geral e absoluta destas armas desumanas", pois dotá-los de sistemas de detecção ou autodestruição não chega. E defendeu a necessidade de "proibir o seu uso, proibir o seu fabrico, é preciso destruir os stocks".

Epidemia

Pelo menos 700 pessoas morreram nos últimos dois meses vítimas de uma epidemia de diarreia na região norte da Libéria, uma zona inacessível à ajuda humanitária devido à guerra civil no país. Segundo as autoridades médicas locais, o primeiro caso mortal registou-se no dia 2 de Maio, em Fassama (a 160 quilómetros de Monróvia), de onde a epidemia se propagou rapidamente para localidades vizinhas.

Sindicatos

Dirigentes sindicais dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), reunidos em Maputo, defendem a "concertação social" para a resolução dos problemas socio-económicos internos. A recomendação consta das conclusões de um seminário que reuniu os secretários-gerais e membros das centrais sindicais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. No final do encontro de cinco dias sobre "concertação social", os sindicalistas recomendaram centrar a sua luta no reconhecimento da "necessidade e a importância da participação dos sindicatos na negociação dos problemas socio-económicos e laborais".

Foram discutidos aspectos técnicos do movimento sindical, como os sistemas e mecanismos de negociação e resolução de conflitos.

Angola

Deslocados de guerra dos municípios da Ganda, Chongoroi e Caimbambo, num total de 11.500, receberam agora em Benguela (litoral-sul) a que poderá ser a última assistência alimentar da ONU. O Programa alimentar mundial (PAM) decidiu reduzir a assistência alimentar gratuita aos centros urbanos para obrigar as populações ali concentradas a regressarem às suas áreas de origem. Além da guerra, a província de Benguela, a que pertencem os três municípios, vive uma situação de seca desde há quatro anos.

Testes nucleares Decisão de Chirac levanta protestos em todo o mundo

Sábado passado, dez mil pessoas desfilaram pelas ruas de Paris pelo fim dos ensaios nucleares e a proibição da arma nuclear. Em Mururoa, a organização ecologista internacional Greenpeace, pôs uma vez mais em causa a realização de testes nucleares. Por todo o mundo, e em particular no Pacífico Sul e na América Latina, têm vindo a realizar-se manifestações anti-nucleares.

A decisão do presidente francês, Chirac, de retomar os testes nucleares, gerou uma onda de protestos que testemunha das potencialidades do movimento contra as armas nucleares.

Movimento para que neste momento confluem reivindicações autonomistas das populações da Polinésia, sujeitas ainda ao colonialismo francês, ou exigências de carácter social, quando ressalta o contraste entre o dinheiro, que não há, para o combate à exclusão social, e aquele que há sempre, para testar novas e mais sofisticadas armas.

Não por acaso o dirigente independentista polinésio Oscar Temaru e o padre francês Jacques Gaillot, conhecido pela sua luta pela justiça social, estiveram juntos no

Rainbow Warrior, o navio da Greenpeace, que viria a ser assaltado por comandos franceses depois de ter penetrado na zona de exclusão das 12 milhas em redor do atol de Mururoa, transformado pela França em polígono de ensaios nucleares.

Os protestos contra a prevista realização, a partir de Setembro próximo, de oito novos testes nucleares, estão a revestir-se mesmo, nalguns casos, de carácter oficial, e tenderão a assumir proporções maiores esta sexta-feira, 14 de Julho, dia nacional da França.

Em França, segundo as últimas sondagens, 56 por cento das pessoas pronunciou-se contra os testes nucleares. Na Alemanha, é 95 por cento da população que se opõe ao reinício dos ensaios nucleares franceses. Sucederam-se manifestações de protesto em Washington, Londres, Viena, Madrid, Dublin, Bona, Roma, Helsínquia, Zurique, Santiago do Chile, Hong Kong. Os mais acentuados protestos vêm, como é natural, do Pacífico Sul, em particular da Austrália e da Nova Zelândia. Em países pesqueiros como o Chile, Peru e Equador, que têm vindo a descobrir substâncias radioactivas nas suas

águas, a posição contra a decisão da presidência francesa conta com forte apoio popular.

O Fórum da nova esquerda europeia aprovou uma declaração em que denuncia "a série de testes anunciada e a perspectiva de novos testes em laboratório" como contrários "aos esforços para prevenir a proliferação das armas nucleares, e aos esforços para avançar no desarmamento".

O mês passado o Parlamento Europeu aprovou uma resolução deplorando o reinício dos testes nucleares. Mesmo nos Estados Unidos, o secretário americano da Defesa, William Perry, excluiu categoricamente, em declarações proferidas em Copenhague, "qualquer retomada dos testes nucleares americanos".

A nível oficial algumas posições de condenação têm sido entretanto avançadas. Antes do mais na área directamente atingida pela decisão francesa. E também na América Latina, onde os ministros dos Negócios Estrangeiros do Chile, Equador,



Colômbia e Peru assinaram uma declaração contra a iniciativa de Chirac. O porta-voz do governo alemão, Peter Hausmann, disse que

Kohl iria levantar o assunto com Chirac, na cimeira franco-alemã, face ao impacto dos planos franceses na opinião pública alemã.

França Da Argélia a Mururoa

A França iniciou os seus testes nucleares em 13 de Fevereiro de 1960, a céu aberto, na Argélia. Só veio a assinar o Tratado de não-proliferação nuclear em 1992, embora se tenha comprometido, anteriormente, a respeitar as suas cláusulas.

Entretanto, e ao ajudar vários países - Israel, Iraque, Índia, Paquistão, África do Sul, entre outros - a equiparem-se com a bomba atómica, contribuiu para a proliferação horizontal da arma nuclear.

Simultaneamente, ao empenhar-se na modernização sistemática do seu arsenal e recusar a participação em negociações multilaterais para o desarmamento, contribuiu também para a proliferação vertical.

Entre 1970 e 1994, o número de cabeças nucleares francesas passou de 40 para 500. Entre 1996 e 2005 deverá dispor de quatro submarinos nucleares equipados com armas de uma nova geração, dispondo cada um de 16 mísseis M45. Actualmente está a ser feita investigação sobre um míssil ar-solo aerotransportado de longo alcance e

sobre satélites susceptíveis de programas tiros dirigidos a países do sul do Mediterrâneo. Para além dos projectos de mísseis M5.

A França está em terceiro lugar, a nível mundial, quanto

aos testes nucleares, com 192 realizados até hoje.

Em primeiro lugar estão os Estados Unidos, com 1051, seguidos da Rússia, com 715, Grã-Bretanha com 45 e China com 42.

Verdes protestam contra ataque ao Rainbow Warrior

Em comunicado de imprensa, o Partido ecologista português "Os Verdes", "manifesta o seu mais veemente repúdio pela acção de pirataria marítima do Governo francês contra o barco do Greenpeace, ao largo do Pacífico".

No comunicado afirma-se que, uma vez mais, "o governo francês recorreu à força para impedir os protestos pacíficos da organização ambientalista Greenpeace. Porém o governo nuclearista de Jaques Chirac não conseguirá calar os justos protestos das populações das ilhas do Pacífico, nem as vozes dos

ecologistas e Pacifistas por esse mundo fora".

"Os Verdes", que "desde a primeira hora protestaram contra a retoma dos ensaios nucleares franceses no Pacífico, manifestam toda a sua solidariedade para como os protestos das populações locais, para com as iniciativas da organização Greenpeace" e anunciam a realização de uma iniciativa junto à embaixada de França, para 14 de Julho, data da Revolução Francesa, integrando-se assim numa iniciativa conjunta de protesto dos Partidos Verdes da Europa.

maioria absoluta. Nas circunscrições em que nenhum candidato tiver recolhido mais de 50 por cento dos votos haverá uma segunda volta em 16 de Julho.

As últimas eleições organizadas em Cuba, legislativas e presidenciais, tiveram lugar em Fevereiro de 1993. Foram então eleitos os 589 deputados para a Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP) e os 1190 representantes nas 14 assembleias provinciais.

Espanha

Pelo menos 46 por cento dos espanhóis é favorável à realização "imediate" de eleições legislativas antecipadas, indica uma sondagem publicada pelo jornal El País. Trinta por cento das pessoas interrogadas pensam que o regime socialista de Felipe Gonzalez deve terminar a legislatura em 1997, enquanto 17 por cento defendem que as eleições deveriam ser convocadas após a presidência espanhola da União Europeia, que termina em Dezembro próximo. Apenas sete por cento dos espanhóis se abstiveram de responder ao inquérito que, confirmando outras sondagens anteriores, dá ao Partido Popular (PP, direita) uma larga maioria de votos em eventuais eleições antecipadas. Segundo as previsões desta sondagem, o PP obterá 26,8 por cento dos sufrágios, contra 14,7 para o Partido Socialista Operário (PSOE), isto é, uma diferença de 12 pontos. No entanto, o inquérito registou um grande número de indecisos - 39 por cento - ou de pessoas que se recusaram a exprimir os seus pontos de vista sobre o assunto. A sondagem foi realizada entre quarta e sexta-feira passada sobre um conjunto de 1200 pessoas, após o anúncio do escândalo das escutas telefónicas ilegais realizadas pelos serviços secretos espanhóis, o mais recente dos que têm abalado nos últimos meses o executivo de Felipe Gonzalez.

Curdos

A Liga Árabe condenou a nova operação militar turca no Norte do Iraque contra os curdos, classificando-a de "clara violação da soberania nacional árabe". A nova ofensiva turca contra os curdos "desafia o espírito e a letra da lei internacional", refere o comunicado da Liga Árabe divulgado no Cairo, em que é pedido à Turquia para retirar imediatamente as suas tropas. A Liga exorta a Turquia a superar a tensão nas suas fronteiras "através do diálogo, da cooperação e de uma política de boa vizinhança".

CPPC promove comemorações do 50.º aniversário da ONU

As comemorações, em Portugal, do 50º aniversário da fundação das Nações Unidas, foi tema de um encontro realizado no início da semana, na Casa da Paz, por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

O objectivo é criar "um movimento constituído por todas as organizações e instituições" interessadas, com vista a essas comemorações, prevendo-se a realização de um plenário de organizações não governamentais e uma iniciativa de carácter cultural para a semana de desarmamento.

Iniciativas que vêm na sequência da actividade desenvolvida pelo CPPC nesta área.

"Desde há muito e todos os anos - como se afirma em comunicado do Conselho da Paz - durante a Semana Mundial de Desarmamento das Nações Unidas e por ocasião do aniversário da Organização, entre 24 e 30 de Outubro, o CPPC tem promovido iniciativas para assinalar estas datas e sensibilizar e mobilizar a opinião pública portuguesa, para o papel da ONU e para a defesa da Carta da Organização".

"No que se refere muito especialmente às questões de Timor, da Palestina, e do povo árabe em geral, do Sahara Ocidental, da África Austral - em particular apoiando a luta do Comité Especial das Nações Unidas contra o Apartheid na África do Sul -, o CPPC procurou, a partir de uma atitude independente e crítica, acompanhar as iniciativas da Organização".

Carlos Carvalhas no Alentejo

CDU mais forte p

Carlos Carvalhas esteve no último fim-de-semana em terras do Alentejo. Iniciado pela manhã de sexta-feira, em Ponte de Sôr (Portalegre), este périplo do Secretário-Geral do PCP terminou a meio da tarde de domingo, no concelho de Odemira (Beja), depois de na véspera ter andado todo o dia em contactos pelo distrito de Évora. Foram três dias cumprindo um intenso programa de iniciativas locais, rodeado por manifestações de carinho e simpatia, sempre acompanhado em cada distrito pelos candidatos da CDU às Legislativas de Outubro, e respectivos cabeças de lista (Luís Pargana, Portalegre; Lino de Carvalho, Évora; e José Soeiro, Beja).

Assumindo as mais variadas formas - desde contactos com a população até almoços-convívio, passando por visitas a mercados ou encontros com activistas sindicais -, estas iniciativas evidenciaram como nota comum o bom acolhimento prestado à mensagem dos candidatos, não

faltando simultaneamente as manifestações de apoio e confiança às propostas e ao projecto protagonizado pela CDU.

Inseridas no quadro da pré-campanha eleitoral - em rigor, pode dizer-se, elas constituíram verdadeiramente o seu arranque no Alentejo - todas as iniciativas tiveram níveis de participação elevados, facto que não pode deixar de corresponder, como observou em várias ocasiões Carlos Carvalhas, à corrente de simpatia que a Coligação dos comunistas e outros democratas vem concitando um pouco por todo o País, corrente essa que importa transformar em voto e força eleitoral. Esta foi, aliás, uma ideia nuclear desenvolvida por Carlos Carvalhas em praticamente todas as suas intervenções, proferidas de improviso, em que o acento tónico foi dirigido para a importância do voto na CDU como condição essencial para pôr cobro à política de direita.



Depois do encontro com eleitos, activistas e apoiantes da CDU, sexta-feira na Biblioteca Municipal de Ponte de Sôr, Carlos Carvalhas acompanhado de candidatos pelo distrito e dirigentes locais do Partido visitou o centro da Vila



Durante o jantar em Alter do Chão, Carlos Carvalhas afirmou que existe um ambiente de simpatia e um clima geral favorável em torno da CDU



«Reaberto e de cara lavada», como assinalou o camarada da comissão concelhia que deu as boas vindas à comitiva, o Centro de Trabalho do PCP em Bencatel (Vila Viçosa) revelou-se exíguo para acolher a pequena multidão interessada em ouvir os candidatos da CDU e o Secretário-Geral do PCP. Elsa Catarina, independente proposta pelo Partido «Os Verdes», referiu-se à necessidade da construção do Alqueva e realçou a importância do controlo da qualidade da água e da gestão equilibrada dos recursos



Cerca de três dezenas de pessoas participaram num agradável almoço, realizado em Alpalhão



A jovem lista da CDU pelo Círculo de Portalegre, cujos quatro primeiros candidatos têm idades entre os 23 anos e os 32, foi apresentada no concelho de Avis durante uma festa popular realizada, sexta-feira à noite, no largo da localidade



No belo e aprazível Jardim Público de Borba foram muitos os que não quiseram faltar ao almoço-convívio. Servida a sardinhada, devidamente acompanhada pelo bom vinho da região, foi ainda o momento político a concitar a atenção dos presentes. Entre os oradores, Joaquim Serra, número dois da lista, a lembrar as promessas não cumpridas do PSD e a evidenciar como o PS «não sai absolvido» de uma política que «acentuou o atraso do Alentejo em relação às outras regiões do País e da Europa»



De visita à Queijaria Sotonisa, que iniciou a laboração há poucos dias na freguesia de Tolosa, em Nisa, Carlos Carvalhas defendeu apoios à localização de indústrias no distrito como forma de combater o desemprego e a desertificação



«Isto está ruim. Há pouco dinheiro e compra-se pouco». Em Estremoz, à pergunta de «como vão as vendas?», foi esta seguramente a resposta mais ouvida por Carlos Carvalhas dos pequenos produtores que, sábado passado, enchiam o terreiro afecto ao mercado semanal. Vendas fracas, apesar da excelência dos produtos, laboriosamente mostrados em improvisados expositores. Uma crise, disseram-nos, recentemente agravada com a supressão de carreiras (depois da privatização da RN) que fez diminuir a afluência de gente ao mercado proveniente das freguesias vizinhas.



A realidade sócio-laboral de Portalegre foi o tema do encontro com activistas e dirigentes sindicais, realizado no CT do Partido em Portalegre. Estiveram presentes representantes dos têxteis, corticeiros, enfermeiros, professores e da administração local. Após o encontro teve lugar uma conferência de imprensa.



Para derrotar a direita



Dá pelo nome de «Flôr do Alentejo». É uma UCP e no curto período em que a terra esteve nas mãos de quem a trabalhava mais de três centenas de homens e mulheres chegaram a ter nela o seu posto de trabalho garantido. Hoje, em alguns hectares arrendados, pese embora as dificuldades, ainda consegue ocupar 16 trabalhadores. Perante mais de centena e meia de pessoas, a sua história foi lembrada em S. Miguel de Machede, na Praça da República, voltando a ouvir-se entre os presentes a reclamação de uma nova reforma agrária



No encontro com a população de Azaruja, onde foi recebido com as habituais manifestações de simpatia e carinho, Carlos Carvalho considerou uma «mascarada» a tentativa de desresponsabilização do PSD pelas políticas que têm sido seguidas e classificou de «pânico vergonha» o frenesi de inaugurações e promessas protagonizado por membros do Governo



Mais de duas centenas de pessoas compareceram ao jantar-convívio no jardim público de Évora. Apesar do tempo instável que se fez sentir durante toda a tarde, com trovoadas e chuva, a verdade é que a afluência esteve ao nível das melhores expectativas. Presidido pelo mandatário distrital da CDU, Abílio Fernandes (presidente da Câmara de Évora), foram oradores no decorrer do jantar - antecedendo a intervenção de Carlos Carvalho - os candidatos António Fráguas, Luís Varela e o cabeça de lista Lino de Carvalho. Destacado por este foi o facto de poucas vezes se ter ouvido o «PS a defender os interesses do Alentejo na Assembleia da República» e, quando o fez, observou, «foi para estar ao lado do PSD contra o Alentejo», como sucedeu com a escandalosa entrega de 60 milhões de contos aos grandes agrários. Enunciado por Lino de Carvalho foi também o grande objectivo da CDU nas próximas eleições: aumentar a votação no distrito e recuperar o segundo deputado



Freguesia de maioria CDU, Panóias (Ourique) foi a primeira etapa da passagem de Carlos Carvalho pelo distrito de Beja. Enquadrado na «Festa do Futuro» - uma iniciativa da organização local do PCP que já se enraizou no calendário dos festejos anuais -, este contacto com a população acabou por revestir a forma de um comício, onde foi particularmente notória a presença juvenil. Presidido por José Filipe, nele participaram os candidatos da CDU pelo distrito de Beja, entre os quais se encontra o conhecido árbitro internacional de futebol Veiga Trigo. A anteceder a intervenção do Secretário-Geral do PCP, usou da palavra o cabeça de lista, José Socero, da Comissão Política do PCP, pondo em relevo os três grandes objectivos que mobilizam os activistas e simpatizantes da CDU: derrotar a direita e afastá-la do Poder; criar condições para interromper a política de direita prosseguida há 19 anos; reforçar a CDU e eleger mais deputados como condição essencial para garantir uma política ao serviço do povo e dos interesses nacionais.



Em Garvão, sob um sol de rachar, foi de um improvisado palanque que José Socero e Carlos Carvalho se dirigiram à pequena multidão situada em pleno Largo da Palmeira. Realçada no discurso do Secretário-Geral do PCP voltou a ser a ideia-chave de que esta política de concentração da riqueza num pólo não serve os interesses do povo e do País e de que «é possível relançar a economia pelo motor da justiça social», isto é, através do aumento dos salários e das pensões de reforma.

Com grandes experiências históricas - as célebres ocupações de terras e celeiros em 1918, a instalação da Comuna da Luz e as deportações que se lhe seguiram são disso testemunho - Vale de Santiago (Odemira) é uma freguesia onde as suas gentes, como assinalou José Socero, referindo-se ao período da Reforma Agrária, «sabem o que foi ter a terra nas mãos». «Na altura - foi Cláudio Percheiro, presidente da Câmara de Odemira a lembrá-lo ao apresentar os oradores do comício que encheu o Largo principal - houve trabalho para toda a gente». «Hoje - acrescentou -, tem um dos maiores índices de desemprego da região e muitos dos seus filhos foram forçados a vender a sua força de trabalho noutras paragens»




No Monte da Estrada, pequeno lugar da Freguesia de Relíquias, onde os «novos tiveram de partir para ganhar a vida», a estrutura etária - como em tantas outras terras do interior está envelhecida e a população diminuiu consideravelmente. Um bom número desses, que ficaram, na sua grande maioria velhos e mulheres, sabendo do percurso da caravana CDU, a caminho de S. Luís, aguardou pacientemente a sua passagem, forçando uma paragem não prevista no programa. Entre cumprimentos e abraços, tempo ainda para breves palavras, com Carlos Carvalho a recordar a importância de que nenhum voto falte em Outubro próximo



Situado a meia vertente do relevo, todo ele coberto de vegetação, com o branco do casario de S. Luís lá bem ao fundo a sobressair no vale verdejante, o local escolhido para o almoço proporcionou um dos mais animados momentos de convívio desta passagem de Carlos Carvalho por terras do Baixo Alentejo. Estendendo-se ao longo de uma improvisada mesa, moldada ao serpentear do caminho, perto de três centenas de pessoas cumpriram aquilo que Cláudio Percheiro disse ser já uma tradição: estar em festa de amigos, beber um bom vinho e conversar uns com os outros.

DISTRITO DE

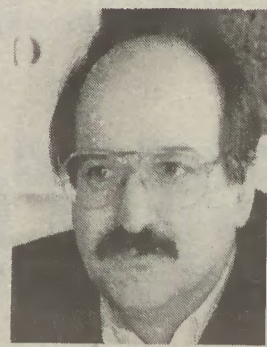
ÉVORA



CDU PRESTA CONTAS PROMETIDOS. CUMPRIMOS!

Um dos veículos de comunicação estabelecidos pelos candidatos que integram a Coligação no seu contacto com os eleitores é um jornal intitulado «CDU presta contas». Distribuído porta-a-porta e em iniciativas de campanha, o leitor encontra em quatro páginas as razões pelas quais, como se pode ler, «vale a pena confiar em quem cumpre»

A herança



EDGAR CORREIA
Membro da Comissão
Política

Sem saudosismo e em nome do futuro, há uma herança de luta e de dignidade que os comunistas e os outros democratas não podem deixar esquecer.

VIRGÍNIA MOURA nasceu em S. Martinho do Conde, em Guimarães, em 19 de Julho de 1915, faz dentro de poucos dias 80 anos.

Comunista indomável - "uma grande força da Natureza" lhe chamou Teixeira de Pascoais -; personalidade de uma grande inteireza, num tempo em que a falsidade marca tantos comportamentos; camarada e amiga do mais fundo do coração; mulher cuja coragem tocou, como ninguém mais, o povo sensível do Porto; - a vida da Virgínia Moura, como a do seu companheiro António Lobão Vital, que há dezasseis anos os seus amigos recordam comovidamente, confundem-se de tal forma e durante décadas com a vida do seu Partido e com a resistência antifascista, que evocá-los é sobretudo falar da longa e corajosa luta do nosso povo pela liberdade e pela democracia.

Já os trabalhadores não descem à Baixa do Porto, ao fim da tarde, modestamente vestidos e de marmitta na mão, de olho na polícia; nem à porta do Guarani, do Imperial, da Sá Reis e no passeio das Cardosas, se juntam já os populares, em grupos, à espera do protesto que a todos convocou e das bastonadas e da correria S. Bento abaixo, Clérigos, Praça D. João I, que não vai demorar segundos a acontecer.

Nem o cinzento das ruas e dos muros das quintas que a cidade envolveu, nem os primeiros nevoeiros e os dias intermináveis de chuva, evocam os encontros clandestinos e a malha viva e incansável da resistência.

Pela Avenida, só a memória faz descer um casal inconfundível: ele magro, bigode e cabelos negros, boina à espanhola; ela, mulher muito bonita, vivíssima. Conversam e olham-se.

O tempo é hoje definitivamente outro.

E é também, como temos visto, o da espessura do silêncio e das mistificações em torno da resistência anti-fascista e dos seus obreiros.

Presa dezasseis vezes, nove vezes processada e três vezes condenada, agredida inúmeras vezes pela polícia durante actos públicos de afirmação democrática, a vida da Virgínia Moura constituiu um constante confronto com o fascismo, desde a arrogante ascensão do regime nos longínquos anos trinta, aos combates do MUNAF e do MUD na década de quarenta, às batalhas em torno das "presidenciais" de 1949 (Norton de Matos) e de 1951 (Ruy Luís Gomes), à formação e à actividade do Movimento Nacional Democrático nos anos cinquenta e à campanha política em torno das "presidenciais" de 58, às grandes lutas da década de sessenta, com destaque para campanha política de massas em torno das "eleições" para a assembleia nacional, em 1969 e em 1973, terminando com a derrocada final da ditadura no 25 de Abril.

No mesmo período o seu companheiro, o António Lobão Vital, esteve também preso dezasseis vezes - a primeira aos vinte e três anos e a última, já doente, passava dos cinquenta -, foi barbaramente torturado e vítima de outros incontáveis actos de violência, somando ao todo seis anos de cárcere repartidos por Peniche, Colónia Penal de

Santa Cruz do Bispo, cadeia da Pide do Porto, Cadeia Central do Norte, Aljube de Lisboa e Aljube do Porto.

Noutro plano, o da sobrevivência económica, as dificuldades não foram menores, nem menor a coragem com que o "casal", como era referenciado por amigos e inimigos, as enfrentou sempre. Negado o exercício normal das suas profissões pela perseguição do regime e pelo ódio dos seus apaniguados, durante muitos anos a Virgínia Moura, a primeira mulher portuguesa formada em engenharia civil, recorreu às explicações e à realização de cálculos técnicos para amigos, enquanto o António Lobão Vital, arquitecto de valor, ia fazendo alguns projectos, entregues por vezes com a assinatura de outros arquitectos para não serem recusados pelos agentes do governo instalados nas Câmaras.

Um confronto travado quotidianamente com um regime ditatorial e opressor, sem nunca fazer concessões, uma tensão de luta pela liberdade e pela democracia que durou mais de quatro décadas e, sobretudo, o próprio exercício dos direitos democráticos cujo reconhecimento exigiam, traduzem obviamente uma

forçada à mais vigorosa clandestinidade, a Virgínia e o Lobão, em unidade com muitos outros democratas (em que o nome dos professores Ruy Luís Gomes, já desaparecido, e de José Morgado, permanecem como referências fundamentais) impuseram ao regime uma continuada e combativa actividade oposicionista. E assumiram-se de facto, no Porto como a nível nacional, como dois dos rostos "legais" do PCP, que afirmaram com grande frontalidade e coragem o papel dos comunistas na vida nacional e que deram combate a todas as tentativas para a sua marginalização e discriminação no campo antifascista.

Constituíram assim isso uma referência política fundamental que aproximou do Partido sucessivas gerações de jovens, muitos trabalhadores, e intelectuais dos mais destacados.

Não se tratou de um contributo isento de dificuldades.

A afirmação dos comunistas na cena política nacional, como o 25 de Abril veio depois a demonstrar de forma exuberante, resultou de um longo e minucioso trabalho que durante décadas enraizou o PCP nos trabalhadores, na juventude, na intelectualidade, através de uma constante intervenção e luta contra o regime fascista e em defesa dos interesses populares. Resultou de uma organização clandestina, forjada e temperada nas maiores dificuldades e dos quadros que reuniu. Mas foi o resultado, igualmente, de um combate político e ideológico complexo e prolongado, travado contra outras correntes políticas oposicionistas que, influenciadas por sectores da burguesia, reagiam vivamente ao papel do PCP na vida nacional e temiam uma intervenção política organizada dos trabalhadores.

As acusações que os comunistas "queimavam tudo", foram durante muitos anos um dos sustentáculos ideológicos das tentativas de marginalização do PCP no seio do movimento democrático, e uma cortina de fumo para manobras de aproximação ao regime através das quais alguns sectores oposicionistas pretenderam, em várias circunstâncias, negociar com este condições de "legalidade" preferencial.

Unindo o combate democrático à afirmação do PCP e dos seus objectivos na vida nacional, Virgínia Moura - como Lobão Vital - não

deram apenas um contributo corajoso à derrota da ditadura fascista. Eles identificaram a sua luta com a da emancipação social e política dos trabalhadores e situaram a sua vida exemplar, no centro das transformações revolucionárias que marcam o nosso tempo.



extraordinária dimensão humana de tais combatentes. Mas chama ao mesmo tempo a atenção para o Partido, de cuja causa e luta foram parte activa e abnegada, desde a juventude, e que a Virgínia ainda hoje prossegue.

Num tempo de repressão e em que a acção do Partido estava

Todos diferentes todos iguais

■ Zillah Branco

A Semana da Juventude comemorada entre 3 e 9 de Julho em muitos países da Europa tem como tema central a luta contra a intolerância, o racismo e a xenofobia, mas também o desemprego, a ignorância e a insegurança em relação ao futuro. Trata-se de uma luta pela dignidade e pela construção de uma sociedade mais justa onde a diversidade de culturas se soma de maneira enriquecedora. Muitas entidades internacionais têm dado o seu apoio, como o Conselho da Europa, e algumas altas personalidades já manifestaram a sua concordância e entusiasmo pela iniciativa. O Presidente da Checoslováquia assinalou com o seu talento literário: "O que dá à vida toda a sua cor e o seu mistério, é o facto de que os grupos humanos diferem uns dos outros pelos seus costumes, seus modos de vida, sua fé, a cor da sua pele, a sua maneira de vestir e outras particularidades..."

Ao mesmo tempo em que este movimento é organizado em defesa das minorias e de populações esmagadas pela prepotência de grupos poderosos, põe em causa o futuro que se está a preparar para as gerações que nos sucederão. Neste fim de século, quando as descobertas científicas e técnicas poderiam oferecer melhores condições de vida para toda a humanidade, assiste-se ao agravamento da miséria e das injustiças sociais com uma perversa distribuição das riquezas mundiais e ao abuso do poder por elites que têm o desprazer de falarem em nome da *democracia*. Foi o que se passou em Junho, numa das sessões da UEO em Paris, quando a Primeiro-Ministro da Turquia, senhora Tensu Ciller, tentou ocultar sob um discurso etéreo sobre a liberdade dos povos do seu país a situação ditatorial que mantém as aldeias *curdas* sob as armas, entregues ao sadismo das forças militares e policiais locais que violam e matam sob falsos pretextos de defesa nacional.

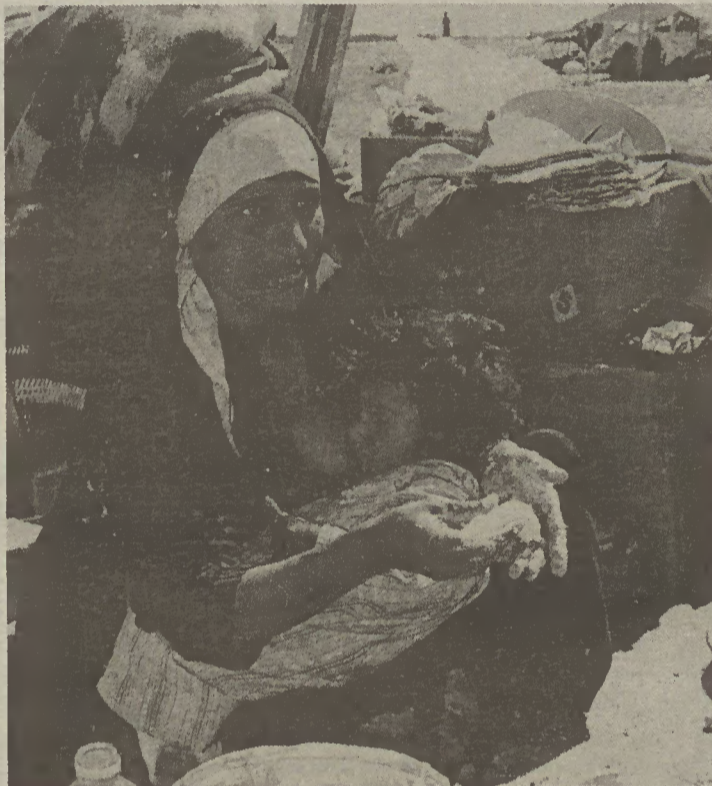
É urgente restaurar o sentido do termo *democracia* e denunciar todos os que utilizam a sua imagem para ocultar as práticas antidemocráticas. Tensu Ciller, por exemplo, justifica a proibição do ensino da língua curda com o dúbio propósito da unificação dos povos por um idioma comum. No entanto, não se trata de uma integração entre culturas diferentes, mas sim da discriminação de 15 milhões de cidadãos que na Turquia querem manter as suas tradições e preservar a sua cultura milenar. Não é com armas, violações, prisões e mortes que se defende a união entre os povos. Menos ainda quando se falseia a realidade em encontros internacionais, faltando ao respeito pelos demais representantes estrangeiros como se fossem ignorantes de uma realidade amplamente conhecida. Muitos dos que ali estavam algum dia visitaram as aldeias do Curdistão e ficaram surpreendidos com a visão dos tanques e do aparato militar que as maculava.

Quem são os curdos

Há três mil anos que a maioria do povo curdo vive na região denominada Curdistão no sudeste da Turquia. Mas hoje

encontra-se privado dos seus direitos e a sua existência chega a ser ignorada e mesmo negada pelo governo turco. A República Turca em 1923 engoliu grande parte do território curdo impondo-lhe a cultura oficial de maneira totalitária. A discriminação estende-se à própria população turca submetida a um regime de terror que sofreu a destruição de três mil aldeias, deportações, vinte mil prisioneiros políticos que são submetidos a torturas sistemáticas, prisão de intelectuais, assassínios organizados pelos esquadrões da morte.

A unidade entre curdos e turcos existe, pois que ao sofrerem as mesmas formas de exploração e perseguição desco-



brem o valor da soma das suas diferenças culturais na igualdade da sua situação de oprimidos. O que não existe é a unidade entre o povo e o governo militar que agora expõe como imagem democrática uma mulher bela, rica, com gentil apresentação, de nacionalidade norte-americana, com algum lustro universitário, que se presta ao papel de *fantoches* da verdadeira força governante. A Turquia assinou várias convenções internacionais como a Carta das Nações Unidas, a Carta de Paris e a Convenção de Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, mas desconhece a resolução da ONU de 1960 relativa à descolonização dos povos, nega e viola as convenções, faltando ao respeito pelas instituições internacionais e pela sua própria palavra.

O povo curdo não pretende o rompimento nacional, mas sim o direito à sua própria cultura, às suas diferenças que,

como disse o Presidente Vaclav Havel, "dão à vida toda a sua cor e o seu mistério". Defendem a sua dignidade, não querem negar as suas raízes históricas, não querem perder a sua personalidade.

O respeito pela verdade

Em Estrasburgo, no dia 28 de Junho passado, uma manifestação de mulheres curdas, vindas da Alemanha, Bélgica, Suíça e França, apresentou-se à frente do Palácio do Conselho da Europa. Elas integram a União de Mulheres Livres do Curdistão e divulgam o sofrimento que as acompanha no exílio e as massacras no interior da Turquia. A sua expressão é pacífica, o seu canto é ora triste, ao referirem os seus mortos, ora cheio de força e esperança num futuro onde a democracia realmente exista. Entregaram ao Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa uma carta aberta pedindo que a sua realidade seja conhecida para que sejam tomadas medidas internacionais que permitam uma solução negociada tal como foi feito para o problema entre Israel e a Palestina. Apresentaram um longo *dossier* sobre a situação de terror imposta ao povo do Curdistão desde 1990 com a descrição pormenorizada dos actos de barbárie praticados em nome da *democracia turca*: 156 mulheres assassinadas, 65 pessoas vitimadas pelas minas colocadas pelos militares junto às aldeias, 82 crianças que perderam braços ou pernas nos ataques militares, 18 crianças assassinadas em bombardeamentos, 30 crianças mortas pelos militares, 43 crianças assassinadas pelos contraguerrilheiros, 11 crianças assassinadas pela polícia e grupos especiais de repressão, 16 crianças assassinadas pelos "protectores da aldeia", 63 membros dos partidos HEP - DEP - HADEP assassinados, 18 jornalistas assassinados, 3 jornalistas desaparecidos e 1 mutilado, 3 distribuidores mortos, 8 vendedores mortos, 4 sindicalistas assassinados, 8 membros da Associação de Direitos do Homem na Turquia e 20 religiosos, 12 médicos, 5 advogados e 28 professores assassinados. Em quatro anos, o governo *democrático* defendido pela senhora Ciller exterminou anualmente 149 civis alcançando o total de quase 600 pessoas.

Ainda não vi nenhum filme sobre tais chacinas, mas repetidas vezes vejo as mesmas cenas do que ocorre na Bósnia. Tornaram herói o piloto americano que caiu em território sérvio e foi resgatado por forças dos Estados Unidos. Quantos heróis e heroínas curdas existirão espalhados por todo o mundo? São milhões os que sobrevivem como emigrantes sobretudo na Europa, suportando as discriminações estrangeiras para escaparem ao terror imposto à sua pátria. Haverá discriminações também entre minorias e *minorias* nos programas de solidariedade?



O Militante

Ano 63 Série IV Nº 217

ABERTURA
2 O VOTO ÚTIL É NA CDU

INFORMAÇÃO
4 TELEVISÃO:
NEM ACASO, NEM INOCÊNCIA!

ORGANIZAÇÃO
6 MAIOR DIFUSÃO DA IMPRENSA
E ELEVAÇÃO DAS RECEITAS
10 REFORÇAR A PARTICIPAÇÃO
DAS MULHERES TRABALHADORAS
13 SOBRE OS QUADROS TÉCNICOS
E CIENTÍFICOS

CADERNO ELEIÇÕES
19 O PCP É INDISPENSÁVEL PARA
DERROTAR POLÍTICA DE DIREITA
22 BALANÇO DA ACTIVIDADE
PARLAMENTAR DO PCP
25 JUVENTUDE EM CAMPANHA:
MÃOS À OBRA!
28 CDU - O VOTO ÚTIL
30 A IMAGEM CDU
NA PROPAGANDA ELEITORAL

EM DESTACÁVEL
QUADROS DA HISTÓRIA
DE PORTUGAL

NOTAS E COMENTÁRIOS

42 Transparência 1
42 Transparência 2
43 Transparência 3
43 Transparência 4
43 A pobreza no mundo
... e em Portugal
43 A realidade não conta?
43 Out' *uniae* mentira
44 Contra-revolução cavaquista

DOCUMENTOS

47 COMUNICADO DO CC DO PCP
49 RESOLUÇÃO DO CC DO PCP
53 COM O PCP, COM A CDU
NO CAMINHO DA ALTERNATIVA
DEMOCRÁTICA



O futuro da pesca longínqua em Portugal

■ Carlos Luís Figueira
membro da Comissão Política do CC do PCP

“A integração de Portugal na Comunidade Europeia, ou na União Europeia, criou um quadro de dificuldades acrescidas às pescas portuguesas, cujas consequências se continuam ainda hoje a repercutir de forma negativa numa actividade económica com tão profundas raízes e tradições no País” - a afirmação é de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política do CC do PCP, que no passado dia 30 de Junho participou em Aveiro numa Conferência organizada pela ADPI - Associação dos Armadores das Pescas Industriais, e cuja intervenção (com subtítulos da responsabilidade da redacção) a seguir publicamos.

Sendo certo que já em 1986, data da integração, as pescas portuguesas evidenciavam sinais de crise (diminuição do volume de capturas, envelhecimento da frota, perda de algumas posições de pesca em águas exteriores, em consequência directa ou indirecta do estabelecimento das 200 milhas como ZEE), a integração, tal como foi aceite pelo Governo português, agravou a extensão dos problemas aprofundando os factores que contribuíram para a crise em que actualmente se encontram, de tal forma que nos parece justo sublinhar que as pescas portuguesas foram dos sectores mais prejudicados pela forma como os sucessivos Governos aceitaram e aplicaram as políticas comunitárias.

Em 1985, um ano antes da integração de Portugal na Comunidade Europeia, o PCP realizava uma iniciativa nacional para procurar avaliar os impactos da adesão nos vários sectores da actividade económica no nosso país.

Em relação às pescas avançamos então com a ideia que «as implicações mais importantes para as actividades pesqueiras nacionais de uma eventual adesão à CEE situavam-se, indubitavelmente no domínio do acesso aos recursos» acrescentando nós ainda que a nossa adesão teria de tomar em linha de conta «a adesão simultânea da Espanha, país que se apresenta como grande e directo concorrente de Portugal na distribuição de quotas pelos países membros, quer na zona comunitária, quer em áreas submetidas à jurisdição de países estrangeiros». Sublinhámos também nessa altura que «as eventuais vantagens que Portugal poderia obter pelo facto de passar a negociar no quadro da CEE, poderiam ser diminuídas no imediato pela concorrência da Espanha e a prazo pelo abandono gradual da política de concessão de licenças de pesca».

Tais previsões ficaram quando muito aquém da realidade face aos problemas que hoje enfrentamos.

O resultado

Desde 1986 que se verifica uma queda nos valores da produção nacional, que passou de perto de 400.000 toneladas para cerca de 300.000, uma diminuição de 20% da frota, com as importações de pescado a aumentarem mais de 170%, provocando um drástico agravamento da balança comercial.

A pesca longínqua que em 1986 representava 46% das capturas efectuadas, sofre importantes quebras, passando de 160.000 toneladas para 65.000.

De 1986 a 1993, trinta e cinco por cento (35%) dos fundos comunitários (mais de 15 milhões de contos) destinados a apoiar esta

actividade são mobilizados para pagar o abate de embarcações, numa linha que é reiterada no 2º Quadro Comunitário de Apoio (QCA) no qual 30% das verbas voltam a estar destinadas a abater barcos.

Num país que consome anualmente entre 450.000 a 600.000 toneladas de peixe, de acordo com as diversas fontes que se referem a esta capitação, a produção nacional em qualquer dos casos fica muito aquém da satisfação dessas necessidades.

Se não forem alterados alguns dos factores que contribuíram para a situação de hoje, as perspectivas tornar-se-ão ainda mais sombrias, sobretudo se atendermos às novas obrigações a que vamos ser sujeitos com a plena integração de Portugal na Política Comum de Pescas a partir de Janeiro de 1996.

Quais foram então, na nossa perspectiva, os factores que mais contribuíram para os problemas que enfrentamos?

Antes de mais, já o sublinhámos, uma negociação mal calculada, claramente prejudicial para as pescas nacionais, somada a aplicação pelo Governo português de normas e orientações voltadas em grande medida para a redução dos esforços de pesca sem terem em conta a natureza dos recursos a explorar, e as características da nossa frota e os direitos históricos adquiridos pelo nosso país.

A aceitação do princípio da «estabilidade relativa», norma arditamente acordada pelos países comunitários imediatamente antes da integração de Portugal e Espanha, impediu-nos de ter acesso a pesqueiros no Norte da Europa.

A perda de posições de pesca em águas exteriores à Comunidade, sem cuidar de criar alternativas, numa posição de grande passividade e de entrega à Espanha de protagonismos nesta área quando é certo que a natureza e problemas que se nos colocam são de dimensões diferentes a exigir respostas diferentes.

A estes factores negativos somaram-se entretanto outros que contribuíram e vão contribuir para tornar mais denso o volume dos problemas que enfrentamos.

Destes destacamos: uma maior agressividade dos Estados detentores de recursos para preservar e negociar o acesso de terceiros aos mesmos, procurando limitar a sua utilização e vendendo ao preço mais alto que conseguirem as respectivas quotas; os impactos provocados pelos acordos de comércio mundial inscritos no GATT o que torna aliciente e fortemente competitiva a venda de produtos da pesca no mercado da UE de países exteriores à Comunidade, provocando uma diminuição do interesse dos países mais fortes da UE em apoiar a manutenção do sector pesqueiro comunitário, e as consequências que no plano interno do nosso País, sofremos com particular incidência para a frota longínqua, das vantagens obtidas por parceiros comunitários com a prematura e também mal calculada entrada de Portugal no Mercado Único a partir de 1993.

As propostas do PCP

Para enfrentar este quadro de dificuldades acrescidas são necessárias novas respostas.

Estas têm de passar inquestionavelmente por atitudes mais agressivas na defesa dos interesses nacionais através de uma outra política.

Mais, a continuarmos na linha que tem vindo a ser seguida, provocando a sistemática diminuição do peso da nossa pesca longínqua ou a que exerce actividade noutras águas exteriores (caso recente de Marrocos), vamos assistir progressivamente a um redobrado esforço de pesca no interior das nossas 12 milhas, colocando a curto prazo em causa a estabilidade dos seus recursos que como se sabe representam 80% das capturas que obtemos em águas nacionais.

As medidas que avançamos têm como base a extrema necessidade de defendermos a nossa actividade pesqueira em todos os segmentos em que esta opera considerando, particularmente em relação à pesca longínqua, que se trata de um sector onde dispomos de experiência, capacidade produtiva competitiva sendo que tudo o que a pesca longínqua deixar de capturar se traduzirá em prejuízos para a economia do País resultantes de volumes de importação acrescidos que temos de efectuar para garantir o abastecimento da população.

Assim, e aproveitando o facto de estar em curso a própria revisão do Tratado de Maastricht, parece-nos indispensável que se reivindique:

- a consagração de cláusulas de excepção que permitam defender de forma mais eficiente as especificidades e características da nossa actividade produtiva;
- que se defenda a eliminação na Política Comum de Pescas do princípio da estabilidade relativa de forma a ganharmos posições de pesca no Norte da Europa;
- que se desenvolvam esforços, fora do quadro da União Europeia, para estabelecer acordos com países terceiros na África e na América Latina que conduzam, através da negociação Estado a Estado, à consagração de novas oportunidades de pesca para a nossa frota;
- que no interior da Comunidade nos coloquemos numa posição mais interveniente de forma a que possamos obter quotas de pesca que países comunitários não aproveitem;
- que reivindiquemos acesso aos mares da Gronelândia beneficiando de um acordo, dos mais caros da Comunidade, cujo beneficiário exclusivo é a Dinamarca;
- que, no que respeita à zona da NAFO, a Comunidade estabeleça negociações com todos os países que a compõem deixando de afunilar as negociações com o Canadá, atitude que tem beneficiado fundamentalmente os canadianos.

Parece-nos de fundamental importância dar corpo a uma nova política na qual os interesses de Portugal sejam melhor defendidos tendo presente as nossas características e capacidades, diferenciadas do volume e dos impactos provocados pela poderosa frota dos nossos vizinhos espanhóis.

A situação diferenciada em que nos encontramos exige respostas diferentes para problemas que são diferentes, abandonando as principais linhas da política até agora seguida, assente num esforço visando a redução de efectivos sem bases nem critérios que o justifiquem nem à luz da necessária preservação de recursos, nem orientados para a necessária modernização desta actividade produtiva, política acompanhada de uma atitude de passividade e submissão a exigências comunitárias que pouco têm a ver com a nossa realidade.

Uma iniciativa de um governo inculto: a «nova» lei do património cultural

■ Paulo Rodrigues

Conforme o «Avante!» noticiou, o Governo, contando mais uma vez com o voto obediente (e isolado) dos deputados do PSD, obteve a aprovação do pedido de autorização legislativa que lhe possibilita alterar a Lei do Património Cultural (Lei nº 13/85).

Esta votação, realizada em vésperas do encerramento dos trabalhos da sexta legislatura da Assembleia da República, não obstante ter passado praticamente despercebida da comunicação social, constitui um facto grave que justifica o esclarecimento, a reflexão e a denúncia.

A apresentação do pedido de autorização legislativa constituiu uma surpresa. Sabia-se que se tinham esboçado, em tempos, na SEC, estudos para uma nova lei. No entanto, nada fazia supor que tais vagas e distantes intenções dessem lugar a este pedido de autorização, precisamente quando o fim da legislatura estava já à vista.

Depois da saída de Santana Lopes, com o crescer da polémica em torno da preservação das gravuras do Côa, com uma SEC debilitada, um IPPAR inoperante e abalado pela suspeita de haver ocultado achados que deveria divulgar, com o ministro da Indústria e a EDP a liderarem os destinos das gravuras rupestres, com a denúncia do abandono de conjuntos fundamentais do nosso património (caso da estação arqueológica de Tróia), era inimaginável que o Governo tentasse, recorrendo a uma autorização legislativa, alterar a Lei do Património. Era inimaginável mas, nestas coisas, a realidade supera a imaginação e esta SEC que é incapaz de dar resposta a problemas exaustivamente identificados (centralização e inoperância de estruturas, inexis-

tência de verdadeiros órgãos consultivos, baixos índices de leitura e crise do sector editorial e livreiro, desacerto em intervenções de restauro, etc., etc.), esta SEC, talvez incentivada pelo coro generalizado que a sua lei do património subaquático suscitou, empreendeu o processo com vista a substituir a Lei 13/85.

Não é inútil recordar, mais uma vez, que esta lei resultou de um processo muito participado em que a procura de consensos e dos mais diversos contributos deu resultados concretos. A lei, muito enriquecida com as diferentes propostas e ângulos de visão, foi aprovada por unanimidade. A Lei 13/85 é, assim, expressão de um esforço de convergência em torno do que de mais perene nos identifica: o nosso património cultural. Procurou-se dotar o País de um instrumento adequado ao desenvolvimento de uma política de defesa, divulgação e valorização do nosso património cultural — e os resultados compensam bem o esforço de quantos intervieram na sua elaboração. Deste trabalho resultou um diploma conceptualmente actualizado, dotado de um conjunto de propostas inovadoras, que consagrou o papel do Estado valorizando a sua acção preventiva, abriu caminho a uma intervenção mais actuante das autarquias e enfatizou o papel dos cidadãos e das suas associações numa atitude democrática e esclarecida.

Entretanto, a regulamentação prevista na lei e que era indispensável para sua completa concretização e experimentação não

teve lugar. Durante alguns anos, os processos de classificação acumularam-se por ausência do respectivo quadro regulamentador. À semelhança de outros diplomas aprovados no período anterior às maiorias absolutas do PSD na Assembleia da República, o governo não só não regulamentou a lei como, depois, passou a invocar a impossibilidade da sua regulamentação como pretexto para a não cumprir e promover a sua substituição por uma lei da responsabilidade exclusiva do PSD.

Como temos denunciado, o método é criticável mas as propostas de alteração que a SEC elaborou para a nova lei não o são menos e, como consequência, a indignação foi generalizada. Arqueólogos, arquitectos, autarcas, investigadores, técnicos que, a diversos níveis, intervêm no património, entre outros, denunciaram as concepções retrógradas, o retrocesso nos princípios, a inexistência dos mecanismos de intervenção, a diluição do papel do Estado, a imperfeição da maioria das formulações.

Discutido nem Plenário o pedido de autorização legislativa, por força de dois requerimentos subscritos por todos os grupos parlamentares, o diploma baixou à Comissão de Educação, Ciência e

pleno de significado.

Em primeiro lugar, porque, no momento em que assistimos a algumas manobras políticas com o objectivo de o PSD de Fernando Nogueira, aparentemente, se demarcar da prática do governo, os factos relatados confirmam a total incapacidade deste partido para alterar a sua nefasta política. Deste modo, a Assembleia da República foi, mais uma vez, câmara de eco do governo.

As críticas, as opiniões diferentes, as propostas que, por iniciativa da Subcomissão de Cultura, chegaram à Assembleia da República, não demoveram os deputados do PSD. O seu autismo apresenta-se, definitivamente, como incurável.

Num tempo em que o PSD repete promessas e procura, de novo, reacender a confiança, tivemos a demonstração clara do que valem, para este partido, a opinião, o debate democrático, a participação dos cidadãos e das suas associações.

Em segundo lugar, confirma-se a incapacidade do PSD de compreender um princípio afinal bem simples: as questões que respeitam ao património comum, não sendo pertença exclusiva de nenhum sector da sociedade, de nenhuma força, ou de qualquer partido, exigem a despartidarização, a procura de consensos e de contributos o mais diversificados possível. O PSD, que deixa, mais do que qualquer outro, uma herança pesada também no plano do património, deveria entender a utilidade e urgência da conjugação de opiniões, esforços e vontades nesta área.

A terceira conclusão que se pode retirar é a de que, neste processo, o PCP confirmou as qualidades que caracterizam a sua intervenção política: capacidade de diálogo, coerência de posições, ligação permanente à sociedade portuguesa e, concretamente, às mulheres e homens da cultura. O mesmo não se pode dizer do

PSD que, em 1984, votou favoravelmente a Lei 13/85 e hoje tenta substituí-la por uma lei que lhe é antagónica no processo e nas concepções.

A última conclusão que gostaríamos de registar é a de que, tal como na educação, na saúde, na investigação ou no trabalho, o PSD que, constantemente, reclama que o PCP se «actualize», surge à luz do dia como um partido de concepções retrógradas, incapaz de compreender as aspirações dos portugueses, inapto para produzir legislação que acolha o Portugal democrático, moderno e participativo a que os portugueses aspiram.

Com a aprovação deste pedido de autorização legislativa, chegámos ao fim de uma fase deste processo; no entanto, a intervenção dentro e fora do Parlamento não terminou. Antes se desenharam, com clareza, diversos cenários de intervenção com vista à alteração, ou mesmo à substituição da futura lei. Essa acção, que já hoje se adivinha, é não só possível mas também absolutamente indispensável.

A tarefa de dotar o País de uma lei que assegure a preservação e valorização do nosso património prosseguirá. Estamos certos que os nossos mosteiros e também as nossas fábricas oitocentistas, os nossos palácios e também as nossas alfaias agrícolas, as nossas obras de música erudita e também as de tradição popular, os criadores e artistas de renome e também os anónimos terão a lei que os proteja, valorize e dignifique.



Cultura. Embora com reservas, admitiu-se a possibilidade de este processo fechado e imperfeito poder ser transformado, por via do debate a realizar nesta comissão. No entanto, cedo se verificou que não seria assim.

O subsecretário de Estado fez entrega de uma nova versão do projecto de lei que, no essencial, mantém todos os aspectos negativos do texto anterior. Bem diz o povo que «o que nasce torto tarde ou nunca se endireita»...

O conjunto de audições levadas a cabo pela Comissão tiveram um grande significado. Arqueólogos, arquitectos, elementos do Episcopado, proprietários de casas antigas, confirmaram a justeza das principais críticas que vinham sendo feitas. As audições tiveram ainda outros aspectos positivos, permitindo detectar novas vertentes do problema e conhecer propostas de grande interesse.

Não obstante ter participado neste processo aberto, não obstante ter tomado conhecimento directo do carácter inequívoco e alargado da discordância face à insólita iniciativa do governo, o PSD não alterou uma vírgula na sua posição e, como referimos no início, viabilizou (com os votos contra de todos os outros partidos) o pedido de autorização legislativa.

É assim que, no ocaso do cavaquismo, vamos conhecer, dentro de pouco tempo, a sua nova lei do património.

Este processo constitui, a nosso ver, um elemento de reflexão

O fundamentalismo do Arroja e a desvergonha do Moura

Tem vindo paulatinamente a afirmar-se no estrelato dos comentaristas políticos encartados e tecnocratas de ideias gerais, que dissertam sobre tudo e coisa nenhuma com montes de sabedoria e elaboração intelectual, um novo «oráculo» que dá pelo nome de Pedro Arroja.

A marca dos produtos da sua já chata e comprida promoção radiofónica TSF (!) e a actividade de articulista que tem vindo a público pode, com preocupação de rigor, ser caracterizada como neoliberal fundamentalista.

Arroja, na defesa dos mecanismos de lucro máximo e mercado livre, drástica redução de despesas públicas, desregulamentação social e precarização laboral, como instrumentos de «auto-regulação e progresso» da economia e da sociedade, vai buscar as velhíssimas teorias dos economistas liberais do século XVIII e os argumentos neoliberais de Milton Friedman, de Thatcher e Reagan na sua expressão moderna.

As ideias «radicais» com que enche a boca são a tradução portuguesa das teorias e propostas dos institutos e fundações da extrema-direita norte-americana nos seus diversos matizes, do Hudson Institute à Heritage Foundation ou ao Cato Institute, que, sustentados a peso de ouro pelos grandes grupos económicos, elaboram o suporte ideológico e decisório do partido republicano dos «States».

Esses «laboratórios do pensamento» teorizam o «fim das cedências social-democratas importadas da Europa da guerra fria», a «alteração da estrutura de poder na América e a destruição do Estado burocrático», a «morte do new deal» e o «enterro do cadáver do Estado providência» - ideias, aliás, partilhadas pelas «milícias do Michigan».

As concepções da extrema-direita mais «dinâmica», do Yuppie de sucesso - o máximo lucro, à máxima velocidade, com liberdade absoluta de especular contra moedas e economias de países soberanos e de circulação informática off shore de capitais em fuga ao fisco - numa espécie de simbiose entre a internet e a lei da selva, foram transformadas laboratorialmente, pelas centenas de milhões de dólares investidos e a espectacularização mediática exaustiva, nas ideias da moda.

E são estas ideias, redistribuídas massivamente pelas multinacionais «media», essa espécie de pensamento único com que se procura «fazer a cabeça» dos povos, que Arroja defende sem concessões, sem a preocupação de gradualidade e eficácia com que se movimentam as forças sociais e políticas mais ou menos neoliberais, do PS ao PSD e ao PP.

Arregimentando uma panóplia de exemplos dos falhanços da planificação burocratizada da econo-

mia, das inconsequências dos modelos social-democratas, ou da gestão ruinosa e clientelar do sector público em Portugal (sem nada dizer quanto ao saque e imolação no altar dos interesses privados), Arroja desfere ataques terroristas em todas as direcções onde enxerga sector ou empresa pública, ou qualquer obstáculo legal ou factual à livre expansão da sacrossanta «empresa privada».

É vê-lo em diatribe pela privatização da segurança das populações, pela liberalização da produção, comércio e consumo de drogas, pelo livre negócio na transplantação de órgãos humanos, pela privatização da segurança social, pela legalização da prostituição, pelo quer saúde, ensino, acesso à praia, circulação na via pública, ou o que quer que seja, que pague, repague e torne a pagar, que o livre jogo do «laissez faire, laissez passer» se encarregará de resolver os problemas no melhor e mais lógico dos mundos.

Como se o peixe grande e gordo não comesse o escanzelado, como se esta não fosse, lá bem no fundo e com o embrulho do «pensamento da moda», a teoria de Malthus, de manter o inferno na terra, de preservar a «pobreza dependente» como «estimulante... absolutamente necessário para promover a felicidade da grande massa da humanidade».

Como se este neo-liberalismo da fanfaria não fosse pai e mãe de todos os oligopóleos, de todos os imperialismos, de todas as misérias, injustiças sociais e guerras deste mundo (e do outro), como se não estivesse no âmago de todos os fascismos e colonialismos e como se, ao contrário do que afirma Arroja, não lhe fossem imputáveis centenas de milhões de mortos só no nosso século.

Já nada espanta neste Arroja, nem que amanhã venha defender o livre comércio de crianças, de armas químicas, bacteriológicas e atómicas e a cotação na bolsa de empresas factoras de guerras totais - com possibilidade de escolha por catálogo dos meios técnicos e humanos, das destruições e genocídios pretendidos - sempre na irrepreensível lógica de defesa da absoluta legitimidade de todos os lucros.

O que espanta, pelo menos algumas ingenuidades, é que um certo Pina Moura, «independente» em fulgurante ascensão no «in circle» de Guterres, em texto integralmente dedicado a Arroja, nem uma única vez questione as respectivas posições ultra-liberais em matéria de economia ou sociedade, ao contrário de Fernando Nogueira que recentemente se demarcou.

Moura limita-se ao acessório - as figuras de retórica e meias verdades de Arroja para caricaturar a «gaffe» de Guterres e as propostas económicas do PS.

Mesmo nos media que temos não é comum, em letra de forma um texto tão «só, só, só PS» e de tão desvergonhada lisonja a Guterres.

Talvez o Arroja saiba a cotação na bolsa para o aluquer de consciências.

■ Carlos Gonçalves



IIa
Assembleia do sector
intelectual
de Lisboa
do
PCP

■ Manuel
Gusmão

Comunicações
escritas enviadas
à II Assembleia
do Sector
Intelectual da
DORL
(selecção da
responsabilidade
da Redacção do
«Avante!»)

1

A perspectiva revolucionária do PCP sobre a democracia concretiza-se no projecto de uma democracia avançada, que o seu Programa propõe. Esse projecto caracteriza-se, em parte, pelo modo como considera e constrói a inseparabilidade e a interdependência de quatro vertentes da democracia — política, económica, social e cultural, e como une exigentemente as dimensões representativa e participativa de um regime democrático avançado. É assim um projecto diferente, desde logo, na medida em que recusa a redução da democracia ao estritamente político, mesmo afirmando o valor intrínseco da democracia política, e a redução da política ao mecanismo da representação ou da delegação pelos governados dos seus poderes de soberania nas mãos dos governantes. É também um projecto diferente na medida em que, analisando a situação evolutiva da sociedade portuguesa, define claramente as alianças sociais básicas que podem dar corpo a este projecto: a aliança da classe operária com o campesinato e a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias. Identificam-se assim as forças sociais a quem a democracia avançada interessa ou pode objectivamente interessar, que a podem por isso tomar como expressão das suas necessidades, interesses e aspirações, e que trabalha pela sua realização.

É neste quadro, só muito sumariamente esboçado, que surge a proposta de uma democracia cultural, de uma democratização cultural como elemento determinado e determinante da democracia avançada.

É um elemento determinado porque supõe a realização de condições políticas, económicas e sociais, a construção de premissas materiais que determinam as suas possibilidades de efectivação.

É em retorno um elemento determinante porque sem um processo de democratização cultural são as possibilidades, os contornos e a efectividade de uma democracia avançada que ficam limitados.

Neste sentido, a democracia cultural é inseparável da liberdade política, do direito à crítica, à diversidade e à controvérsia, da formação de uma vontade política radicalmente democrática, da prática de uma activa participação política. É inseparável da justiça das formas de redistribuição da riqueza socialmente produzida, da valorização do factor trabalho, da possibilidade e da vontade da afectação de recursos económicos e financeiros. É inseparável da efectivação dos direitos sociais, da assunção pelo Estado das suas responsabilidades sociais, da luta contra as desigualdades, e da valorização social da actividade cultural e dos seus agentes.

Por outro lado, a democratização cultural, promovendo o alargamento e a elevação da formação e da vida cultural das populações, é um factor do desenvolvimento das potencialidades de uma democracia política mais efectiva. É um factor do desenvolvimento económico e social, porque representa a qualificação do trabalho, potencia uma justa socialização do desenvolvimento, estimula a intervenção criadora na sociedade, por parte dos trabalhadores e dos grupos e camadas sociais mais intrinsecamente empenhados na democratização geral das formas sociais do viver.

2

Vejam os mais de perto a noção de democracia cultural. O Programa do PCP indica 5 vectores que a estruturam e apresenta um conjunto de orientações para uma política que a promova. São estes os vectores:

«— A generalização da fruição dos bens culturais e das actividades culturais com a eliminação das discriminações económicas, sociais, de sexo e regionais no acesso ao conhecimento e à actividade cultural;

— A formação de uma consciência social progressista que promova os valores humanistas da liberdade, da igualdade, da tolerância, da solidariedade, da democracia e da paz;

— O reconhecimento e a valorização da função social dos trabalhadores da área cultural e das suas estruturas e a melhoria constante da sua formação e condições de trabalho, e o apoio efectivo aos jovens artistas.

— O apoio ao livre desenvolvimento das formas populares de criação e fruição, de associativismo e vida cultural, reconhecendo-se e valorizando-se o seu papel dinâmico na formação da identidade nacional;

A democracia cultural, elemento determinado e determinante da democracia avançada

— A criação das condições materiais e espirituais indispensáveis ao desenvolvimento da criação, produção, difusão e fruição culturais, com a rejeição da sua subordinação a critérios mercantilistas e no respeito pela controvérsia científica e pela pluralidade das opções estéticas.»

Procurando compreender os pressupostos e o horizonte destes 5 vectores e das orientações que visam concretizá-los, destacarei três questões:

2.1. O que se entende por cultura?

2.1.1. É amplo, multilateral e complexo o entendimento da cultura. Entende-se como tal não apenas a cultura literária, artística e filosófica, ou aquilo que tradicionalmente designamos por humanidades, mas também a cultura científica e tecnológica, o entendimento e as atitudes perante o ambiente, a educação física e o desporto, o mundo multiforme da comunicação. Entende-se ainda como sendo da ordem do cultural, pelo menos em parte, a formação de uma consciência social, caracterizada por uma série de valores ético-políticos.

2.1.2. Deve ainda compreender-se que para além dos diferentes campos (disciplinares) da cultura, há também diferentes esferas culturais que se constelam de forma diferenciada e em evolução: cultura erudita, cultura (mediática) de massas e cultura popular. Devemos ainda compreender que podemos discernir no mundo da cultura uma dimensão de património do passado e de criação presente ou contemporânea. Forma histórica concreta da dupla dinâmica das culturas humanas — tradição e invenção, ou transformação, esta distinção não pode significar uma dissociação completa das duas dimensões. Uma política que promova a democratização cultural não pode privilegiar uma em detrimento da outra. Porque na própria salvaguarda e apropriação social do património do passado estão envolvidos meios e técnicas, investigação e criação do presente; porque na invenção contemporânea há, de uma forma ou outra, transformação e reinvenção daquele património; e há, muito naturalmente, criação de património do futuro.

2.1.3. Compreendemos ainda que a cultura não se reduz a um conjunto de artefactos ou de produtos. Muito menos se reduz a um conjunto de mercadorias que circulam num mercado (ver contributo de José Barata Moura «Cultura e Mercado»). A cultura processa-se numa malha complexa de actividades, instrumentos e meios, de aparelhos, instituições, circuitos. Consiste num sistema concreto de produção, mediação, recepção e intermediação. A cultura tem a ver com um complexo tecido de aspirações, desejos, símbolos e valores que radicam, exprimem e especificam as formas de vida sociais e históricas.

necessárias diferenças) culturais e sociais, marcada por uma pesada herança histórica de atraso das estruturas nacionais de produção e apropriação cultural. Nesse sentido, e a título de exemplo, — o acesso ao ensino, a um ensino de qualidade e culturalmente vivo, é uma condição fundamental de uma política efectivamente democrática.

2.2.2. Este exemplo ajuda-nos a compreender um outro aspecto da democratização do acesso. É que ele implica o acesso a meios de fruição (e de criação), e não é satisfeita pela simples «livre» circulação de bens num mercado. A democratização pressupõe condições especificamente culturais. O acesso aos bens pressupõe espaços, bibliotecas, laboratórios, salas e outros equipamentos. O acesso ao livro, por exemplo, supõe poder de compra e modos de formação dos preços, supõe a possibilidade do recurso a bibliotecas. Mas supõe ainda a criação de necessidades, a existência de aspirações, de motivações, de disponibilidades para ler e, da capacidade de ler. Esta capacidade de ler não significa apenas alfabetização mas a aquisição de certos hábitos e habilidades, de certas técnicas. As aspirações, as motivações podem (e devem) promover-se, as capacidades podem em larga medida formar-se.



2.2.3. Entretanto, a democratização cultural não se reduz à democratização do acesso à fruição, antes exige indissociavelmente a democratização do acesso à criação.

Também neste caso se trata do cultivo ou da promoção de aspirações, desejos e vocações; da criação de condições materiais e espirituais à criação cultural; do reconhecimento e da valorização da função social dos criadores e, em geral, dos trabalhadores das diversas esferas culturais; do apoio e da promoção de crítica, pela controvérsia e pela diversidade dos caminhos estéticos.

2.3. Democracia cultural, soberania nacional e diálogo das culturas

O Programa do PCP considera a democracia cultural como um factor da soberania, na medida em que «coopera na formação da identidade nacional, num processo aberto, activo e de interacção com a cultura mundial». Não se trata de fazer a defe-

sa de uma identidade insularizada, autárcica, transcendente à história concreta, fixa e homogénea. Não se trata de um puro reflexo defensivo em relação aos processos de internacionalização também cultural. Os próprios termos da formulação do Programa afastam interpretações nacionalistas. Trata-se sim de opor a um modelo imperialista da internacionalização como homogeneização repressiva e indiferenciadora, um modelo em que a internacionalização possa operar como cooperação e como o diálogo múltiplo de culturas diferentes.

A democracia cultural que projectamos e propomos implica não só o estudo, a salvaguarda e a apropriação colectiva do património nacional e a sua promoção perante outros, mas também a elevação do grau de apropriação nacional de outras culturas.

O que se trata talvez de compreender é que a mediação nacional num quadro de multiculturalidade e de diálogo é uma mediação que torna complexo e enriquece. Esta mediação não tem que reprimir a dimensão europeia e mundial a cidadania. Enquanto comunistas, nós somos, também, internacionalistas. O que se rejeita é a abdicação da mediação nacional por troca por uma suposta

identidade mais ampla, que tende a ser imposta como uma standardização repressora. Somos portugueses, assim como somos habitantes de uma Europa por vezes fortemente diferenciada; somos habitantes de uma Europa do Sul e por aí habitantes perto do Mediterrâneo que tem na outra margem povos árabes; tivemos encontros e confrontos com culturas de outros continentes; habitamos o Mundo. Estas várias inscrições identitárias (a que se somam os traços sociais das nossas histórias de vida) complexificam e enriquecem o resto de cada um de nós. Suprimir a inscrição nacional não enriquece, — empobrece. O abstracto e plano «cidadão do mundo», «liberto» de complexas, históricas e concretas marcas identitárias será talvez o funcionário da burocracia transnacional, ou o esmagado espectador-consumidor dos produtos daqueles que tratam de si à escala planetária e que ele não vê, nem conhece e por fim nem sabe que existem; o novo servo sem acções de uma gigantesca sociedade anónima. Aquele que não sabe de que terra é, porque está perdido e talvez nem sequer o saiba. Não são retratos que nos convenham.

3

Pelo modo amplo como entendemos a cultura, pela forma como definimos os objectivos e as orientações estratégicas da democracia cultural,

compreende-se que possamos considerá-la um elemento determinado e determinante da democracia avançada, um factor emancipação social, nacional e individual, um factor de desenvolvimento multilateral dos indivíduos e da sociedade.

Recusamos e combatemos o entendimento e as políticas para a cultura que a tomam como luxo e privilégio distintivo para elites e entretenimento indiferenciador para as mais largas massas; como ornamento e promoção da imagem do poder e processo de aculturação repressiva e protectora das desigualdades sociais, como uma aparente e mera circulação de mercadorias num mercado de facto regulado por critérios económicos e ideológicos.

Pelo contrário, assumindo a unidade concreta e desequilibrada da tradição e transformação que permeia a cultura tornando-a na diversidade dos seus campos, propomos a democratização cultural como parte de um processo de emancipação.

Ao fazê-lo, prolongamos renovadamente o encontro de reivindicações históricas do movimento operário e comunista com a promessa de socialidades novas, que potencialmente se gera na criação cultural.

PONTOS CARDEAIS

Não acaba?!...

"O mundo não começa nem acaba no Plano Hidrológico espanhol", disse, muito afável e irónico, o ministro dos Negócios Estrangeiros do país vizinho aos jornalistas que o interpelaram há dias, numa sua deslocação a Portugal para um encontro com o Governo português sobre outras questões. Pois não. Mas as águas dos nossos rios, particularmente o Guadiana, estão a acabar com o Plano Hidrológico espanhol, que delas está a fazer uma apropriação ilegítima, escandalosa e catastrófica para o nosso País. Perante a passividade chocante do Governo de Cavaco Silva, que há anos mente e esconde ao povo português o que se passa e o que não tem feito para defender os interesses nacionais, deixando que a

Espanha coloque o nosso País perante factos consumados.

Menos arrogância

O presidente francês Jacques Chirac foi surpreendido, na sua visita ao Parlamento Europeu, com um gigantesco protesto dos deputados europeus contra a sua decisão de recomendar os testes nucleares nas águas da Polinésia, sendo assim confrontado com a oposição maciça e a reprovação generalizada contra esta nova arrogância da direita francesa no poder. Apesar dos apupos, Chirac quis conduzir a sua intervenção para terrenos mais favoráveis, começando a falar dos "bons progressos diplomáticos conseguidos na Bósnia". Nem de propósito: imediatamente se ergueu um pano em pleno Parlamento Europeu, onde se lia: "Menos arrogância na Polinésia, mais

coragem na Bósnia". Chirac não teve nem a arrogância nem a coragem de responder.

Equidistâncias

Lobo Xavier, um dos novos dirigentes do CDS/PP, descobriu em Santo Tirso que "a equidistância do professor Freitas do Amaral era uma equidistância pela positiva: admitia formar governo com o PS ou com o PSD. A nossa equidistância é pela negativa: temos tantas desconfianças do PS como do PSD". Quanto às equidistâncias, não há dúvida que o CDS, agora PP, entrou decididamente na negativa. Quanto às desconfianças, tanto para o PS como para o PSD, quem as não tem? Podem é não ser as mesmas...

Boas contas

Segundo o próprio confirmou, a Internacional Socialista convidou António Guterres para presidir ao seu comité económico, cargo que este aceitou e vai assumir de imediato.

Ainda bem. Pode ser uma ajuda na dificuldade que o secretário-geral do PS tem com as contas. Não quer isto dizer que António Guterres seja desprovido da capacidade de cálculo, como o provou, aliás, ao vetar, por outro lado, a lista de candidatos a deputados pelo Distrito de Leiria proposta pela respectiva federação do PS, que a tinha aprovado com uma diferença de três votos sobre a lista encabeçada pelo actual presidente da federação do PS, Cândido Ferreira, que assim fora derrotado a favor do polémico ex-presidente da Câmara Municipal da Nazaré, Luís Monterroso. Sob o argumento de que a lista vencedora era de um "sectarismo total", a direcção do PS - certamente ao abrigo de qualquer sectarismo - anulou assim uma decisão votada por uma estrutura regional do partido, impondo outra. É o que se chama ser de boas contas democráticas.

Baixo Vouga

Desenha-se nova escandaleira, desta vez no Baixo Vouga, onde o Ministério da Agricultura é acusado de enviar dados falseados para o Ministério do Ambiente, com o objectivo de favorecer futuras operações de especulação imobiliária na zona, a coberto do reordenamento agrícola em curso nesta fértil e bonita região do País. O ministro, enquanto continua a querer demonstrar que o desenvolvimento das pescas portuguesas se faz através do abate de embarcações, ainda não respondeu à questão. Aguardam-se novos desenvolvimentos.

FRASES da SEMANA

"A destruição regular de ficheiros é prática corrente (do SIS)"

☞ (Dias Loureiro, citado em «Público», 08.07.95)

"Se ficarem provadas as escutas telefónicas (do SIS), eu considero um facto muito grave. E, sendo um facto muito grave, é evidente que o sr. ministro Dias Loureiro, como ministro que tutela os serviços, tem que assumir as responsabilidades políticas."

☞ (Montalvão Machado - «TSF», 07.07.95)

"Espero saber a verdade antes das eleições"

☞ (Dias Loureiro - «Público», 07.07.95)

"Já expulsei centenas de polícias"

☞ (Dias Loureiro - «Público», 12.07.95)

"A dra. Moura Guedes escolheu a política para fazer uma travessia do deserto da televisão, enquanto o dr. Santana Lopes optou pelo futebol para atravessar o deserto na política."

☞ (João Carreira Bom - «Expresso», 08.07.95)

"Eu, quando não estou a escrever história, ou a ler livros sobre história, ou aqui sentado nesta cadeira a ler história, ou na Biblioteca Nacional, quando não estou a escrever, estou a ler, quando não estou a ler, estou a escrever. Isto, anos e anos a fio, pesa um bocado. O que não quer dizer que eu não estivesse contente com a minha vida. Mas sentia uma certa falta de participação."

☞ (Vasco Pulido Valente, candidato a deputado pelo PSD - «Público», 12.07.95)

"Constatou-se uma intransigência por parte do ME em aceitar a negociação do Estatuto da Carreira Docente com as implicações em matéria social e outras inerentes, todas elas da maior importância para a dignificação e valorização da carreira, mesmo que faseadas no tempo."

☞ (do comunicado do Conselho de Reitores das Universidades Públicas - «Diário de Notícias», 12.07.95)

"(o corte do Fundo de Coesão a Portugal) é uma necessidade de encher papel, é uma pura invenção, não tem o mínimo fundamento."

☞ (Cavaco Silva - «TVI», 10.07.95)

"(o que é capaz de me estragar uma refeição é) no restaurante, um televisor aberto; em minha casa, o televisor fechado."

☞ (Mário Castrim, «Férias» - «Público», 06.07.95)



PONTOS NATURAIS

TELE-RAPIDINHAS

Há quem te envie imagens através da televisão. Pensa menos nas imagens e mais em quem tas envia.

Que os teus olhos não devorem a televisão às cegas!

- Ó televisor, por que é que tens uns olhos tão grandes?
- É para te comer, meu tontinho!

A televisão acompanha o eleitor até à boca das urnas. À atenção da Comissão Nacional de Eleições.

Se queres tomar o pulso à tua família, experimenta não abrir o televisor durante uma semana. Ou mesmo durante uma noite.

Alienado é o espectador que ignora o poder da televisão.

Cristo foi condenado a morrer na cruz porque nesse tempo ainda não havia televisor. Hoje, são os telespectadores que morrem crucificados nele. Milagre da tecnologia: levar o calvário ao domicílio!

Em política, com o televisor, deixou de haver pessoas para haver espectadores. O sonho de cada televisor é fazer de cada espectador uma oração sem sujeito.

Numa democracia como a nossa, todos são livres de exprimir o seu pensamento, mas não de ter onde.

Entre o televisor e o espectador há um combate permanente. Em geral, morrem ambos abraçados.

O crítico de televisão bate-se por uma «operação olhos limpos».

Um dia aquele espectador reparou que a casa estava inundada de ratos e baratas. Como tinha todas as portas e janelas fechadas, concluiu que só podiam ter entrado pelo televisor.

Antigamente, víamos os ministros num canal. Agora vê-mos em três. Quem me mandou queixar-me?

O televisor é descendente em linha recta do cavalo de Tróia.

Dizem que a televisão é uma janela aberta para o mundo. Pode ser. Mas uma janela com grades, para o mundo não entrar.



À noite, com a televisão, o país fica transformado em imensa penitenciária. Quando se abre o televisor, as celas fecham-se.

Toda a televisão é uma televisão de Estado.

Recusar o império da televisão é a tradução moderna de não vender a alma ao diabo.

A televisão não dá as opiniões que tem. Dá as opiniões que quer que tu tenhas.

Com tanta palha, tens dúvida de que a televisão te considera burro? E, se de facto não és, por que a comes?

■ Mário Castrim

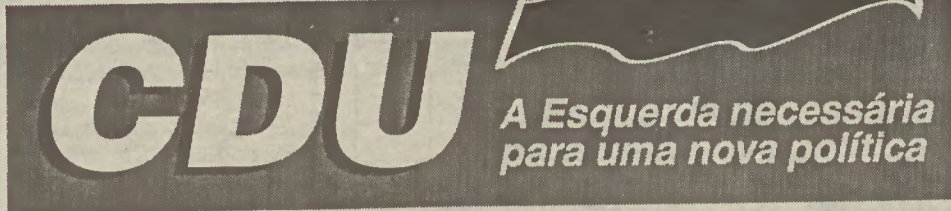
PORTO**Sessão pública de esclarecimento na baixa**

Sexta-feira, 14, às 21.30 horas, na Praça Gen. Humberto Delgado (placa central junto à Câmara)

Com **João Amaral**, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP e cabeça-de-lista da CDU no distrito, e os candidatos **José Calçada**, inspector pedagógico, **Rui Sá**, engenheiro e membro da Assembleia Municipal do Porto, e **Ida Figueiredo**, economista e vereadora da CM do Porto.

Quarta-feira, dia 19**Homenagem a Virgínia Moura**

Realiza-se na próxima quarta-feira, no restaurante do Palácio de Cristal, no Porto, um jantar de homenagem à eng^a Virgínia Moura, por ocasião do seu 80^o aniversário. A iniciativa é promovida por um grupo de democratas e conta com o apoio da direcção regional do Porto do PCP. Ainda são aceites inscrições no escritório do dr. Manuel Rodrigues de Almeida (Praça da Liberdade, 128-4^o, sala 35, telefone e fax nº 318708) ou no centro de trabalho do PCP na Avenida da Boavista (telefones 6095206 e 6095651, fax 6097948).



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

**HOJE**

Covilhã - encontro da CDU com **reformados**, às 15 horas, no Jardim Público, com a participação de **Luís Lourenço**, cabeça-de-lista, e outros candidatos da CDU por Castelo Branco.

Olivais - distribuição de propaganda em Olivais Velho, a partir das 18 horas, com candidatos à AR e eleitos locais.

Setúbal - reunião de activistas da CDU na freguesia de **S. Sebastião**, a partir das 21 horas, no Edifício Arrábida.

SEXTA

Barreiro - baile-convívio da CDU, com a música de Pedro Jorge, a partir das 21.30 horas, na Praça S. Francisco Xavier, em **Santo André**.

Beja - mini-comício na escola primária de **S. Miguel**, às 21 horas, com **José Soeiro** e **José Coutinho**. Ambos os candidatos participam, às 22 horas, numa sessão pública na JF de **S. Teotónio**. **António Machado** intervém em sessões públicas em **Piçarras** (19 horas) e **S. Marcos Ataboeira** (22.30, no salão da JF).

Póvoa de Varzim - debate sobre «A situação da Segurança Social e as propostas da CDU», às 21.30, no Espaço CDU (Rua Duarte Pacheco, 4-1^o), com **Cristiano Ribeiro**, médico e candidato da CDU pelo círculo do Porto, e **Amavélia Sousa**, técnica da Segurança Social.

SÁBADO

Barcelos - reunião da CDU na freguesia de **S. Salvador do Campo**, às 22 horas.

Braga - sessão pública na freguesia de **Nogueira**, às 21.30, com **António Lopes**, cabeça-de-lista, e as candidatas **Amélia Lopes** e **Júlia Vale**.

Cabeceiras de Basto - sessão pública em **Abadim**, às 21.30, antecedida de visita e contactos na freguesia.

Fafe - sessão na freguesia de **Antime**, às 21.30.

Marco de Canavezes - reunião geral da CDU, às 15 horas (contactar Isaura Monteiro).

Paredes - reunião concelhia de apoiantes e activistas da CDU, às 15 horas, na escola C+S de Sobreira, com **João Amaral**, cabeça-de-lista pelo Porto, e **Cristiano Ribeiro**, candidato.

Setúbal - **Octávio Teixeira**, cabeça-de-lista, visita as festas locais do **Samouco**, às 17 horas, e o acampamento distrital da Juventude CDU, em **Sesimbra**, às 20.30.

Tortosendo - festa popular da CDU, a partir das 22 horas, no Bairro das Manchedes (Largo da Nossa Sr^a dos Prazeres), com música do grupo «Traços Gerais». Participam **Luís Lourenço** e **Manuel Valentim**, candidatos pelo Porto.

Vila Nova de Famalicão - às 21.30 horas têm lugar sessões públicas em **Pousada de Saramagos e Ribeirão**, e uma reunião de activistas em **Carreira**. Às 22 horas realiza-se a abertura do espaço jovem CDU, no terraço do CT do PCP, com a participação dos candidatos jovens por Braga e do cantor Filipe Miranda.

Vila Nova de Gaia - festa CDU, no Jardim do Morro, com baile popular, a partir das 21.30 horas. Intervenções políticas de **João Amaral** e **Antero Pires**, vereador na CM de Gaia.

DOMINGO

Beja - mini-comícios, com **Manuel Camacho**, em **Santa Cruz** (18 horas) e **Telhada** (19.30).

Olivais - intervenção de **Alexandrino Saldanha**, candidato por Lisboa, às 22 horas, na zona nascente, junto ao Mercado Almada Negreiros.

Vila Nova de Famalicão - visita e contactos na freguesia de **Joane**.

SEGUNDA

Barcelos - reunião de activistas e simpatizantes, na freguesia de **Galegos**, às 21.30.

TERÇA

Gondomar - debate sobre «A reforma educativa e o ensino em Gondomar», às 21.30 horas, no auditório do Centro Cultural de **Rio Tinto**, com a participação de **José Calçada**, presidente do Sindicato dos Inspectores de Ensino e 2^o candidato da CDU pelo Porto, **David de Castro Dias**, docente na Escola Preparatória de Rio Tinto, e **Pimenta Dias**, vereador da CM de Gondomar e candidato da CDU pelo Porto.

QUARTA

Celorico de Basto - visita de **António Lopes** e do candidato **José Manuel Marques**, para contactos com a realidade local.

Setúbal - jantar de trabalhadores e sindicalistas, às 20 horas, no restaurante «Quintal», com **Octávio Teixeira**.

Iniciativas com**Carlos Carvalhas secretário-geral do PCP****Quinta-feira, 13 Bragança**

Almoço com candidatos da CDU e jornalistas. Visitas a instituições (Hospital Distrital, NERBA, Instituto Politécnico). Encontros, no Centro Cultural de Bragança, com trabalhadores da Grunig e dirigentes da União dos Sindicatos de Bragança e da Associação Distrital dos Agricultores (ADAB).

Sexta-feira, 14 Coimbra

Com candidatos e activistas da CDU, *arruada na baixa de Coimbra*, a partir das 17.30 horas. Jantar com autarcas e moradores das freguesias da Margem Esquerda do Mondego, a partir das 19.30 horas, na colectividade «Vigor da Mocidade», em **Fala** (S. Martinho do Bispo). Intervenção política às 22 horas, na Festa CDU em **Buarcos**, no Largo da Varina.

Sábado, 15 Aveiro

Visita, às 17 horas, ao novo centro de trabalho do PCP em **Estarreja**. Intervenção na festa CDU na praia de **Espinho**, às 19 horas.

Domingo, 16 Lisboa

Apresentação pública do compromisso da CDU com as mulheres portuguesas, às 11.30 horas, no CT **Vitória**.

Segunda-feira, 17 Setúbal

Intervenção, às 21.30 horas, na Festa-convívio CDU em **Sarilhos Pequenos** (Moita), no Largo Humberto Delgado.

Terça-feira, 18 Setúbal

Apresentação pública do compromisso eleitoral dos candidatos da CDU no distrito, às 15.30 horas, no Edifício **Arrábida**.

O desafio do Vale do Côa

Hoje, no espaço cultural do CT **Vitória**, a partir das 21 horas, a Comissão do PCP para as Questões da Cultura Literária e Artística, promove um debate sobre «Arte rupestre no Vale do Côa - um grande desafio à cultura portuguesa».

Será projectado um filme sobre a submersão da arte rupestre do Vale do Tejo, no início dos anos 70, em consequência da construção da Barragem de **Fratel**.

Após um período de debate, **Carlos Brito**, da Comissão Política do PCP, apresentará uma declaração sobre a salvaguarda da arte rupestre do Vale do Côa.

**Idanha-a-Nova**

Domingo, dia 16, na Barragem de **Idanha-a-Nova**, torneio de pesca desportiva. No final, a distribuição de prémios e o convívio contará com a presença de **Luís Lourenço**, cabeça-de-lista da CDU por Castelo Branco.

Lisboa

Sexta-feira, dia 14, a partir das 20 horas, no terraço do CT **Vitória**, noite africana (com música, moamba e cachupa) do organismo de novos quadros do Sector Intelectual de Lisboa.

Penafiel

Sexta-feira, dia 14, às 21.30 horas, plenário geral de militantes, na sede da JF de **Sebolido**, com a participação de **Emídio Ribeiro**, da Comissão Política do PCP.

**Lisboa**

Festa-convívio na quarta-feira, dia 19, no Ritz Club, a partir das 21 horas, para apresentação dos candidatos do Partido Ecologista «Os Verdes» pelo círculo de Lisboa. Entrada livre.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 13

CANAL 1

08.00 Dinossauros
08.30 Trampolim
09.00 Eternos Novatos
09.30 Asas em Família
10.00 Beverly Hills
10.30 Marimar
11.25 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.20 Corpo Santo
16.25 Sempre a Abrir
17.10 Calor Tropical
18.05 Festa na Feira
19.30 Entrevista Histórica
20.00 Telejornal
20.50 Desencontros
21.40 Roberto Leal
22.40 Despedida de Solteiro
23.30 24 Horas
00.10 Remate
00.25 Perfeito Homicídio
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

17.00 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.25 Trampolim
18.55 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Euro-Hóquei
21.35 RTP/Financial Times

Sexta, 14

CANAL 1

08.00 Dinossauros
08.30 Trampolim
09.00 Eternos Novatos
09.30 Asas em Família
10.00 Beverly Hills
10.30 Marimar
11.25 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Sonhos de Mulher
14.30 Malha de Intrigas
15.20 Corpo Santo
16.25 Sempre a Abrir
17.10 Calor Tropical
18.05 Festa na Feira
19.25 Entrevista Histórica
20.00 Telejornal
20.50 Desencontros
21.45 Isto S6 Vídeo
22.15 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Contos Assombrosos
01.05 Uma Loira para Todos
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

17.00 Uma Família Feliz
18.00 Um, Dó, Li, Tá
19.05 O Mundo em Guerra
20.00 Euro-Hóquei
21.35 RTP/Financial Times

Sábado, 15

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
11.40 Arca de Noé
12.30 Praça de Touros
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Beverly Hills
14.15 Fórmula Um - Grande Prémio da Grã-Bretanha
15.05 Made in Portugal
15.45 A Grande Pirâmide
16.15 As Aventuras de Brisco County Jr.
17.10 Selecção de Esperança
18.05 «A Grande Série»
19.10 Chefe, Mas Pouco
19.50 Totoloto
20.00 Telejornal
20.45 Queridas e Maduras
21.15 A Idade da Loba
22.10 Parabéns
00.05 24 Horas
00.25 O Pequeno Homem
(ver «Filmes na TV»)
02.00 O Sermão de Huie
(ver «Filmes na TV»)

TV 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Planeta Terra
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Euronews
14.00 Para Além do Ano 2000
14.45 Terra X
15.45 TV2 Desporto
19.30 Forum Musical
20.30 Praia da China
21.25 Música dos Outros - Com Xutos e Pontapés
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.05 Jogo Falado
23.40 O Sono Derradeiro
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buêrére
13.45 Portugal Radical
14.20 Quatro por Quatro
15.20 Dra. Quinn
16.25 Cosby Show
17.00 Muita Lôco
18.00 Médicos Sem Fronteiras
19.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite + A Semana
21.20 Irmãos Coragem / A Próxima Vítima
22.15 Big Show Sic
00.15 Janela de Quarto de Cama
(ver «Filmes na TV»)
02.30 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.45 Animação
12.15 Visto Isto
12.45 Informação Religiosa
13.15 Jornal da Uma
13.30 Caixa Alta
14.00 Contra Ataque
16.00 Voleibol de Praia
18.00 Fort Boyard
19.40 O Céu Como Horizonte
20.30 Telejornal
21.15 Feita à Medida
21.40 Ficheiros Secretos
22.45 Os Novos Intocáveis
23.50 Últimas Notícias
00.15 A Luz É para Todos
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 16

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.25 86-60-86
14.50 Fórmula Um - Grande Prémio da Grã-Bretanha
17.00 Beverly Hills
18.00 «A Grande Série»
19.05 Apanhados
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Nico D'E Obra
21.10 A Idade da Loba
22.10 Casa Cheia
22.45 O Costa do Castelo
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Paixões
01.50 24 Horas
02.10 No Calor da Noite

TV 2

09.00 O Mar e a Terra
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.05 Euronews
14.05 Blanche
14.55 Circo
16.15 Para Além do Ano 2000
17.00 TV2 Desporto
20.00 Artes e Letras: «Carmen Miranda - Bananas Is my Business»
20.55 Portugal Sem Fim
22.00 TV2 Jornal
22.30 TV2 Desporto
23.30 Fórmula Um - GP Grã Bretanha (Resumo)
23.45 Sombras no Futuro
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.00 Buêrére
13.15 Vida Selvagem
14.25 Norte e Sul
16.05 Olho de Falcão
17.10 Os Imortais
18.15 A Brincar, a Brincar
20.00 Jornal da Noite de Domingo
21.20 A Próxima Vítima
23.20 Uma Noite de Sonho
00.30 A Colina dos Sarilhos
(ver «Filmes na TV»)
03.05 Último Jornal

TVI

10.00 Clube da Manhã
11.30 O 8º Dia
12.30 Missa
13.30 Jornal do País
14.10 Portugal Português
15.30 Telemúsica
16.00 Voleibol de Praia
18.00 O Melhor de Júlio Isidro
19.30 O Poder da Lei
20.30 Telejornal
21.10 Detectives na Onda
22.15 Fugindo da Lei
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Jornal do Mundo

Segunda, 17

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Walker - O Ranger do Texas
15.30 Buêrére
16.45 Os Conquistadores
17.45 Notícias
18.00 Chuva de Estrelas
19.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.50 Moda Mar em Portofino
21.00 A Próxima Vítima
22.00 Ponto de Encontro
22.50 Conan e os Bárbaros
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Último Jornal
01.50 Um Rei em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)

TVI

11.30 Novos Ventos
12.00 Dick Tracy
12.15 Telhados de Vidro
12.45 Éramos Seis
13.15 Jornal da Uma
14.00 A Escolha É Sua!
16.10 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Jogo da Vida
19.15 O Preço da Paixão
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Amou para Sempre
(ver «Filmes na TV»)
23.40 TVI Jornal
00.15 Por Trás do Crime
00.40 Dar que Falar

Terça, 18

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Walker - O Ranger do Texas
15.30 Buêrére
16.45 Os Conquistadores
17.45 Notícias
18.00 Chuva de Estrelas
19.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.50 Moda Mar em Portofino
21.00 A Próxima Vítima
22.00 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.30 A Noite das Carmen
01.50 Último Jornal
02.05 Prémios Blitz

TVI

11.30 Lumen 2000
12.00 Dick Tracy
12.15 Telhados de Vidro
12.45 Éramos Seis
13.15 Jornal da Uma
14.00 A Escolha É Sua!
16.10 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Jogo da Vida
19.15 O Preço da Paixão
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Amor para Sempre
(ver «Filmes na TV»)
23.50 TVI Jornal
00.25 Dar que Falar
01.25 Doido por Ti

Quarta, 19

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Walker - O Ranger do Texas
15.30 Buêrére
16.45 Os Conquistadores
17.45 Notícias
18.00 Chuva de Estrelas
19.00 Tieta do Agreste
20.00 Jornal da Noite
20.50 Moda Mar em Portofino
21.00 A Próxima Vítima
22.00 Agora É a Sua Vez
23.00 Festival Internacional do Riso
00.35 Último Jornal
00.50 Bogart: Biografia
02.30 Boxe

TVI

11.30 Informação Religiosa
12.00 Dick Tracy
12.15 Telhados de Vidro
12.45 Éramos Seis
13.15 Jornal da Uma
14.00 A Escolha É Sua!
16.10 A Hora do Recreio
17.25 Jornal Nacional
17.50 Caprichos
18.45 O Jogo da Vida
19.15 O Preço da Paixão
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Lobjovem I
(ver «Filmes na TV»)
23.50 TVI Jornal
00.25 Dar que Falar
01.25 Dudley Moore Apresenta...

Como é habitual, a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos de programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

No caso particular do Canal 1 e TV2, foi-nos de novo esta semana impossível incluíu a programação de segunda a quarta-feira, uma vez que a informação necessária não nos foi facultada até à hora do fecho.

21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.35 Acontece
22.45 Margem Direita, Margem Esquerda
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Musical: Tom Petty e outros em Concerto
01.20 Magazine: «Ver Artes»
01.45 Motociclismo
02.45 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Detectives Implacáveis
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.50 Irmãos Coragem / A Próxima Vítima
21.50 Os Trapalhães em Portugal
22.40 Casos de Polícia
23.40 A Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 Internacional SIC
01.30 Boxe

TVI

11.30 Lumen 2000
12.00 Telhados de Vidro
12.30 Éramos Seis
13.15 Jornal da Uma
14.00 A Escolha É Sua!
16.00 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 Caprichos
18.45 O Jogo da Vida
19.15 O Preço da Paixão
19.55 Novo Jornal
20.30 Futebol: Brasil-Colômbia
22.15 Conquistadores
(ver «Filmes na TV»)
24.00 TVI Jornal
00.40 Dar que Falar
01.40 Modelo e Detective

21.45 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Histórias que o Tempo Apagou
23.20 À Volta do Coreto
00.10 À Roda do Mundo
00.45 Julieta dos Espíritos
(ver «Filmes na TV»)
03.05 Souvenirs

SIC

11.00 As Receitas do Dia
11.30 Por Amar-te Tanto
12.30 Quatro por Quatro
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Os Donos do Jogo
14.30 Ladrão de Casaca
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Buêrére
17.40 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Tieta do Agreste
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.50 Irmãos Coragem / A Próxima Vítima
21.50 Cenas de Um Casamento
22.40 Mini Chuva de Estrelas
23.40 Minas e Armadilhas
00.55 Último Jornal
01.10 Playboy

TVI

11.30 Caixa de Perguntas
12.00 Telhados de Vidro
12.30 Éramos Seis
13.15 Jornal da Uma
14.00 A Escolha É Sua!
16.00 A Hora do Recreio
17.25 Notícias
17.50 Caprichos
18.45 O Jogo da Vida
19.15 O Preço da Paixão
19.55 Novo Jornal
20.50 Marés Vivas
21.45 Fora de Jogo
22.00 Conquistadores
(ver «Filmes na TV»)
23.50 TVI Jornal
00.20 Dar que Falar
01.20 Modelo e Detective



Modelo e Detective: os primeiros episódios mais uma vez em repetição. Na TVI



Praia da China: sábado na TV2



Irmãos Coragem: um fim feliz, já se vê



A desoras: Contos Assombrosos, sexta-feira no Canal 1, Bogart, quarta-feira na SIC



Por isto e por aquilo...

Margem Direita, Margem Esquerda

(Quinta, 22.45, TV 2)

Considerado pela própria crítica francesa como um filme em que, apesar das intenções louváveis, a sua realização demasiado influenciada pelas «modas» o rebaixam «ao nível de uma qualquer fotonovela», Margem Direita, Margem Esquerda conta-nos, de forma algo canhestra, a história de um advogado que decide denunciar em público a corrupção e os crimes de um dos seus mais importantes clientes. À falta de melhor, sempre se pode espreitar a interpretação de Dépardieu...

Ladrão de Casaca (Sexta, 14.30, SIC)

Não sendo das obras verdadeiramente indispensáveis na riquíssima filmografia de Hitchcock, este conhecido filme é mesmo assim um espectáculo divertido de suspense e crime, especialidades do mestre. Passado na Riviera francesa, a película conta-nos a história de um sofisticado ladrão - ali vivendo dos rendimentos - que se vê surpreendido como suspeito de vários roubos que vão acontecendo e decide partir à procura do desmascaramento do verdadeiro ladrão. Pelo meio, e para além do habitual charme de Cary Grant na personagem principal, temos ainda a beleza aristocrata e os vestidos de Grace Kelly, já antecipando um meio e um ambiente que, anos depois, iriam vê-la transformada em princesa... Tudo a cores e em Vistavision, se o formato da pequena caixa não pregar as habituais partidas...

Conquistadores (Sexta, 22.00, TVI)

Um fora-da-lei (Vance Shaw) salva um construtor de linhas telegráficas (Edward Crichton) dos assaltos dos bandidos e junta-se à equipa que instala o telégrafo, apaixonando-se pela irmã de Crichton. Mas eis que os assaltos continuam, tendo os bandidos à sua cabeça o irmão de Vance. Este confronta-se com o irmão num duelo e é morto, mas aquele acabará por ser abatido por Crichton. Um filme que é claramente dedicado à glória dos primeiros construtores do telégrafo, embora marcado pelo pessimismo de Fritz Lang. Algumas imagens fortes, como a do homem morto por uma flecha no alto do poste telegráfico ou as dos índios electrocutados, têm a clara assinatura do grande realizador.

Julieta dos Espíritos

(Sexta, 00.45, TV 2)

Focando os problemas de uma jovem mulher em luta contra as desconfianças sobre a fidelidade do marido, Fellini conjuga o real e o imaginário, por vezes admiravelmente. Mas, muito aplaudido na altura do seu lançamento, este é hoje um dos tais filmes do grande Fellini em que alguma dose de mau-gosto vem à superfície manchando muitos dos outros momentos em que, do ponto de vista visual, o realizador é incedível. A rever.

O Sono Derradeiro (Sábado, 23.40, TV 2)

O detective Philip Marlow (Robert Mitchum) é contratado por um velho general para investigar a chantagem que se abate sobre uma sua filha. E, a partir daí, as incidências várias levam-no a deparar com uma série de crimes - até que chega à surpreendente descoberta da verdade. Não haja qualquer confusão com a excelente versão de Edward Dmytryk (1944) ou com a obra-prima também baseada no romance de Raymond Chandler Farewell, My Lovely que o grande Howard Hawks realizou dois anos depois, com Bogart e Bacall nos principais papeis. Apesar de tudo, o argumento (aqui situado em Londres) aproxima-se bem mais do original - embora se diga que, sempre

questionado pelos argumentistas das várias versões, nem sequer o escritor sabia muito bem qual era o assassino ou nisso estava muito interessado...

Janela de Quarto de Cama

(Sábado, 00.15, SIC)

Steve Guttenberg, um dos habituais intérpretes dessa idiota e interminável série de filmes Academia de Polícia, é aqui o principal protagonista de um filme de suspense não isento de humor, no mesmo sentido em que os de Hitchcock (que o filme pretende homenagear) o não eram. O argumento, ainda por cima altamente verosímil, é um achado: um homem é acusado de uma série de crimes horríveis e a única possibilidade de provar que estava inocente, através de um alibi, seria revelar as suas clandestinas aventuras com a amante, a qual era (nem mais nem menos) a mulher do patrão! As citações de Janela Indiscreta, embora óbvias, são dos mais interessantes elementos dramáticos do filme.



Grace Kelly e Cary Grant, o par amoroso de «Ladrão de Casaca», de Alfred Hitchcock

A Luz é Para Todos (Sábado, 00.15, TVI)

Para melhor levar a cabo uma tarefa de que é encarregado pelo chefe de redacção do seu jornal - uma peça de investigação sobre o antisemitismo - um jornalista decide fazer-se passar por judeu e depressa chega à conclusão de que os problemas que encontra não são uma palavra vã. Independentemente de todo o esquema de produção corresponder às receitas de Hollywood - o que se reflecte contraditória e negativamente em todo o filme - é de realçar nesta obra de Kazan o facto de, em meio da evolução dos costumes e do sistema de produção então vigentes, ter sido o primeiro a abordar este tema tabú no cinema americano.

O Sermão de Huie (Sábado, 02.00, Canal 1)

Não se percebe muito bem - ou, por outra, mais uma vez se conclui tratar-se de incompetência dos programadores - o que é que este filme está a fazer às duas horas da madrugada de um sábado! É que



Um fotograma de «Conan e os Bárbaros», de John Milius

esta curta obra do realizador alemão Werner Herzog (40 minutos!) não tem nada a ver com o lixo que o Canal 1 habitualmente reserva para estas altas horas - antes é um curto documentário que ficaria bem algures na TV 2. Herzog capta um sermão de um pastor negro proferido em meio de uma das áreas mais degradadas de Nova Iorque, realçando o contraste entre o poder e a beleza das palavras e as imagens duras e cruéis da maior das misérias.

Sombras no Futuro (Domingo, 23.45, TV 2)

No ano de 1942, o Governo dos EUA reuniu um grupo dos mais brilhantes cientistas e enviou-os para as paragens poeirentas e isoladas da região do Novo México, onde o exército erguera uma instalação secreta que devia abrigar um projecto igualmente secreto. Tratava-se, nada mais nada menos, do Projecto Manhattan destinado à investigação e construção da bomba atómica que, três anos mais tarde, seria lançada sobre Hiroshima pondo um dramático e trágico ponto final à participação do Japão na II Guerra Mundial e dando início a um longo período de corrida aos armamentos de inimagináveis consequências. Este filme de Roland Joffé é a reconstituição ficcionada desses tempos e dessa situação concreta, debruçando-se em particular sobre as figuras do General Leslie R. Groves (Paul Newman) e do cientista J. Robert Oppenheimer (Dwight Schultz). Mas quer a fraqueza do argumento - jamais nos dando qualquer pálida ideia dos conflitos morais que certamente aqueles homens tiveram de enfrentar - quer a desajustada escolha e direcção dos principais intérpretes - onde nem sequer a interpretação de Paul Newman, embora esforçada, consegue ser minimamente verosímil - tornam o filme um falhanço total. O que não significa que não seja talvez interessante revê-lo.

Conan e os Bárbaros (Segunda, 22.50, SIC)

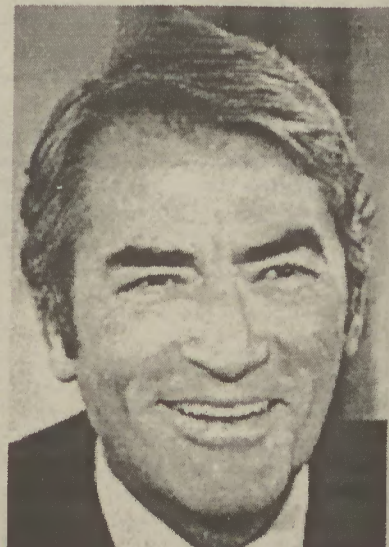
Primeiro de uma série de filmes inspirados na personagem dos contos criados por Robert Howard, Conan e os Bárbaros, contendo embora algumas cenas de particular violência e crueldade, não é ainda, em absoluto, essa exclusiva operação comercial e sensacionalista (repleta de doses de violência gratuita, destinada a excitar as audiências mais jovens) que as suas sequelas configurariam a partir daqui. Neste filme orgulhamos, ainda, no universo maravilhoso das aventuras fantásticas, para o que em muito contribui a sua espectacular produção e realização e a imaginação e eficácia da banda sonora.

Um Rei em Nova Iorque (Segunda, 01.50, SIC)

Fortemente crítico em relação à realidade norte-americana - e talvez por isso apenas visto neste país 16 anos após a sua rodagem! - Um Rei em Nova Iorque, a despeito de alguns bons momentos envolvendo as aventuras em Nova Iorque de um monarca de um suposto país, a Ruritânia, que se torna numa vedeta da TV, é uma obra menor de Charles Chaplin e, como tal, nada adiantar à sua gloriosa carreira - embora a sua visão constitua sempre uma renovada curiosidade.



Uma cena de «Um Rei em Nova Iorque», de Charles Chaplin



Dorothy McGuire e Gregory Peck, intérpretes principais de «A Luz é para Todos», de Fritz Lang

Como na Chicago dos anos 30...

■ Francisco Costa

Não! Aquilo que vos vou relatar não é o argumento de um qualquer *filme-negro*, embora talvez ganhasse em ser «ouvido» - a seguir às fanfarras do genérico e na transição para um obsessivo e descritivo novo tema musical na banda sonora - como se fosse dito à maneira das secas e sincopadas narrações em voz *off* que tão bem situavam, em breves e incisivos traços, os pormenores essenciais para a caracterização do ambiente prévio ao desencadear da acção de um daqueles grandes exemplares da *série B* em que diversos *gangs* se digladiavam entre si pelo poder nos bastiões do crime de Chicago...

A cronologia do golpe

Era segunda-feira e as coisas passaram-se assim:

1) - No *telejornal* do Canal 1 - com direito a reportagem directa e tudo - uma das notícias principais tinha sido a de que a nova telenovela *A Idade da Loba* alcançara, logo nos seus primeiros dias de transmissão (os passados Sábado e Domingo), o primeiro lugar na guerra das audiências. Em contrapartida, nos intervalos do *telejornal* da SIC, para além do *spot* anunciando o começo nessa noite da nova telenovela *A Próxima Vítima*, a estação fizera de novo alarde do primeiro lugar alcançado durante as últimas semanas nesse mesmo confronto.

2) - Mas o grande momento é chegado: curiosamente (?) à mesma hora, terminam os *telejornais* do Canal 1 e da SIC. Na primeira estação, começa o episódio dessa noite de *Desencontros* e, na segunda, arranca o episódio regular de *Irmãos Coragem* - não sem que, antes, tivesse surgido um *spot* protagonizado por dois intérpretes desta última mais uma vez anunciando o arranque nessa noite de *A Próxima Vítima*.

3) - No primeiro intervalo de *Irmãos Coragem*, um novo *spot* pelos mesmos jovens intérpretes revela, então, que *A Próxima Vítima* iria começar já na SIC... a seguir à publicidade, ficando para depois a continuação de *Irmãos Coragem*.

4) - Sempre na SIC e tal como anunciado «de surpresa» no intervalo, começa finalmente o tão badalado primeiro episódio da nova telenovela. Mas, ao contrário do que é habitual (costuma haver pelo menos dois, quando não três ou quatro, consoante a duração mais conveniente), **nenhum intervalo para publi-**

cidade vem desta vez interrompê-la! Percebe-se, então, porquê: o «sacrifício» desta estratégia correspondia à fria intenção de fazer o espectador manter-se preso ao *écran*, impedindo-o de fazer *zapping* e ligar para a concorrência.

5) - Entretanto, no Canal 1, terminara *Desencontros* e o inefável **Eládio Clímaco** acompanhava já as desventuras da equipa de Paços de

Ferreira em mais uma edição de *Jogos Sem Fronteiras*...

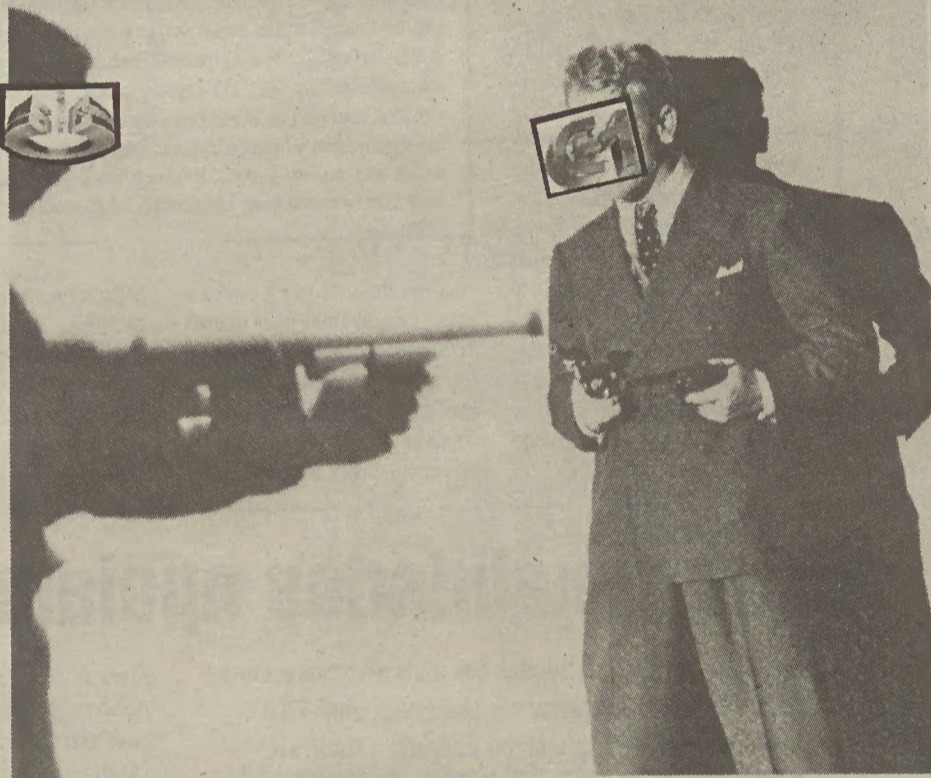
6) - Por sua vez, chega ao fim, na SIC, o primeiro episódio de *A Próxima Vítima*. E pode ouvir-se em *off*, sobre o genérico final, uma locução que se percebe ter sido afinal preparada como

7) - Habitado que está a este quotidiano, mesmo assim o espectador teledependente se interroga sobre se, ao fim e ao cabo, *A Idade da Loba* (do Canal 1) - apresentados que tinham sido os seus primeiros dois episódios no Sábado e no Domingo, dias invulgares para telenovelas - é, afinal, uma **telenovela**, como a ela repetidamente se referira José Rodrigues dos Santos na sua notícia do *telejornal*, ou uma *série*, tal como aliás a própria RTP a qualificara ao divulgar à imprensa a sua programação para os fins-de-semana.

8) - Perante esta... compreensível estupefacção e inquietante dúvida, cabe aqui então reavivar a esse espectador um prudente e elementar exercício de antecipação, perfeitamente plausível nos dias que correm: dado o profundo desprezo pelos «produtos televisivos» que elas próprias transmitem e enaltecem, é para as estações de televisão perfeitamente indiferente (logo, é para a RTP perfeitamente indiferente) que *A Idade da Loba* seja uma *série* ou uma **telenovela**. A RTP poderá sempre **transformar uma coisa na outra** quando e se chegar à conclusão de que, a seguir ao término de *Desencontros*, lhe é conveniente para a sua doentia estratégia de recuperação face à SIC, passar a repetir diariamente, então na modalidade de **telenovela**, os episódios da *série*... já transmitidos aos Sábados e Domingos!

8) - Quem, afinal, já tem tudo previsto para todas as hipóteses é a SIC: ela já anuncia para o próximo fim-de-semana os famigerados «compactos» de *A Próxima Vítima*, que agora transmite cumulativamente com *Irmãos Coragem*, quando na corrente semana esta chegar ao fim... Tudo, claro, com a nobre intenção de, «em nome dos elevados interesses do espectador», aproveitar para mais uma vez dar cabo da «elevada audiência» de *A Idade da Loba*, trombeteada pela RTP.

Repito: não se trata do argumento de um *filme-negro* sobre a Chicago dos anos 30. É, antes, mais um exemplo do desgraçado dia-a-dia do audiovisual português, a cinco anos da entrada do novo milénio. Na realidade, ao assim nos cobrarem a «protecção» que lhes dispensamos - ao embrenharem-se deste modo na estratégia de golpe e contra-golpe pelo domínio do «território» - as televisões parece quererem demonstrar que estão bem umas para as outras!



se ninguém tivesse previsto previamente que *Irmãos Coragem* iria ser interrompida - já que anuncia, para «imediatamente a seguir», esse mesmo episódio de *A Próxima Vítima*, já acabado de ver pelo espectador. Ou seja: a golpada foi mesmo decidida à última hora! E o resto de *Irmãos Coragem* é então por fim transmitido - uma hora depois de terminada a sua primeira parte.

Sem tom nem som - só notas ao lado!

É certo e sabido que, dos vários formatos e produtos em que as televisões tentam distinguir-se para acabarem por ser iguais umas às outras, os programas que têm como objecto último da sua organização e construção uma sucessão montada e encadeada de insuspeitados *falhanços* dos seus protagonistas são um «pico» de audiências, um êxito garantido. E podem ser um inteligente, atractivo e divertido momento de televisão.

Por várias e simples razões:

- porque, indo para além das câmaras e dos microfones, se permitem por uma vez aproximar o espectador do insondável «mistério dos bastidores»;

- porque, desvendando as falhas de memória ou os momentâneos desajustes das escritas interpretações, dessacralizam as míticas e intocáveis composições das vedetas dos palcos e dos *plateaux*;

- porque, conjunturalmente desmanchando a segurança autosuficiente de um conhecido *pivot* de *telejornal* ou de um irrepreensível *repórter*, os tornam *peessoas normais* como nós;

- porque, sabendo aproveitar e conjugar entre si materiais filmados ou gravados prove-

nientes de vários suportes, géneros ou origens (filme de ficção, *telejornal*, teatro televisivo, *talkshow*, documentário científico, comédia de situação ou reportagem desportiva), acabam por captar o contraste e a diversidade fragmentada do audiovisual para reunir esses materiais num *objecto-outro*, com uma lógica própria e uma dimensão diferente.

Qualquer produtor ou realizador com um mínimo de engenho e graça pertencente aos quadros da RTP - mais a mais com o acesso imediato e directo a um arquivo tão precioso como é o da estação da 5 de Outubro - poderia ter sido encarregado de um tal programa. Isto, se a estratégia superiormente entendida não fosse a de negligenciar a capacidade produtiva própria, a de amontoar os seus profissionais nas prateleiras ou a de os correr dali para fora, com reformas antecipadas.

Não foi isso que a RTP fez. Optou pela solução para si mais óbvia, mais fácil e também porventura mais cara: encomendou-o às produções de Nicolau Breyner, pois claro! Com o seguinte retultado: o programa «*Falhas e Fífias*» que o Canal 1 recentemente estreou não é, assim, nada do que poderia ter sido.

Por vários e concretos motivos:

- o seu modo de produção radica numa ideia que fez escola entre os produtores privados: utilizar na medida do possível a preguiça espalhafatosa em vez da laboriosa criação inventiva, para arrecadar o máximo com o mínimo esforço;

- nenhum trabalho de pesquisa é feito para tornar diversificados os suportes, os géneros ou as origens das situações apresentadas: trata-se pura e simplesmente de ir às bobinas das gravações dos vários (e demasiados) programas das produções NB e, a partir delas, montar uma *série* de cenas que praticamente se não distinguem umas das outras;

- jamais existe a noção de que o realizador, ao dirigir a *montagem* - e portanto ao tentar criar um *novo tempo*, uma *nova duração* - se colocou na posição do espectador: ou seja, quase nunca dá a este último o tempo e o recuo suficientes para lhe tomar claro *onde* se falhou e *porquê*;

- o riso amarelo daqui resultante não nasce assim, em casa, do insólito ou do inesperado das situações - antes é artificialmente alimentado, em estúdio, pelas gargalhadas comandadas e programadas do público presente;

- tudo acaba por ser canhestamente entrecortado e subvalorizado por uma *série* de entrevistas em estúdio - como que em família - entre NB e os seus «convitados», nas quais a conversa se situa ao nível das «revistas da especialidade» e as louvaminhas ou os cumprimentos recíprocos se substituem a qualquer ideia de questionar os problemas da representação e da interpretação.

Em suma: o mais trágico é que, bem vistas e ouvidas as coisas, as *falhas* e as *fífias* que nos são mostradas, no fundo se não distinguem tanto assim dos «produtos acabados» que, «a sério», NB quotidianamente nos inflige.

Uma revelação involuntária que, não deixando de ser uma notória *falha*, é também uma terrível *fífia*!

PS: preparem-se para o pior! Está em vésperas de concretizar-se uma verdadeira ameaça: de armas e bagagens, Roberto Leal está prestes a vir dar novo alento ao nosso «serviço público» de televisão. Quer dizer: dentro em pouco, chegaremos à simpática conclusão de que, ao pé do dele, o programa de Marco Paulo era uma obra-prima...

Ao que isto chegou!

A FALHA de FOICE A surpresa

Segundo os últimos alinhamentos noticiosos, a divulgação dos cabeças de lista do PSD às próximas eleições legislativas trouxe duas surpresas: a escolha de Vasco Pulido Valente para um lugar elegível em Lisboa e a de Lucas Pires para comandar a lista de Viana do Castelo.

Transidos pela novidade, os microfones correram a interpelar Fernando Nogueira, presidente do PSD, sobre as razões da escolha de Vasco Pulido Valente, recordando-lhe que este «foi militante social-democrata e como analista político tem tido posições muito críticas em relação ao Governo e ao próprio Fernando Nogueira».

O novo líder do PSD, sem cair das nuvens onde ultimamente tem viajado pelo País em forma de cartaz, respondeu:

«Acho que é um vulto da intelectualidade portuguesa, do ponto de vista da ciência política, é um lutador, é uma pessoa que realmente tem um diagnóstico muito lúcido sobre a situação política em Portugal». Quanto à sua duvidosa proximidade política, dadas as recentes críticas que endereçou ao próprio Nogueira, «com certeza», achou este, acrescentando: «Se o dr. Vasco Pulido Valente aceita partilhar o projecto que eu estou a encabeçar, é porque se sente próximo do que eu pretendo para o País».

A isto respondeu o «vulto da intelectualidade portuguesa», tombando de um sofá para as câmaras (entornar-se, neste homem, é já uma postura) e com algumas feiras de livros atrás, talvez para lhe amparar o vulto: «Não se pode dizer que eu sou um nogueirista. Pode-se dizer que eu sou um candidato a deputado do PSD e membro do PSD. Vim ao partido e tenho confiança no presidente do partido. Isto é adulto, isto é saudável, isto é normal».

Lá normal, é, pelo menos vindo de um lutador como o Vasco, cuja «lucidez sobre a situação política em Portugal» se mede às carradas - tantas como as vezes que já entrou e saiu de partidos e projectos políticos.

O que - pode dizer-se - torna a coisa notoriamente adulta.

Quanto a Lucas Pires - outro lutador-viajante que transitou da chefia do CDS para um opulento cadeirão do PSD em Bruxelas -, comentou do seguinte modo a sua escolha para encabeçar a lista do PSD por Viana do Castelo (não sem antes deixar claro que não pretendia filiar-se no partido às costas de quem tem andado a sua carreira política, nos últimos anos): «Em princípio, a minha convicção actual é continuar no Parlamento Europeu, para o qual fui, aliás, muito recentemente legitimado, mas não ponho de parte outras hipóteses».

Ou seja: a actual «convicção» do cabeça de lista do PSD por Viana do Castelo é continuar no Parlamento Europeu, pelo que a sua eleição na lista que aceitou encabeçar para as legislativas de Outubro próximo é uma mera «hipótese» que ele condescende em «não pôr de parte».

Fica-se sem saber por que carga de água o PSD vai apresentar ao eleitorado de Viana do Castelo um primeiro candidato que afirma antecipadamente não o querer representar, tal como se torna um mistério o que irá defender o PSD perante o eleitorado minhoto, quando o seu principal representante nas listas do Distrito só «por hipótese» cumprirá o mandato que vai pedir às populações de Viana do Castelo.

O que se sabe, e estas amostras confirmam, é que o oportunismo campeia no PSD, enleando tudo e todos numa teia de compromissos sem escrúpulos, de manipulações sem vergonha, de ambições sem princípios, expondo o verdadeiro projecto político desta gente: a conquista do poder a qualquer preço, para dele se continuarem a servir.

O que, afinal, não constitui qualquer surpresa.

■ HC

Moeda única Convergência para o desemprego

A serem cumpridos os critérios de convergência orçamental impostos pelo Tratado de Maastricht (redução da dívida pública para 60 por cento do PIB de cada Estado-membro e défice orçamental não superior a três por cento do mesmo) para a criação da moeda única, incluindo os novos Estados-membros, a União Europeia corre o risco de suprimir mais dez milhões de postos de trabalho nos próximos quatro anos.

Os alertas para o perigo de recessão económica na UE, que vêm sendo dados por diferentes quadrantes políticos, foram reforçados recentemente por uma série de estudos que confirmam a previsão de catástrofe. O Observatório Francês para a Conjuntura Económica (OFCE) vai ao ponto de considerar «suicidária» a estratégia de cumprimento, até 1999, dos chamados critérios de convergência. Idêntica conclusão é apontada por um estudo divulgado na Dinamarca, e citado ontem em Estrasburgo, no Parlamento Europeu, aquando da apresentação do relatório Coates sobre esta matéria.

Segundo o estudo efectuado em Abril, na Dinamarca, o crité-

rio de convergência do défice orçamental provocará a perda de um milhão de postos de trabalho até 1998, número que subirá para milhão e meio se se aplicar o critério na Itália, Suécia, Bélgica e Holanda (redução da dívida em dois por cento). Extrapolando esta hipótese para a redução da dívida para 60 por cento do PIB na Suécia, Finlândia, Holanda, Bélgica, Itália e Espa-

prir, o objectivo enunciado no Livro Branco da Competitividade e do Emprego de criação de 15 milhões de novos postos de trabalho.

Aparentemente indiferente a estas perspectivas, o conselho de ministros da economia e finanças da UE aprovou na segunda-feira, com os votos contra da Espanha, Grécia e Portugal, as recomendações de redução dos

O Apelo de Estrasburgo

A decisão do governo francês de retomar os ensaios nucleares provocou esta semana no Parlamento Europeu um verdadeiro coro de protesto por parte de todas as forças políticas nele representadas. Nunca um chefe de Estado tinha sido antes tão violenta e unanimemente contestado como o foi Jacques Chirac, directamente confrontado com as interpelações dos eurodeputados que exigiram o fim das experiências nucleares. O PE aprovou mesmo um documento intitulado «Apelo de Estrasburgo», assinado por todos os deputados do Grupo Coligação de Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica e por muitas dezenas de deputados de outros grupos, exigindo a proibição imediata e total de todos os ensaios com armas nucleares. Um tema a que voltaremos no próximo número.

nha, o relatório do PE chega a uma situação ainda mais dramática, com a possível redução de «dez milhões de postos de trabalho». Um panorama terrível, se se tiver em conta que continua na ordem do dia, ainda por cum-

défcies orçamentais excessivos, em que se ameaça os países não cumpridores de suspensão dos pagamentos do Fundo de Coesão já a partir do próximo ano.

Não se pode considerar tal atitude como uma novidade, já

que o Tratado de Maastricht condiciona os pagamentos do Fundo de Coesão ao cumprimento pelos Estados beneficiários (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) dos critérios de convergência em matéria de finanças públicas, inflação e taxas de juro de longo prazo exigidos pelo processo de criação da futura moeda única europeia no âmbito da União Económica e Monetária (UEM). Ou seja, quando subscreverem o Tratado, os governos dos referidos países já sabiam com o que podiam contar.

Segundo notícias veiculadas pela Lusa, as recomendações estabelecem que em Março do próximo ano será avaliado o cumprimento por Portugal, Espanha e Grécia dos critérios de convergência, de que poderá resultar a suspensão de pagamentos do Fundo de Coesão.

Personalidades apoiam a CDU

Centenas de personalidades dos mais diversos sectores da vida nacional declararam já o seu apoio à CDU.

Uma extensa lista (que inclui dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, autarcas, artistas plásticos, escritores, juristas, actores, arquitectos, médicos, professores, desportistas) foi divulgada na passada segunda-feira no decorrer de um convívio no CT Vitória em que participou o secretário-geral do PCP.

Numa breve saudação aos presentes, Carlos Carvalhas considerou que «o apoio à CDU de centenas de personalidades dos mais diversos sectores da vida nacional constitui um importante sinal do movimento de interesse, simpatia e adesão que se está afirmando na sociedade portuguesa em torno das propostas da CDU e do seu indispensável papel para a construção de uma alternativa democrática».

Noutro passo da sua intervenção, Carlos Carvalhas salientou que «à medida que as outras principais forças políticas — PSD, PS e CDS — mais vão explicitando as suas concepções e propostas, mais claro vai ficando que, nas matérias mais decisivas e nas opções fundamentais, todas elas estão vinculadas a um programa de continuidade, de conformismo e de resignação face à política que tem sido imposta ao povo e ao País nos últimos dez anos.»

«É contra este verdadeiro programa de continuidade e resignação — assinalou Carlos Carvalhas — que nenhuma

fazendo terminar o tempo da política de direita e abrindo caminho a uma nova política inspirada por valores de esquerda.»

Carlos Carvalhas anotaria a seguir que «a avaliar pela maneira como alguns falam, dir-se-ia que o povo português só pode escolher caras ou etiquetas, porque o resto — e sobretudo as escolhas sobre a política necessária ao País — já estaria decidido pela União Europeia e pela vontade dos «mercados». E a avaliar pelas palavras de alguns, dir-se-ia que já antes de se saberem os resultados, já haveria partidos talhados para governar e partidos condenados a não gover-

nar.» «Nós não aceitamos — disse Carlos Carvalhas — que a soberania popular seja expropriada desta maneira escandalosa. Está nas mãos dos portugueses escolher quem pode ou deve governar e está nas mãos dos portugueses dar força à exigência de uma nova política.»

«O reforço da votação na CDU será não apenas um legítimo grito de revolta contra uma política tão injusta quanto desumana, mas sobretudo a grande alavanca para ajudar a conquistar uma nova política e um novo governo verdadeiramente empenhados em dar resposta aos problemas do povo e do País.»

Tomar Censura ao Presidente falha por pouco

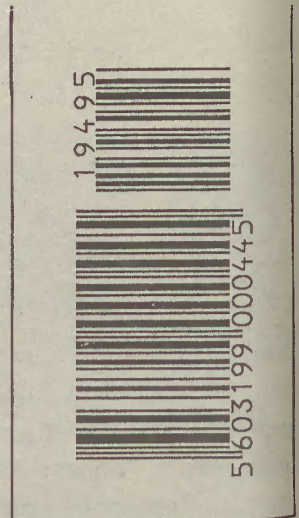
Um voto de censura ao Presidente da Câmara de Tomar (eleito pelo PS) esteve quase a ser aprovado, no passado dia 30 de Junho, na reunião da Assembleia Municipal, apesar da confortável maioria de que os socialistas dispõem naquele órgão autárquico.

A proposta de voto de censura foi da iniciativa dos dois eleitos da CDU, que a fundamentaram na comprovada existência «de graves anomalias no executivo camarário», da responsabilidade do Presidente Pedro Marques. O eleito socialista tem vindo a ser repetidamente acusado na imprensa regional de se servir do seu cargo para obtenção de benesses nos seus negócios particulares, ao mesmo

temo que o concelho vive numa situação de estagnação, de tal forma degradante que se assiste já à retirada do apoio político à presidência por parte de vários elementos da maioria socialista.

Testemunho elucidativo desta realidade foi o resultado da votação da proposta da CDU: 12 votos a favor, 14 contra e quatro votos em branco.

Mesmo estando em minoria, os eleitos da CDU bem podem afirmar serem os melhores intérpretes do sentimento popular. Bastava que os eleitos socialistas tivessem idêntica postura para que os interesses do concelho de Tomar fossem defendidos e reposta a dignidade da presidência municipal.





a festa!

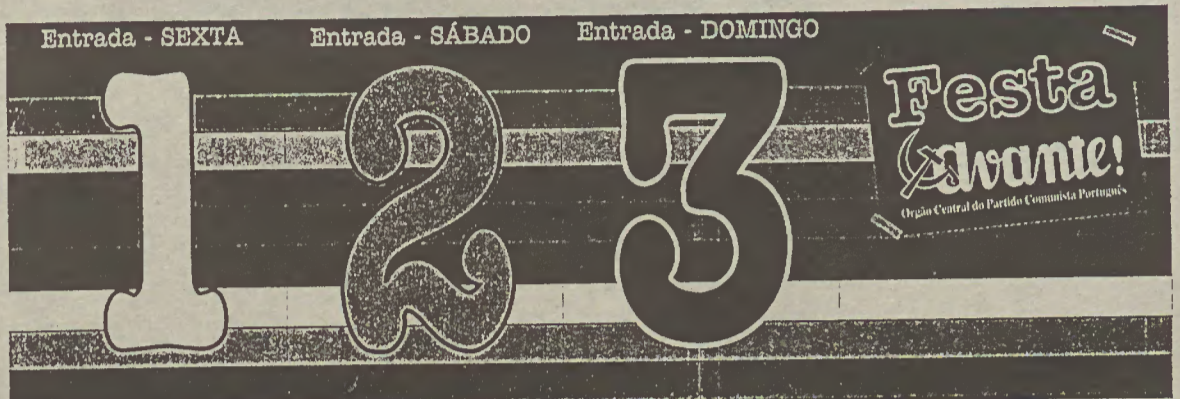
Avante!

Director
Carlos Brito
SUPLEMENTO
13 de Julho de 1995
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEIXAL

1, 2 e 3 SETEMBRO

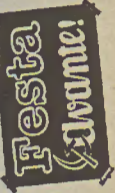
Já
compraste
a tua
EP?!
e...



ATALAIA
AMORA
SEIXAL
1.2.3
SETEMBRO
1995

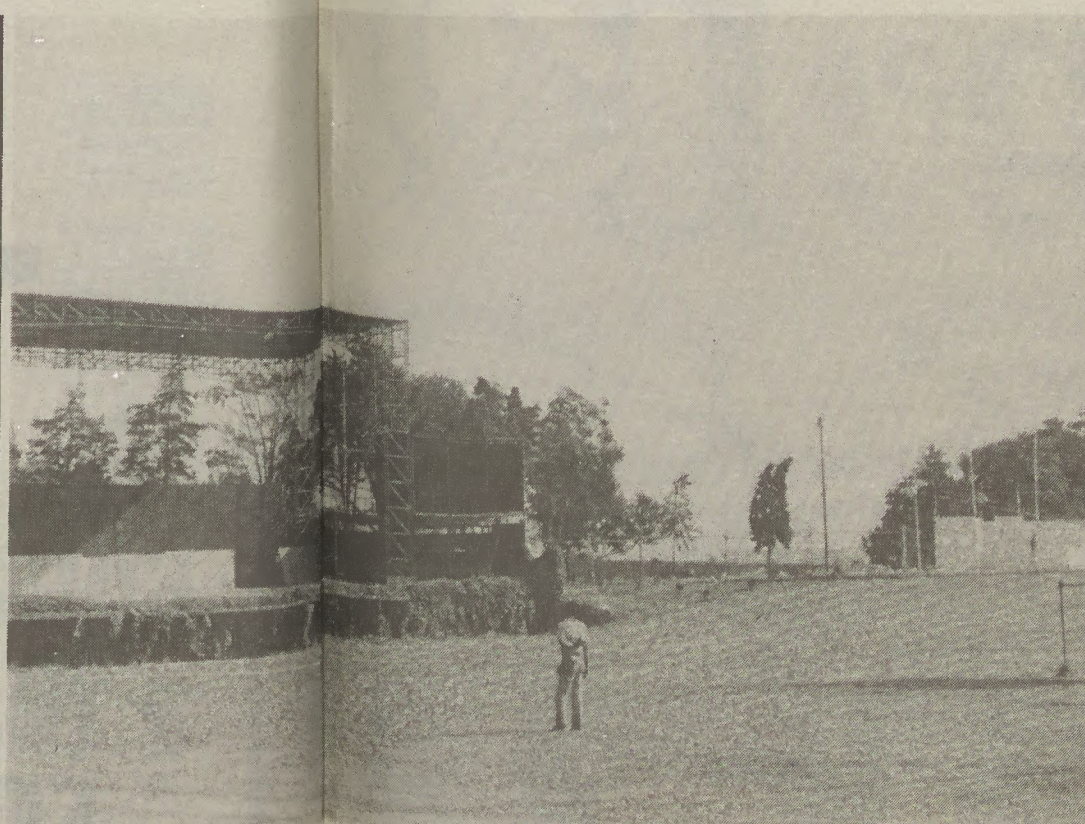
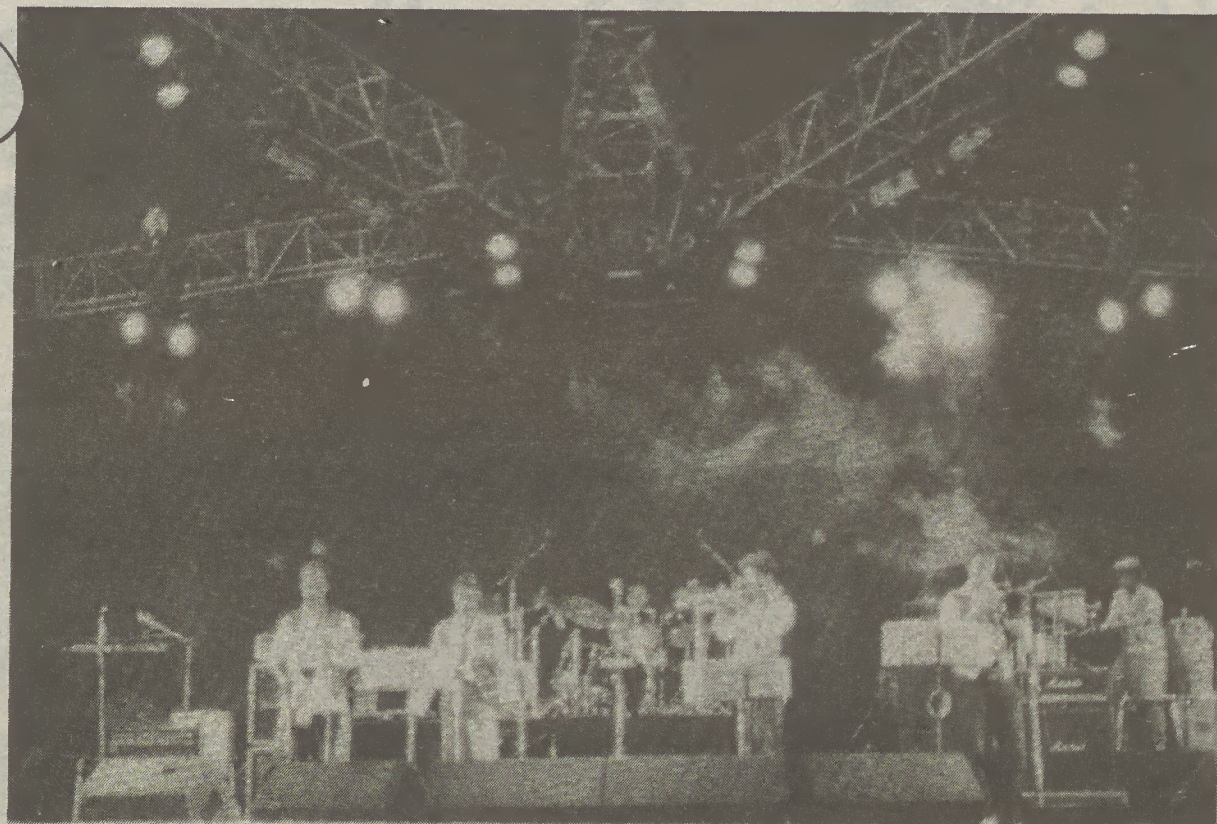


N.º
QUINTA DA ATALAIA
1.2 e 3 de Setembro de 1995
Este Talão não dá entrada na Festa



... como vamos de participação
em jornadas
de trabalho
?!





Progressos no som do Palco 25 de Abril

Os vinte anos de vida que a Festa já conta correspondem a par e passo a um período de gigantescos passos na melhoria e desenvolvimento dos sistemas de sonorização e iluminação dos palcos, tornando possíveis espectáculos com dimensões e características com as quais há poucos anos seria difícil sonhar. Na maioria dos aspectos técnicos, a Festa do «Avante!» foi em Portugal pioneira na utilização de novos equipamentos. Na primeira edição da Ajuda (1979) foram pela primeira vez alugados em Londres equipamentos, prática que se manteve durante praticamente dez anos, até à primeira realização em Loures.

É curioso recordar que o primeiro equipamento de amplificação (PA) alugado na Grã-Bretanha em 1979 tinha uma potência de apenas 15 000 Watts, o que à época era considerado já uma dimensão apreciável e é hoje 1/4 do utilizado! O espectáculo de Chico Buarque em 1980 foi realizado com um PA ligeiramente mais potente (16 000 Watts), embora de melhor qualidade que o do ano anterior e dispunha de equipamento de apoio mais sofisticado.

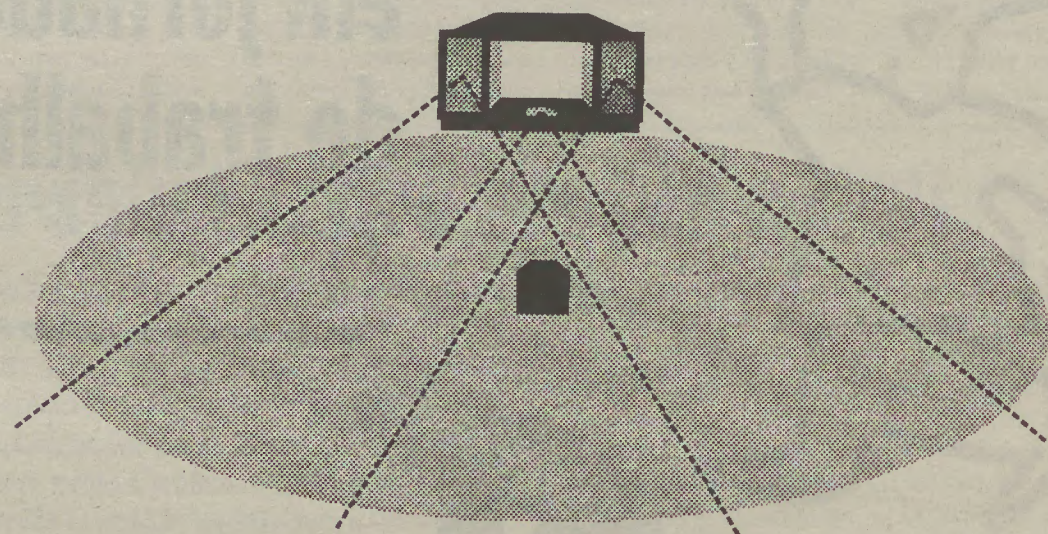
Em 1988, tendo-se entretanto verificado em Portugal importantes modificações no mercado de aluguer de equipamentos técnicos, a Festa foi igualmente pioneira na concretização de um espectáculo de grandes dimensões recorrendo exclusivamente a equipamento de empresas portuguesas e a técnicos portugueses. Nessa altura ainda nenhuma empresa nacional dispunha de potência suficiente para assegurar a sonorização do Palco «25 de Abril», mas, ultrapassando os naturais aspectos concorrenciais do mercado, a Festa conseguiu sentar à mesma mesa os responsáveis das três então mais importantes empresas e que dispunham de equipamentos compatíveis e assegurar a sua coordenação.

A partir desse ano passou a ser possível trabalhar com empresas nacionais, embora as dimensões do palco e os crescentes exigências dos espectáculos exijam frequentemente o recurso a alugueres parciais no estrangeiro, nomeadamente no campo da luminotecnia.

O volume e qualidade de som adquiriram já um nível considerado em geral - pelos músicos, pelos técnicos e pelo próprio público - inteiramente satisfatório, mas, entretanto, o problema do volume (do que em linguagem técnica se chama *pressão acústica*) e da clareza e limpidez não são os únicos que se colocam.

A questão é que a mudança para a Quinta da Atalaia definiu, como era natural, uma configuração geral da Festa, uma, digamos, urbanização que introduz alterações nos universos sonoros. Assim, se é verdade que a preocupação de assegurar som e potência e clareza foi atingida, é igualmente verdade que a orientação do palco (correctamente virado a Sul, em função dos ventos dominantes e do movimento do sol) conduz a que a propagação do som se vá bastante além da área da audiência, o recinto circular frontal.

O facto do som do Palco entrar um pouco por toda a Festa teve de ser considerado, não apenas pelo prejuízo que objectivamente pode gerar para espectáculos que se realizem noutros recintos, como também por contrariar a diversidade de espaços e ambientes que constitui um dos traços de identidade da Festa do «Avante!». Este ano dar-se-á um novo passo, entrando numa terceira fase das soluções técnicas adoptadas para o Palco «25 de Abril» e de que nestas páginas se dá breve conta.

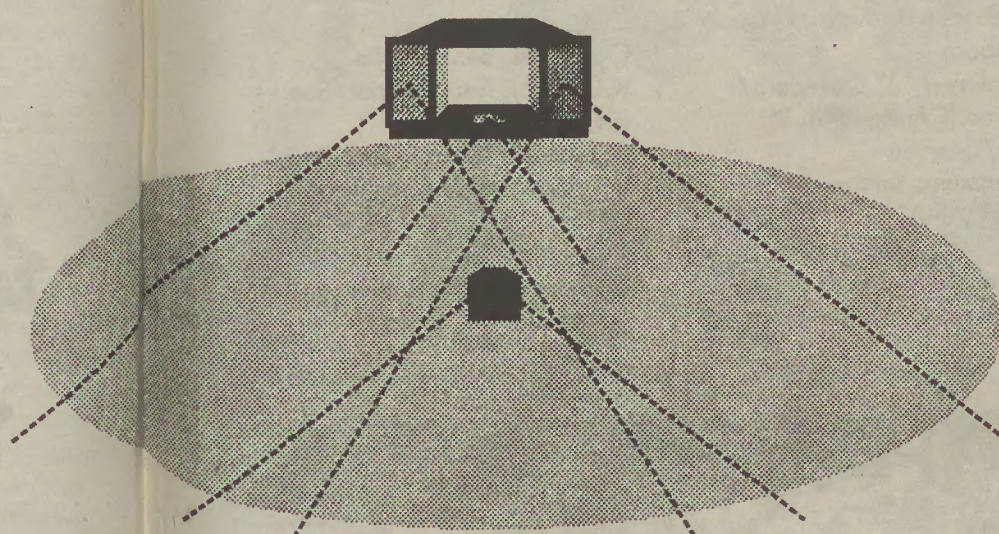


1ª fase: 1990 - 1992

À semelhança do que acontecia em palcos idênticos nessa época, o sistema de PA do Palco «25 de Abril» nos três primeiros anos na Quinta da Atalaia recorreu exclusivamente a um sistema frontal. Os altifalantes eram colocados nas abas laterais do palco, em dois pisos, o que permitia uma dispersão e uma profundidade mais ou menos satisfatórias. No sentido de cobrir a área central imediatamente frontal ao palco e onde tende a criar-se uma «zona morta» não coberta pela radiação das torres laterais, foi instalado um bloco central, no primeiro ano instalado numa plataforma pouco

abaixo do nível do próprio palco e posteriormente completada com um bloco de altifalantes suspenso da estrutura da cobertura. Este tipo de solução, tendo em conta a profundidade da área para o público frontal ao palco (um círculo com cerca de 100 metros de diâmetro, 130 se se incluir a alameda circundante), obrigava naturalmente a que a potência instalada fosse grande no sentido de vencer aquela distância. A distribuição dos altifalantes nas torres laterais em dois pisos e a arrumação em função das diferentes características dos diversos modelos utilizados asseguravam

no essencial aquele objectivo. No andar superior, «atirando» portanto o som para mais longe, instalavam-se as peças designadas por *long through horns*, altifalantes extremamente direccionais e de longo alcance; mais em baixo, as unidades de graves, tudo completado com unidades de médios. Em qualquer dos casos, uma coisa é evidente: existindo uma única fonte de som, para que este seja razoavelmente ouvido a 100 metros é inevitável que tenha um volume muitíssimo superior a 10 ou 15 metros do palco, gerando inevitavelmente desequilíbrio na audição conforme a situação do espectador.

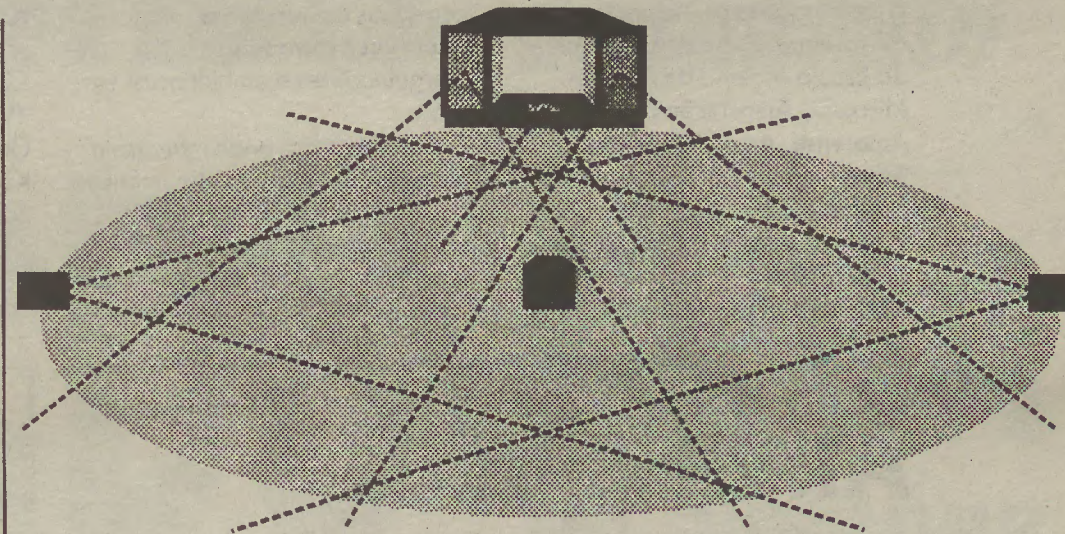


2ª fase: 1993-1994

Em 1993 foi introduzido no PA do Palco «25 de Abril» uma primeira alteração. Para além da utilização (pioneira em Portugal em espectáculos ao ar livre) de um PA processado Meyer, utilizou-se o sistema da chamada *torre de delay*. Hoje é já um sistema comum nos megaconcertos, nomeadamente os realizados em estádios. A *torre de delay* consiste numa estrutura montada em frente do palco, a uma distância mediana entre os 30 e os 50 metros e sobre a qual é instalado um segundo sistema de altifalantes igualmente ligado ao sistema do palco, reproduzindo assim exactamente o mesmo som. A designação de *delay* refere-se ao facto de na ligação entre os altifalantes do palco e os da torre ser instalado um

sistema electrónico de *delay* (atraso) que, tendo em conta a distância a que se encontra a torre e a velocidade de propagação do som, atrasa nas necessários centésimos de segundo a alimentação dos altifalantes do palco de forma a que não haja uma desincronização entre estes e os da torre. A não realizar esta operação, um espectador que estivesse para trás das *torres de delay* acabaria por ouvir uma espécie de eco: primeiro o som emitido pelo palco, mais fraco, e, centésimos de segundo depois, o emitido pelos altifalantes da torre, mais forte porque mais próximo. No caso da Festa, a *torre de delay* foi instalada no topo da torre frontal ao palco onde se encontram os *mixers*.

O sistema da *torre de delay* permite equilibrar melhor a pressão acústica dentro da área da audição: para que se atinja o limite da audiência deixa de ser preciso «puxar» pelos altifalantes do palco, uma vez que atrás da torre do *mixer* e do *delay* a audição é feita por esta, digamos, segunda linha de sonorização. Se o sistema é inteiramente eficaz no caso, por exemplo, de um estádio, no caso da Festa apresentava contudo um inconveniente: é que *avançando* cerca de 40 metros em relação ao palco a fonte de som através da *torre de delay* inevitavelmente que se levava também o som mais longe *fora da zona de audiência*, isto é, pela Festa dentro, com os inconvenientes já assinalados.

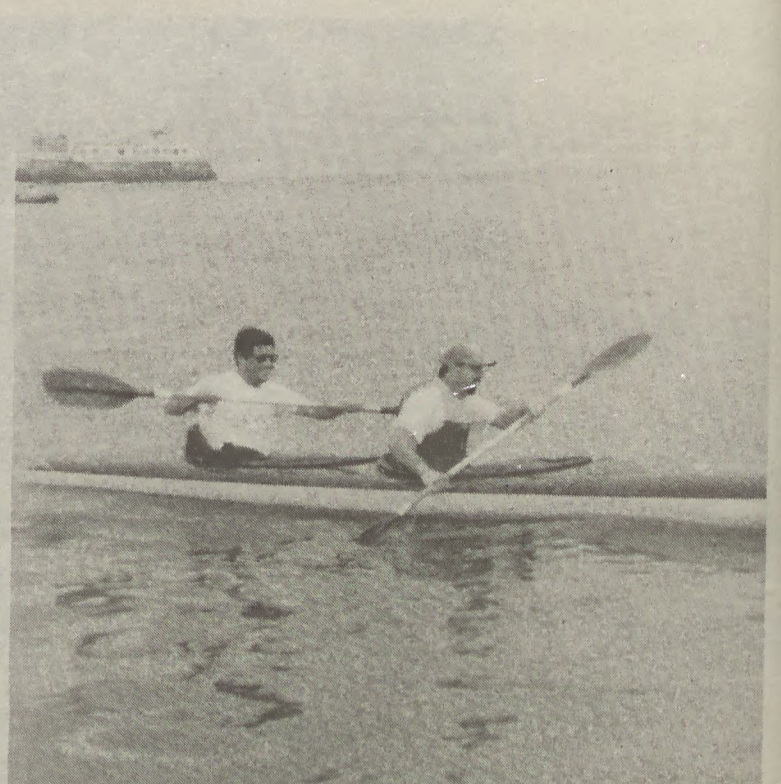
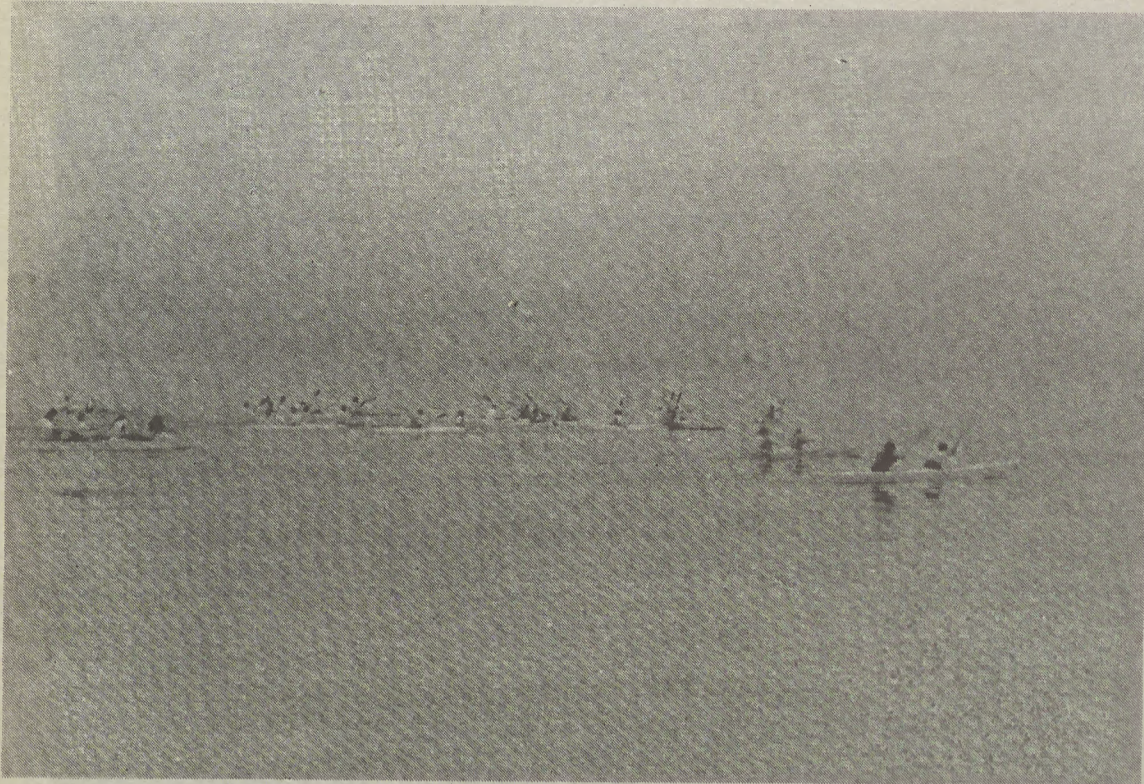


3ª fase: 1995

O sistema que irá ser utilizado este ano baseia-se no essencial no mesmo princípio das *torres de delay*, mas beneficia já dos progressos técnicos verificados nos sistemas de *delay*, nomeadamente fruto das exigências da indústria cinematográfica em grandes salas e do designado por som *surround* («som envolvente» ou «circundante»), também já acessível nos sistemas áudio-vídeo domésticos mais sofisticados. Como o esquema acima indica, a primeira modificação é que em vez de uma *torre de delay* contaremos com duas; mais importante, essas torres não estão situadas frontalmente ao palco e orientadas na mesma direcção, mas sim colocadas na radial do

recinto do público e viradas para o seu interior. Do ponto de vista do *delay*, a solução não envolve complexidade de maior, mas o mesmo já não se passa com a selecção de altifalantes necessária para esta operação. Enquanto numa *torre de delay* convencional o PA instalado é praticamente idêntico ao colocado no palco, apenas que com menor potência, nas torres radiais o tipo de altifalante é diverso e o equilíbrio relativo entre as diversas unidades mais exigente uma vez que, de certa forma, o som dali emitido se vai *cruzar* com o emitido do palco. Devidamente equilibrado e orientado (requer-se a introdução de inclinações

nos altifalantes quer das torres quer do palco), o sistema assegura uma melhor distribuição da pressão acústica dentro do círculo frontal, sendo de sublinhar que esta configuração circular do recinto do Palco «25 de Abril» favorece tecnicamente esta solução. Para além de limitar a penetração em todo o recinto da Festa do som do Palco sem prejudicar o nível e qualidade de audição aos espectadores em frente dele, o sistema adoptado tenderá ainda a evitar um fenómeno de eco até hoje irresolúvel gerado pela existência frente ao Palco do muro que rodeia a colina sobre a qual está construída a antiga área habitacional da quinta.



«Avantejo» bate recorde

A prova de canoagem «Avantejo 95», inserida na programação desportiva da Festa do «Avante!», realizou-se no passado Sábado e contou com o maior número de participantes de sempre: 52 na classe de **Turismo** e 16 na classe de **Competição**, ou seja, um total de 68 participantes com 36 embarcações.

Entre os clubes participantes estiveram o Clube de Canoagem da Escola Moínho de Maré de Miratejo, Associação Naval Amorense, Associação Náutica do Seixal, Associação Naval de Setúbal, Clube Naval de Lisboa, C. A. Montijo, «Os Ferroviários» e os «Piranhas».

No final realizou-se um almoço-

-convívio onde se juntaram atletas, dirigentes e apoiantes no refeitório da Festa, juntando 106 convivas e onde se procedeu à entrega de prémios.

Os organizadores aproveitaram para agradecer à Associação Naval Amorense e à Associação dos Bombeiros do Concelho do Seixal que deram apoio à prova com duas embarcações, oito nadadores salvadores, mergulhadores e ambulâncias em terra.

Em **Competição**, onde marcaram presença Patrícia Serôdio, campeã nacional de K4 em 500 metros, Ivo Quendera, do CA Montijo e campeão nacional dos torneios abertos de 1994 e João Vilaça do

CN Lisboa, campeão regional de K2/maratona, as classificações foram as seguintes:

K1 (seniores) - 1º Nuno Marques (ANA), 2º João Vilaça (CNLisboa), 3º Vasco Santos (CNLisboa).

K2 (seniores) - 1º Capão/Capão (ANA), 2º Freitas/Mota (ANA)

K1 (juniores) - 1º Pedro Santos (ANA), 2º Felipe Garcia (CNLisboa) e 3º Miguel Gaspar (CNLisboa).

K2 (juniores) - 1º Quendera/Vitorino (CA Montijo), 2º Graça/Guerreiro.

K1 (femininos-seniores) 1ª Patrícia Serôdio (ANA)

K1 (femininos-juniores)

1ª Carmen Henriques (ANA)

Na classe de **Turismo**, em K1,

ficou em 1º lugar Eurico Lopes (ANS), seguido de António Veloso (ANA) e António Miranda (ANS).

Em K2 a dupla vencedora foi formada por Orlando/Peter (CNSetúbal), em segundo lugar a dupla Sesaltina/Lopes (ANS) e em terceiro Figueiredo/Almeida (CCAMM). Em Canoas com três remadores (C3) a ordem de chegada foi

Gonçalves/Bentes/Brito (CCAMM), Jesus/Ramos/Soares (CCAMM) e

Fazendeiro/Soares/Joaquim (CCAMM). Finalmente em K1

femininos a primeira a chegar foi Isabel Costa («Os Ferroviários») seguida de Carla Candeias («Piranhas»).

Anda ajudar a fazer a Festa!

Esta é uma das características que torna única esta Festa do «Avante!»: a sua organização e construção depende em grande medida do trabalho generoso e militante de centenas e centenas de camaradas e amigos, que durante vários fins-de-semana se juntam na Atalaia para dar sequência aos trabalhos necessários que dão corpo ao grande acontecimento de Setembro. As Jornadas de Trabalho, espaços também de convívio e quebra de rotinas para muitos, estão já a decorrer desde há algum tempo.

próximo domingo uma participação na Jornada de Trabalho, devendo todos os que nela desejam participar inscrever-se nos Centros de Trabalho do Concelho. O transporte está assegurado com partidas às sete e meia de Cascais, 7 e 40 de Alcabideche, 7

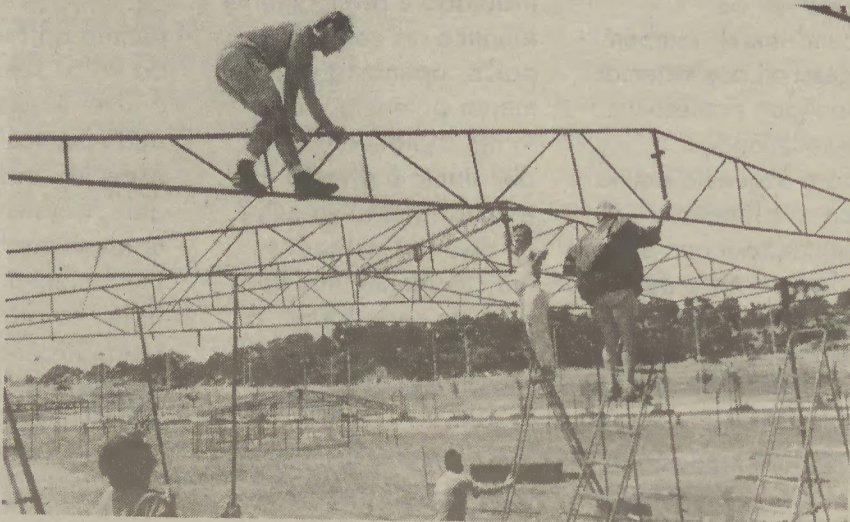
e 45 de Manique, 7 e 55 de Alto de Tires, 8 e cinco de Rana, 8 e 10 de Parede e 8 e 20 de Sassoeiros.

Sintra

Depois de uma primeira experiência no passado dia 1 de Julho, a Concelhia de Sintra prepara já a sua próxima

participação em Jornadas de Trabalho agendadas para o próximo Sábado, cinco e 26 de Agosto. Sintra tem, em conjunto com a Amadora, a responsabilidade da construção do Pavilhão Central, devendo os interessados contactar qualquer

centro de trabalho do concelho. A partir das 7 e 45 parte o transporte do Centro de Trabalho do Algueirão, passando depois pelas Mercês (estação da CP), Rio de Mouro (mercado), Cacém (Centro de Trabalho) e Queluz (4 caminhos na paragem das camionetas).



Já se joga futebol de salão

O habitual Torneio de Futebol da Festa do «Avante!» está já a ser realizado em vários pontos do país, decorrendo a fase de apuramento concelhio, como sucede, por exemplo, na região de Manteigas, na Serra da Estrela, onde se inscreveram 13 equipas que disputam os jogos que vão dar acesso à fase seguinte.

O Torneio deste ano decorre em quatro séries, sendo o primeiro classificado de cada série automaticamente apurado para a fase final. Os segundos classificados terão de disputar entre si um lugar para a última fase.

A fase final será disputada com jogos entre todas as equipas apuradas, sendo declarada vencedora a que obtiver maior número de pontos.

Cascais

A Concelhia de Cascais tem agendada para o

Eurodeputados contra as armas nucleares

Como noticiámos a semana passada, a decisão da França de retomar os ensaios nucleares provocou uma vaga de protestos em toda a Europa, culminando com uma verdadeira subversão dos trabalhos da sessão de Julho do plenário do Parlamento Europeu. Os eurodeputados de todas as forças políticas, que se manifestaram das mais diversas formas contra a decisão francesa, personificada pelo Presidente Jacques Chirac (ostentando cartazes e camisolas com slogans

anti-nuclear, proferindo inflamados discursos a favor da proibição total das experiências nucleares, etc.), numa contestação inédita à política defendida por um chefe de Estado, aprovaram na ocasião o *Apelo de Estrasburgo*, subscrito por todos os deputados do Grupo Coligação de Esquerda Unitária, que hoje reproduzimos na íntegra. O documento consta de duas partes: a primeira, dirigida a Jacques Chirac, convida o Presidente francês, que na juventude

defendeu a proibição total de armas atómicas, a rever a sua decisão, a "reflectir de novo, a consultar outros especialistas, e a escutar o coração e a razão da sua própria juventude que poderão aproximá-lo melhor dos povos da França, da Europa e do mundo"; a segunda parte é uma firme tomada de posição a favor da paz e do desarmamento, em que se apela "aos governos de todas as potências nucleares para que renunciem definitivamente a todos os ensaios nucleares".

Apelo de Estrasburgo

Ao Presidente da República francesa, Jacques Chirac:

Senhor Presidente, sabemos que na sua juventude militou a favor da proibição absoluta da arma atómica recolhendo, nas ruas de Paris, assinaturas para o Apelo de Estocolmo.

Nesse época, o combate contra o armamento nuclear era complexo e estava enfraquecido pela Guerra Fria. Hoje, em que a bipolarização do mundo e o "equilíbrio do terror" que ela engendrara já não existem, é chegado o momento de continuar esse combate que inspirou a sua juventude, e de o vencer.

Isso é tanto mais urgente quanto a ameaça nuclear em nada diminuiu. Actualmente essa ameaça está mesmo acrescida pelo risco de banalização das armas, devido tanto à proliferação como à modernização dos arsenais nucleares existentes dotando-os com armas destinadas não à dissuasão mas ao "campo de batalha".

E para este perigo que contribui a sua decisão de proceder a uma nova série de ensaios nucleares no Pacífico.

Queremos acreditar que ainda existe no Presidente que hoje sois alguma coisa do jovem que fostes, do jovem que há 45 anos teve uma saudável manifestação de bom senso contra a terrível ameaça que pesa sobre a humanidade. Convidamo-lo vivamente a recordar as suas convicções de outrora, quando o coração tinha mais razão do que a "razão" que hoje citais.

Recusamo-nos a acreditar que a sua lamentável decisão de retomar os ensaios nucleares seja "irrevo-

gável". Convidamo-lo a reflectir de novo, a consultar outros especialistas, e a escutar o coração e a razão da sua própria juventude que poderão aproximá-lo melhor dos povos da França, da Europa e do mundo, perante os quais assumis uma tão grande responsabilidade.

Nós, os deputados do Parlamento Europeu abaixo-assinados, exigimos a proibição imediata e absoluta de todos os ensaios de armas nucleares.

Considerando que todos os ensaios nucleares contribuem para minar o sentido do Tratado de Não-Proliferação Nuclear que acaba de ser prolongado, apelamos solenemente aos governos de todas as potências nucleares para que renunciem definitivamente a todos os ensaios nucleares, aguardando a conclusão de um tratado de proibição total dos ensaios.

Enquanto europeus, dizemos claramente que não consideramos que a segurança do nosso continente e do nosso planeta possa ser assegurada doravante por nenhum "guarda-chuva nuclear", seja ele americano, francês ou "europeu".

Pelo contrário, no verdadeiro interesse da segurança de todos, pretendemos que a União Europeia e os seus países membros exerçam toda a sua influência a favor do desarmamento nuclear global. Exigimos, portanto, do Presidente da República francesa, senhor Jacques Chirac, que restabeleça esta influência anulando o mais depressa possível o projecto de proceder aos ensaios nucleares no Pacífico.

Estrasburgo, 11 de Julho de 1995

Açores

PE propõe auxílio às vítimas do temporal

O Parlamento Europeu propôs a concessão de ajuda comunitária a fundo perdido às vítimas do temporal que assolou a ilha das Flores, no início de Junho, provocando prejuízos materiais avaliados em cerca de 1,7 milhões de contos.

A proposta consta de uma resolução aprovada no plenário do Parlamento, em Estrasburgo, a semana passada, por iniciativa dos grupos da Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica, Liberal e da União para a Europa, subscrita pelos eurodeputados portugueses Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo (comunistas), Arlindo Cunha e Costa Neves (socialistas-democratas), Girão Pereira e Rosado Fernandes (Partido Popu-

lar). De assinalar que esta proposta de resolução comum, resultante das propostas apresentadas pelos comunistas e populares e posteriormente subscrita pelos socialistas-democratas, não despertou qualquer interesse aos deputados socialistas, que não se associaram à iniciativa.

A resolução solidariza-se com a população das Flores, em particular com os "que se viram privados de habitação ou de possibilidade de deslocação dentro da ilha" e solicita à Comissão Europeia "a concessão, a título excepcional, de uma comparticipação a fundo perdido por forma a minorar as perdas e prejuízos causados às populações e reparar os estragos".

As fortes chuvas torrenciais

que assolaram a ilha, entre 6 e 9 de Junho, causaram elevados prejuízos materiais, incluindo a destruição de vias de comunicação, de habitações, de culturas agrícolas, de explorações pecuárias e pastagens, que ultrapassam a capacidade de resposta do governo regional, pelo que o Parlamento Europeu exige "o rápido reforço de meios humanos, técnicos e financeiros para fazer face à situação".

A resolução aprovada no PE chama ainda a atenção das autoridades comunitárias e nacionais para a necessidade de dotar com meios técnicos e humanos operacionais os serviços vocacionados para a prevenção e resolução de situações de emergência ou catástrofe.

Montijo

PS e PSD juntos

Num golpe a todos os títulos reprovável — aproveitando o falecimento do anterior presidente, o prestigiado democrata Jorge Peixinho —, PS e PSD tomaram de assalto no passado dia 14 a Mesa da Assembleia Municipal do Montijo. Em Assembleia Extraordinária — que deveria ter servido apenas para a eleição de um novo Presidente —, não foram de modas e vai de propor a destituição da Mesa e a eleição de uma nova Mesa.

Previamente preparada ao nível das direcções locais dos dois partidos, como o próprio debate acabou por evidenciar, esta atitude inqualificável de excluir da Mesa a primeira força política do concelho veio perverter por completo o sentido de voto maioritariamente expresso na CDU pela população do Montijo nas últimas eleições autárquicas.

Com razão, pois, fala a Coordenadora Concelhia da CDU do Montijo de «uma santa aliança feita de baixezas», que põe os interesses partidários acima dos interesses da população, lamentando simultaneamente em comunicado dirigido à população o que considera ser a «postura imoral e anti-ética do PS e do PSD» que, sublinha, «deixa uma revolta em todos aqueles que conhecem os factos».

E os factos são de uma singela clareza: o PS indicou o nome de um seu candidato para presidente e o PSD escusou-se, argumentando que não tinha que indicar nomes dado que a votação era secreta. Com isto o PSD tentou esconder que não tinha candidato devido ao acordo existente com o PS, como ficou demonstrado através da votação: 15 votos a favor, tantos quantos os eleitos do PS e do PSD. Para o primeiro e segundo secretários fizeram ao contrário.

O casamento entre PS e PSD estava consumado: desrespeitando os resultados eleitorais de 1993, elegeram uma Mesa constituída por um presidente PS (que é a terceira força política no concelho) e por dois secretários do PSD (que é o segundo partido mais votado), deixando «democraticamente» de fora a força política maioritária.

Em entrevista ao «Avante!», a camarada Jacinta Ricardo, Presidente do Município, explica em que circunstâncias todas estas coisas aconteceram, comenta detalhadamente o comportamento do PS e PSD e revela como a CDU vai prosseguir a sua linha de rumo em defesa dos interesses da população.

— Como interpreta o facto de o PS e o PSD terem agendado para a Assembleia Municipal Extraordinária a destituição da Mesa e a eleição de uma nova Mesa?

Começo por referir que este acto não aparece isolado: é mais uma situação lamentável num processo de guerrilha do PS e do PSD contra a CDU e contra os interesses do Município do Montijo.

Considero esse acto político, sucedido a 14 de Julho, a prova cabal de quanto PS e PSD se aproximam e quanto os une um ao outro quando se trata de atitudes imorais, antimunicípio, numa aliança cujos objectivos se não vislumbram, e não assumindo as suas responsabilidades: é uma coligação com um passado terrível no Montijo e por todos conhecida nos seus resultados. Mas a eleição de uma Mesa da Assembleia neste momento, em que mal acabamos de nos separar do prestigiado Maestro Jorge Peixinho, aproveitando a sua morte (ele era o Presidente da Assembleia) para um lamentável espectáculo — isto só mostra a falta de dimensão, a falta de moral e a falta de princípios destes nossos adversários. Chamo, no entanto, a atenção para o facto de, antes deste atitude, os mesmos eleitos se terem prestado à figura triste de aprovarem uma moção a que chamaram de censura contra os eleitos da CDU na Câmara, os quais, como se vê, são os únicos que trabalham e são quem assegura o cumprimento das atribuições da Autarquia...

Não se esqueça que a moção citada não foi apresentada na Câmara e não é nada que já não tenham feito. Fizeram coisas (para boicotar) que não lembram ao diabo: avocaram as competências delegadas na Presidente, obrigaram à total burocratização dos serviços em prejuízo de todos os munícipes, requereram inspecções, pediram fiscalizações, levantaram inquéritos, promoveram e instigaram processos contra o seu próprio Município... e, não satisfeitos, fazem perguntas sobre perguntas, não para saberem o que se passa mas para nos ocuparem nas respostas...

O Município e a população não lhes interessam para nada. Prova disso é o facto de terem recusado repetidamente aceitar pelouros e trabalhar, participar em comissões e grupos de trabalho. Não aceitaram nem cargos de vereador a meio tempo nem o lugar de vogal dos Serviços Municipalizados. Trabalho, não querem. Limitam-se ao trabalho de boicote e de guerrilha total e permanente.

O desespero deles é a nossa alegria, pois não conseguiram nunca impedir-nos de trabalhar e de continuarmos a gerir os destinos do



Município, com um Plano Director pronto, com grandes potencialidades de futuro com a oportunidade histórica derivada da Nova Ponte. De tudo o que é positivo se alheiam: PS e PSD não têm nada a ver com isso. Pelo contrário, se pudessem, impediriam também a CDU de trabalhar...

Circunstâncias chocantes

— A verdade é que de um ponto de vista regimental nada obrigava à eleição de uma nova Mesa e bastaria apenas a eleição de um novo Presidente...